

# Helio Lourenço

VIDA E LEGADO

Ricardo Brandt de Oliveira  
Regina Prado



# Helio Lourenço



VIDA E LEGADO

*Ricardo Brandt de Oliveira*

*Regina Prado*

**ed<sup>usp</sup>**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Reitor* Marco Antonio Zago  
*Vice-reitor* Vahan Agopyan



FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO

*Diretora* Margaret de Castro  
*Vice-diretor* Rui Alberto Ferriani



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Diretora-presidente* Valeria De Marco

COMISSÃO EDITORIAL

*Presidente* Rubens Ricupero  
*Vice-presidente* Carlos Alberto Barbosa Dantas  
Carlos Alberto Ferreira Martins  
Maria Angela Faggin Pereira Leite  
Mayana Zatz  
Tânia Tomé Martins de Castro  
Valeria De Marco

*Editora-assistente* Carla Fernanda Fontana  
*Chefe Téc. Div. Editorial* Cristiane Silvestrin



Apresentação .....	7
Prefácio – <i>Mozart Régis Fortes Furtado</i> .....	9
1. Infância em Porto Ferreira .....	13
2. Os pais Deolinda e Joaquim .....	23
3. O encontro com Carmita .....	35
4. Militância no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz .....	43
5. O aprendizado de clínica na Santa Casa .....	49
6. A pesquisa na 2ª Enfermaria de Homens .....	63
7. O começo na profissão .....	71
8. Bolsista nos EUA e início das atividades acadêmicas .....	75
9. Inovações no ensino da medicina .....	87
10. Reflexos do Golpe de 64 na USP .....	109
11. A defesa da autonomia da universidade .....	119
12. Liderança na Reforma Universitária na USP .....	127
13. O exercício da Reitoria e afastamento pelo AI-5 .....	133
14. Repercussão da cassação .....	145
15. O trabalho no Oriente Médio e na África a convite da OMS ...	155
16. A vida como aposentado enquanto o Brasil mudava .....	165
17. Anistia e volta à USP .....	181
18. Despedida .....	191
Apêndice: Lista de Documentos .....	195
Sobre os Autores .....	199

Copyright © 2017 by Ricardo Brandt de Oliveira e Regina Prado

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

Apoio do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (Faepa-HC-FMRP-USP).

Ficha catalográfica elaborada pela Associação Brasileira  
de Editoras Universitárias (Abeu). Dados internacionais  
de catalogação na publicação (CIP)

---

O48h Oliveira, Ricardo Brandt de  
    Helio Lourenço: Vida e Legado / Ricardo Brandt de  
    Oliveira e Regina Prado. – São Paulo: Editora da Universi-  
    dade de São Paulo, 2017.  
    200 p.; il.; 16 x 21 cm.  
  
    ISBN 978-85-314-1657-6  
  
    1. Helio Lourenço. 2. Biografia. 3. Universidade de São  
    Paulo. I. Prado, Regina. II. Título.

CDD-920

---

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo  
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária  
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil  
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150  
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2017

Foi feito o depósito legal



## Apresentação

DIAS ANTES DE ser procurado por Regina Prado, que divide comigo a autoria desta obra, havia me encontrado casualmente com um colega com quem nunca tivera proximidade maior e que se mostrara efusivo, afetuoso mesmo. A razão do carinho imprevisto ficou logo evidente: a minha presença despertara nele a lembrança de Helio, que ele faz questão de manter. Mas essa não foi uma situação inusitada. Muitas pessoas, quando me encontram, evocam gestos, atitudes e palavras de Helio, lembrando sua serenidade inspiradora de confiança, sua clareza de expressão, sua afabilidade. Quando isso acontece, eu penso: “Há mais de trinta anos que se foi e ainda emociona”.

Havia outra motivação. Quando a sua doença se mostrava inexorável, Helio confidenciou ao professor Ulysses Meneghelli que lastimava não dispor do tempo que gostaria para escrever. Mas ele já havia escrito, em vários momentos, sobre diversos assuntos. Tivera também, ao longo da vida, o cuidado de guardar documentos que considerava significativos. Como depositário desse acervo, eu me preocupava em como divulgá-lo, e enxerguei a oportunidade de fazê-lo.

A história de Helio até a formatura como médico tipifica uma trajetória de vida comum de muitos brasileiros nascidos na primeira metade

do século passado. Muitos de seus alunos, meus colegas e contemporâneos, podem nela se reconhecer: avós imigrantes, família “sem fortuna e sem nome”, cidade do interior, escola pública valorizada e séria.

Helio soube se colocar à altura dos desafios que depois se sucederam. À inteligência privilegiada e à retidão de caráter, apontadas em depoimentos escritos por quem com ele conviveu, aliavam-se – e por isso faziam dele uma liderança natural – ao sorriso franco, à disposição inesgotável de ouvir com serenidade e ponderar com clareza, às habilidades de harmonizar opiniões e colimar esforços. Ao criar o Departamento de Clínica Médica, convicto da importância da formação científica na formação do médico, demonstrou dinamismo contagiante, estabelecendo valores que julgo reconhecer vivos na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Por fim, creio que o livro constitui também um documento para a compreensão de um período importante da vida da Universidade de São Paulo, do qual Helio participou como protagonista.

Por isso tudo, aceitei o convite de Regina para escrever este livro sobre a pessoa de Helio. Não estou certo de ter feito jus à sua memória.

*Ricardo Brandt de Oliveira*



## Prefácio

SÃO PAULO ENTROU no século XX com pujança econômica e ávido por uma educação de escol. Já tinha faculdade de direito exemplar. Nas três primeiras décadas conseguiu fundar duas escolas de medicina que vieram para liderar: a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e a Escola Paulista de Medicina (EPM), atual Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Grandes nomes da medicina participaram dessa seara e seus nomes estão no panteão da glória para sempre. Não apenas fundaram escolas, também estabeleceram as bases e a extensão da ciência médica do seu tempo.

Em meados do século – o pós-guerra – sentiu-se que já era necessário modernizar as estruturas curriculares e avançar na utilização do potencial epistemológico da própria universidade, tal como se fazia no chamado primeiro mundo: qual seja, melhorar o ensino e estimular a pesquisa médica. Em termos clínicos, havia duas pessoas preparadas para responder por essa demanda em São Paulo: Ulhôa Cintra e Helio Lourenço de Oliveira. Helio tinha a idade certa, experiência suficiente, disciplina, fé de inovador e não tinha ainda vínculo forte com instituição universitária. Era o modelo buscado por Zeferino Vaz. Em 1953, foi contratado como professor para implantar e chefiar o Departamento

mento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP) nos moldes sonhados pelos dois.

Este livro conta em detalhes a realização desse sonho: o tripé ensino-pesquisa-atendimento médico. Além de ser um educador nato, Helio sabia que a pesquisa estimula no docente a aquisição continuada de conhecimento e o aprimoramento profissional. Havia que se formar um melhor médico para a sociedade. Seu departamento projetou-se rapidamente no cenário brasileiro. Em 1964, tive a honra e o prazer de incorporar-me ao seu *staff*.

Helio Lourenço era antes de tudo um educador. Mesmo sendo avesso à promoção pessoal, não houve como impedir que seu nome se destacasse no universo médico-universitário nacional. Na universidade, a projeção de Helio cresceu naturalmente como forma de reconhecimento de suas qualidades. Foi assim que, em 1968, já era nomeado vice-reitor da USP. No mesmo ano assumiu o exercício da reitoria, pois o titular se afastara. Iniciava-se um período sombrio imposto pela ditadura militar no país. Esse movimento atingiu a USP como um tornado que deixou um rastro de destruição. Este livro conta os detalhes sórdidos da operação. Uma das vítimas da insensatez foi Helio Lourenço – que vinha desenvolvendo um trabalho importante de reforma universitária. Incorruptível e determinado, viu seu sucesso, livre de sectarismo, projetar uma liderança independente e indesejável, que molestou o governo militar, que, por meio do Ato Institucional n. 5, o destituiu da reitoria e o aposentou compulsoriamente em 1969. Visaram com isso a dar fim a tão nobre caráter. Não o conheciam. Apenas o invejavam! Exilou-se.

Com a anistia, Helio voltou à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Em 1981, o Conselho do Departamento de Clínica Médica – por aclamação – decidiu reintegrá-lo ao seu convívio e elegeu-o chefe do Departamento. A seguir, seu nome encabeçou a lista sêxtupla de candidatos à diretoria da FMRP. Foi o escolhido pelo reitor da USP.

Helio Lourenço tornou-se diretor da FMRP. Toda essa sequência aconteceu de roldão, e, incansável trabalhador como sempre fora, Helio mais uma vez estaria à frente da FMRP. Se da primeira vez havia sido uma honra, agora seria a sua consagração. Foi seu canto de cisne. Por sinal, a sua melhor metamorfose poética, tal como o vejo: um cisne branco, belo, digno, altivo, reservado, valente.

Pessoalmente, tenho um motivo especial para honrá-lo. Em um momento particularmente sensível e decisivo para mim, procurei Helio Lourenço, que me atendeu como um pai aconselhando o filho. Quando me lembro desse momento acode-me a ideia de que era parte de sua índole tal comportamento. Então me convenço de que outros devem ter sido amparados da mesma forma paterna por ele. Assim era Helio Lourenço: reservado, mas não fechado.

Resistiu estoicamente ao abutre que o devorava em suas entranhas. No dia 14 de março de 1985, as nove musas entoaram seu coral para receber o espírito do guerreiro. Foi-se, mas deixou-nos o seu fogo de conhecimento e sabedoria envolto na retidão do caráter. Fogo que marcou definitivamente o destino de sua querida escola de medicina. Creio que Helio pensava como Epicteto: “Só os educados são livres” (*Tantum eruditi sunt liberi*). Como disse acima, antes de mais nada Helio era um educador.

*Mozart Régis Fortes Furtado*

Professor aposentado do Departamento  
de Clínica Médica da FMRP-USP



## CAPÍTULO 1



# Infância em Porto Ferreira

*É tão frequente minha percepção de fatos, coisas, pessoas, palavras e emoções dos meus oito anos vividos em Porto Ferreira, despertada por momentos em minha vida adulta, que não posso deixar de acreditar na profundidade e permanência das impressões daquele tempo.*

HELIO LOURENÇO DE OLIVEIRA

QUANDO JOHANNES Peter Bergström desembarcou no porto de Santos em julho de 1891, aos 47 anos, estava exausto. Os três meses passados no mar, no navio Paranaguá, tinham sido penosos também para a esposa Anna Catarina e para os seis filhos. Haviam deixado para trás a vida na ilha de Alnön, no norte da Suécia, debaixo de neve. No final do século XIX, a economia de Alnön girava em torno do corte de madeira da extensa floresta local. As toras eram transportadas pelas águas dos rios Indalsälven e Ljungan e, como a maioria dos homens, Johannes Bergström trabalhava em uma serraria. Era católico, pertencente a uma minoria em desvantagem diante dos membros da igreja luterana oficial, apoiada pela monarquia – ainda hoje os católicos somam menos de 2% da população da Suécia. Sem esperanças de melhorar de vida, perto de

completar 50 anos, o sofrimento dos seis filhos – uma “escadinha” que ia dos 7 anos aos 16 anos de idade – no inverno rigoroso do norte da Suécia o levou a buscar outro lugar para viver. Embarcou para o Brasil.

Jonas<sup>1</sup> – o nome foi aportuguesado na lista de desembarque – havia seguido um caminho comum naquela época. Com o fim da escravidão africana no Brasil, entre 1890 e 1900, quase 1 milhão e meio de imigrantes europeus desembarcaram no país. Em São Paulo, buscavam trabalho principalmente na lavoura cafeeira do interior do estado. Em conversas nas rodas de estrangeiros no porto, Jonas conseguiu em pouco tempo uma oportunidade em uma fazenda de café, em Pirassununga. As condições precárias da fazenda combinadas com a fragilidade imposta pela longa viagem, com mudança brusca de clima, cobraram um preço inestimável: o filho Bror Axel, de 14 anos, morreu menos de três meses depois da chegada.

O duro golpe fez o casal abandonar a fazenda. Convencidos de que a vida ribeirinha poderia ser melhor para a família, refizeram as malas com os poucos pertences e rumaram para Porto Ferreira, um pequeno povoado que florescia às margens do rio Mogi Guaçu, a quase duzentos quilômetros da capital. O encontro com um dinamarquês que vivia ali lhes abriu as portas para a primeira amizade – Martin Hansen era dono de uma pequena serraria e Jonas, além da experiência, tinha talento e gosto pelo trabalho em marcenaria. Além de barcos, construía carroças e carros de boi. Finalmente, a vida começava a entrar nos trilhos.

O distrito, com 3 mil habitantes dispersos entre a vila e as fazendas de café, prosperava no intenso movimento de grandes balsas que trafegavam pelo rio Mogi Guaçu. O porto se estabelecera a reboque da indústria cafeeira, que já dominava a rica região de Ribeirão Preto. Em

1. Nas pp. 16-17 encontram-se a árvore genealógica e a correspondente legenda que esclarecem a relação entre Helio e os familiares mencionados no livro.

casa, Anna cuidava de manter a tradição da família e cultivava a arte da música entre os filhos. Costumava reunir os vizinhos para saraus e davam verdadeiros concertos, com o patriarca Jonas ao violino.

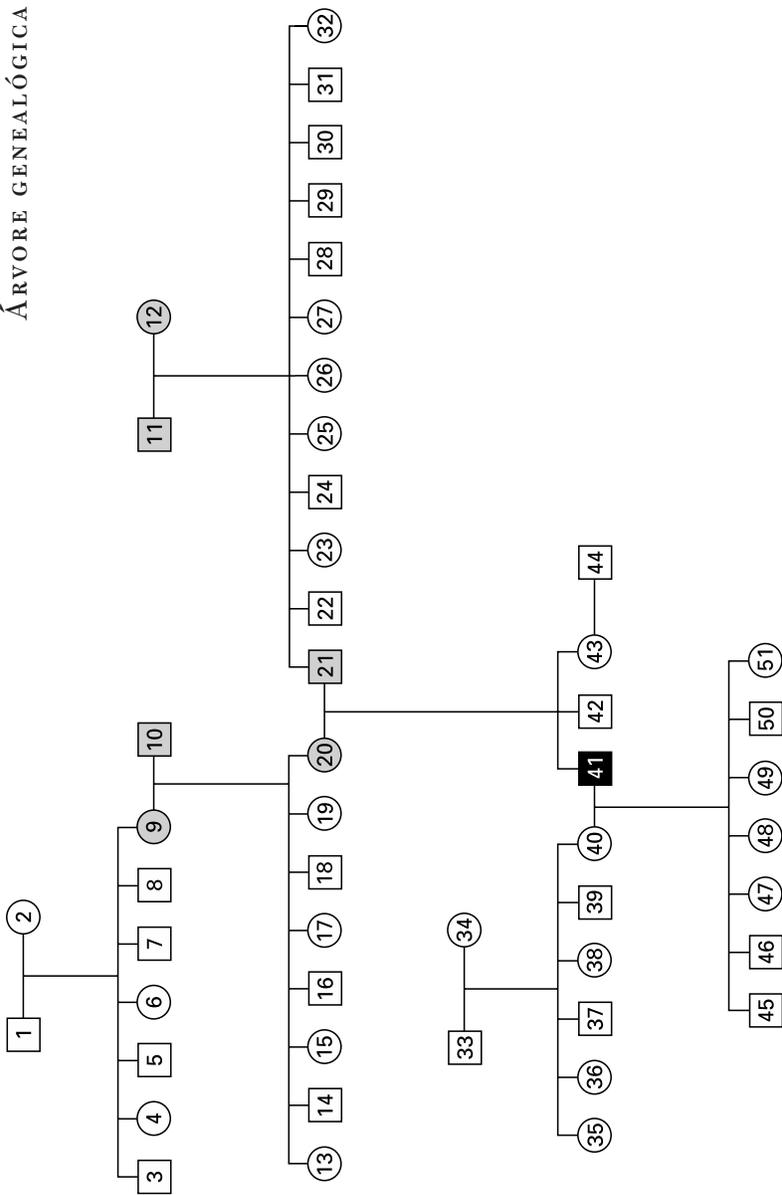
Apenas quatro anos depois de instalados em Porto Ferreira, a história dos Bergström se misturaria à saga dos Lourenço: a bela adolescente Ida Christina Bergström se casaria com Manoel Lourenço Júnior, que capitaneava uma verdadeira revolução local.

Manoel Lourenço desembarcara em Porto Ferreira em 1889, dois anos antes de Jonas. Filho de lavradores de Vendas de Maria, distrito português de Leiria, era inquieto e curioso. Com 21 anos conseguiu seu primeiro emprego, como marceneiro, mesmo ofício do futuro sogro. Mas não tardou a pedir as contas na fazenda onde trabalhava. Ansiava ter vida própria e, habilidoso com dinheiro, em pouco tempo juntara o suficiente para abrir seu pequeno comércio. Em 1893, inaugurou o Armazém Estrela, na avenida 24 de Outubro, em Porto Ferreira.

Porto Ferreira crescia rapidamente com o vaivém do intenso movimento de passageiros e cargas dos trens da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais. Grandes balsas circulavam pelo Mogi Guaçu, na época um rio caudaloso e largo, que ainda não havia sofrido o assoreamento que, no futuro, minaria a força de suas águas.

A loja de Manoel Lourenço logo ficou pequena para atender a demanda da crescente clientela. Foi necessário transferir o armazém para um outro imóvel, bem maior, na mesma avenida. Na nova casa, a agora Recreio das Famílias, havia de tudo: armarinhos, secos e molhados, móveis de ferro, materiais de construção. Ali também ele passaria a comercializar material escolar e livros, tudo trazido da capital. Instalou ainda uma tipografia e fundou um dos jornais pioneiros de Porto Ferreira, *A Folha*, com tiragem semanal e que circularia por mais de duas décadas. Nos fundos do próspero comércio, também exercia a fotografia – um de seus maiores prazeres. Mandou pintar na parede gravuras

# ÁRVORE GENEALÓGICA



1. *Jonas (bisavô materno)*
2. *Anna Catarina (bisavó materna)*
3. *Carlos Emílio (tio-avô materno)*
4. *Ana Eugênia (tia-avó materna)*
5. *Bror Axel (tio-avô materno)*
6. *Ema Maria (tia-avó materna)*
7. *João Oscar (tio-avô materno)*
8. *Ernst Anton (tio-avô materno)*
9. *Ida Christina (avó materna)*
10. *Manoel (avô materno)*
11. *Daniel (avô paterno)*
12. *Constância (avó paterna)*
13. *Maria (tia materna)*
14. *Alfredo (tio materno)*
15. *Leonor (tia materna)*
16. *Oscar (tio materno)*
17. *Alzira (tia materna)*
18. *Lourenço Filho (tio materno)*
19. *Leontina (tia materna)*
20. *Deolinda (mãe)*
21. *Joaquim (pai)*
22. *Maneco (tio paterno)*
23. *Angélica (tia paterna)*
24. *Lollio (tio paterno)*
25. *Luiza (tia paterna)*
26. *Magdalena (tia paterna)*
27. *Olympia (tia paterna)*
28. *Urbano (tio paterno)*
29. *Mário (tio paterno)*
30. *Homerio (tio paterno)*
31. *Flávio (tio paterno)*
32. *Maria (tia paterna)*
33. *Sebastião (Dadu, sogro)*
34. *Anna (sogra)*
35. *Lourdes (cunhada)*
36. *Terezinha (cunhada)*
37. *Guido (cunhado)*
38. *Celina (cunhada)*
39. *João (Fongas) (cunhado)*
40. *Carmita (esposa)*
41. *Helio*
42. *Lólio (irmão)*
43. *Isa (irmã)*
44. *Alberto (cunhado)*
45. *Ricardo (filho)*
46. *Eduardo (filho)*
47. *Maria Cristina (filha)*
48. *Maria Luísa (filha)*
49. *Maria Isabel (filha)*
50. *Marcelo (filho)*
51. *Maria Teresa (filha)*



1. O avô português Manoel Lourenço Júnior fundou o primeiro armazém de secos e molhados de Porto Ferreira.

rebuscadas que emolduravam os retratos das famílias de Porto Ferreira e de comunidades vizinhas.

Progressista, Manoel mais tarde ainda fundaria a primeira agência bancária local, filiada ao Banco Português do Brasil<sup>2</sup>. E fez até o impensável para os moradores – em 1910, antes mesmo que houvesse energia elétrica nas casas, inaugurou o primeiro cinema da cidade. O projetor, importado da Europa, funcionava com um dínamo a vapor. Para animar as matinês com filmes do cinema mudo, a esposa Ida Christina tocava música clássica ao vivo, junto com os filhos. No espaço, também eram encenadas peças de teatro, espetáculos de magia, bailes e até campeonatos de tiro ao alvo. Em casa, a família de Ida e Manoel crescia ano após ano. Tiveram sete filhos, educados sob disciplina austera e aulas de música.

\* \* \*

A família dos Oliveira, vindos de Trás os Montes em 1871, também foi protagonista de iniciativas pioneiras. No começo dos anos de 1900, a comunicação era difícil – os habitantes estavam espalhados na vila e no campo, em nove grandes fazendas de café. Ainda novidade em municípios de maior porte, os primeiros oito aparelhos de telefone foram instalados em pontos-chave – na companhia férrea, na prefeitura e na casa do médico da cidade, Carlindo Valeriani. Os demais foram distribuídos entre as maiores fazendas, que aceitaram contribuir para o alto custo da operação. Em 1909, por iniciativa de Joaquim da Silva Oliveira, foi criada a primeira central telefônica aberta a todos os moradores, instalada na casa de seu pai, Daniel de Oliveira Carvalho.

\* \* \*

2. A história das famílias pioneiras de Porto Ferreira pode ser vista em <http://www.portoport.com.br> e em <http://museuportoferreira.blogspot.com.br>, acesso em dez. 2016.

Daniel chegou jovem ao Brasil; tinha 25 anos quando desembarcou no Rio de Janeiro. Em São Paulo, em busca de oportunidades de trabalho, sua família tentou a vida em diversas cidades – passaram por Limeira, Santos e Rio Claro, até que decidiram instalar-se em Porto Ferreira. Consta que Daniel teria sido o responsável pela construção da primeira casa de tijolos no povoado. O casamento tardio, aos 40 anos de idade, com a portuguesa Constância, também foi o primeiro a ser celebrado no distrito. Antes da abertura do primeiro Registro Civil, do qual foi nomeado o primeiro escrivão, os casais tinham de celebrar as bodas em Descalvado e até lá iam todos os convidados, por mais de vinte quilômetros de precárias estradas de terra. Daniel e Constância tiveram doze filhos. Os vizinhos se impressionavam com a generosidade do casal que, mesmo com tantos filhos, abria sua casa para acolher crianças desamparadas. Daniel também foi um grande incentivador do teatro amador em Porto Ferreira e encenava peças com os filhos dentro da própria casa.

\* \* \*

Quando Deolinda, filha de Ida Christina Bergström e Manoel Lourenço Júnior, conheceu o marido Joaquim da Silva Oliveira, filho de Daniel e Constância, já se viam em todos os cantos de Porto Ferreira os frutos dos esforços daquelas famílias. Helio foi o primogênito, nascido em 1917, quando Deolinda tinha apenas 16 anos. A união das raízes sueca e portuguesa se expressaria na incansável capacidade de trabalho de Helio Lourenço de Oliveira, aliada a uma disciplina nórdica.

\* \* \*

Aos 60 anos de idade, Helio mantinha vívidas as imagens daquele tempo. Em um manuscrito, jamais publicado, ao especular sobre o porquê das diferenças entre as visões de mundo dele e as de um amigo de adolescência nascido em São Paulo, escreveu:

Distinguia-nos também – e por isso nos unia – uma diferença na sensibilidade a fatos sociais e políticos, mais claramente sociais, que devia ser resultante de uma experiência de vida completamente diferente na infância. Ele, passando-a entre a baixada do Tamanduateí e o Canindé, dividido entre os ecos da colônia árabe a que o ligava o pai, a intimidade doméstica presidida pela mãe portuguesa e a religiosidade católica da igreja Santo Antonio do Pary, que por certo período cultivou fervorosamente. Na competição natural com companheiros da rua ou da escola, na ebulição daqueles anos e daqueles setores da cidade, não devia ficar ausente a consciência das diferenças de raça ou de nacionalidade, patentes nas línguas e nos costumes que se cultivavam dentro das colônias e das famílias. Eu, na unidade comunitária da vida em Porto Ferreira dos anos 20, onde o Vicente Zini e o Martin Hansen eram simplesmente o sapateiro e o ferreiro, sendo apenas sabidas, mas deslembadas e sem nenhuma significação, as suas qualidades de italiano e de dinamarquês, assim como pouco importava serem “turcos” os irmãos Jorge e Constantino, que contribuía com as fazendas e armarinhos de sua loja. Só um contingente nacional era numeroso – o dos portugueses – e tão dominante que não constituía um grupo distinto, mas a base da própria comunidade, onde os elementos avulsos de outra origem se integravam completamente, caracterizando-se só como indivíduos e como profissionais, em seus ofícios ou suas pequenas indústrias domésticas. Socialmente, todos participavam dos mesmos grupos, das mesmas preocupações e distrações. Enquanto em São Paulo um menino logo podia perceber que ser católico era não ser protestante, nem judeu, nem ortodoxo, em Porto Ferreira a religião era sinônimo de igreja da praça, com o seu pároco, sendo questão de tácito foro íntimo as possíveis raras crenças divergentes. Quando Adelmo Giordano chega a Porto Ferreira, técnico da incipiente fábrica de louça, recém-vindo da Itália, e introduz em suas conversas um pensamento provocante, fora do pensar bitolado pela experiência local, aquilo passou a ser simplesmente “as idéias do Giordano”, isto é, seu traço pessoal, como qualquer outro. Eram as idéias socialistas que

agitavam sua terra, que agitavam o mundo – mas que não tinham significado em Porto Ferreira, ali não iam separar, nem unir, nem mover ninguém. O que importava era o Giordano homem, agradável, amigo, útil, bom papo, com opiniões que eram um tempero novo na conversa com os amigos. Em São Paulo, inclusive, e em particular na planície “além Tamanduateí”, “as idéias do Giordano” não eram só dele, mas agitavam grupos, e transformadas em sentimento coletivo já haviam movido multidões em confronto de classes. Já tinha havido greves operárias em São Paulo, numa São Paulo ainda no seu meio milhão de habitantes, mas já com ressonância para as vibrações mundiais, guerra, pós-guerra. Para um espírito sensível, colocado no meio desse ambiente, impunham-se as dúvidas do ser ou não ser, a angústia existencial: estado de espírito extremamente improvável em quem se criasse no burgo de Porto Ferreira. Até o Giordano se acomodou na pele do personagem que os ferreirenses viam nele – com ou sem resistências interiores, quem saberá?

## CAPÍTULO 2



### Os pais Deolinda e Joaquim

EM POUCO TEMPO, as fortes impressões de Porto Ferreira ficariam apenas na memória do menino Helio – os laços com parte da família seriam cortados precocemente. Antes, porém, o avô Manoel, ao mesmo tempo que investia em novos negócios, se preocupava com a falta de uma escola pública para as crianças. Iniciou nas páginas de *A Folha* uma campanha para a construção do primeiro Grupo Escolar da cidade, enquanto só o seu primogênito, Manoel Bergström Lourenço Filho, nascido em 1897, estava matriculado na única escola particular existente em Porto Ferreira. Essa escola fora aberta por um ex-escrivão de fazenda, conhecido na comunidade como um “mão-de-letra” por sua excelente e rebuscada caligrafia. Ele nada sabia de métodos de ensino e impunha frequentes castigos físicos e humilhações aos pequenos estudantes – aqueles que não copiassem bem a lição eram expostos na porta da rua com o “chapéu de burro”. Lourenço Filho conta que a mãe, Ida Christina, ficou estarecida quando soube da maneira com que eram tratadas as crianças:

Conheci os efeitos da pedagogia tradicional... e senti talvez mais, porém, pela educação que recebia em casa, e pela reação que esses processos pro-

duziam no espírito de minha mãe. Visitou ela um dia a escola e, de volta, não permitiu que eu continuasse nas aulas. Lembro-me das palavras repetidas com que justificava a meu pai sua decisão: “As crianças podem ser ensinadas sem ser maltratadas. Crianças não são feras”<sup>1</sup>.

Lourenço Filho também recordava com ternura a preocupação do avô sueco Jonas com a falta de um curso regular para os netos. Aos domingos, ele reunia as crianças em torno dele para estimular nelas o apreço pela leitura: “Lembro-me de ter aos 6 anos tomado parte nesses amáveis exercícios, que meu avô entremeava com a narrativa das ‘sagas’ de sua terra e de suaves canções suecas ao violino”.

O que não se suspeitava, então, é que essa traumatizante iniciação escolar determinaria o futuro de Lourenço Filho, e que o tornaria uma figura singular na vida do sobrinho Helio Lourenço. Depois do professor escrivão, ele passaria a ter aulas de alfabetização com um austríaco, que apesar de estrangeiro dominava bem o idioma. Com 9 anos incompletos, Lourenço Filho devorava todos os livros à venda na loja do pai e queria usar a tipografia instalada ali para editar seu próprio jornalzinho. O pai não autorizou. Inconformado, o menino correu até a igreja matriz e fez um apelo para que o padre, o português Moysés Nora, intercedesse. Tamanho empenho do menino na campanha acabou dando certo e o pai cedeu. Na primeira edição, Lourenço Filho informava no cabeçalho da primeira página a composição da equipe de seu jornal, *O Pião*: ele era o “Chefe, único redactor e typo-

1. As referências a esse período estão nos documentos “Fragmentos de um Retrato: Lourenço Filho”, palestrantes Ruy Lourenço Filho e Lêda Maria Silva Lourenço, em 29 de setembro de 1999 (<http://portal.inep.gov.br/memoria-1999>); e “Por Lourenço Filho: Uma Biobibliografia”, Carlos Monarcha, Ruy Lourenço Filho (org.) (<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/subcategoria/31>). Acessos em dez. 2016.

grapho”. Com saída aos domingos, a assinatura custava 200 réis e na quarta página o Chefe advertia: “Aquelles que não quizerem assignar devolvam elle”.

Com a bênção do padre, essa experiência de garoto seria a semente, no futuro, de uma importante fonte de sustento – quando o jovem Lourenço Filho se mudou para estudar na capital, conseguiu emprego em vários jornais, primeiro como tipógrafo e mais tarde como redator. Depois de anos colaborando para *O Estado de S. Paulo*, foi convidado a trabalhar na *Revista do Brasil*, levado pelo amigo Monteiro Lobato.

\* \* \*

Para o professor austríaco, longe de ser uma iniciativa louvável do talentoso menino, o interesse pelo jornalzinho era o grande vilão para o estudo dos números, mas suas insistentes tentativas com o pai para que o projeto fosse abandonado foram em vão. Quando o primeiro professor diplomado chegou à cidade para lecionar na escola estadual recém-inaugurada, o austero mestre austríaco aproveitou a ocasião para se desfazer dos alunos que considerava os mais problemáticos. Lourenço Filho estava na lista, e anos depois recordaria o contato com o novo professor:

Estabelecia-se desde logo, com aquele mestre singular, um laço de entendimento e de afeição que, para a maioria dos alunos, não deveria mais desaparecer. Sua atuação começou a exercer-se mesmo sobre os pais, porque o professor os reunia, em sua escola, ou os procurava na casa de cada qual. Para encurtar a história, quando esse professor foi removido para uma cidade vizinha, várias famílias enviaram para essa cidade os seus filhos, a fim de continuarem os estudos com ele. Fui um desses. E concluí assim os meus estudos primários na 1ª. escola pública masculina de Santa Rita do Passa Quatro, regida pelo professor Ernesto Alves Moreira. E havia decidido, por

mim mesmo, tanto quanto possível, imitar esse homem admirável. Pensei em ser professor...

\* \* \*

Lourenço Filho se tornaria um dos primeiros, e célebre, professores da família – nas gerações seguintes outros seguiriam a carreira de mestre. Mas ele foi longe, tendo ocupado no Rio de Janeiro, então capital, importantes cargos e colaborado na elaboração de diretrizes para a reforma educacional no país e da formação de novos professores em diversos estados. Nos anos de 1920, lançou no Brasil as bases da chamada Escola Nova<sup>2</sup>, movimento em voga, na época, em diversos países, no qual se questionava o elitismo da pedagogia tradicional, voltada às carreiras liberais. Durante toda sua vida foi um pensador da psicologia aplicada à pedagogia, publicou inúmeros artigos em revistas especializadas e jornais, presidiu associações de fortalecimento da educação formal. Em 1949, durante o seminário interamericano de alfabetização e educação de adultos, promovido pela Unesco no Rio de Janeiro, Lourenço Filho recebeu o título de “Maestro de las Américas”.

\* \* \*

No entanto, isso tudo acontecia longe dos olhos do sobrinho Helio. O menino assistia em Porto Ferreira ao drama familiar que culminaria na morte da avó Ida Christina. Desde o casamento aos 16 anos, Ida tivera uma escadinha de filhos. Depois do nascimento de Maria, a última filha, começou a apresentar sinais de demência, que se agravou rapidamente. Esqueceu o português e tudo o que fazia era resmungar em sueco, andando pela casa. Seus humores ficaram incontroláveis. O

2. Selma Cotta Chauvet Coelho, “A Reforma da Escola com Manoel Bergström Lourenço Filho e as Bases de uma Nova Escola no Brasil”, *Revista Teias*, vol. 15, n. 38, 2014.

marido Manoel Lourenço achou por bem separá-la da família e ordenou trancá-la em um quarto fora da casa. Helio se lembraria a vida toda da avó enclausurada. A bela e carinhosa Ida Christina morreu aos 40 anos de idade.

\* \* \*

Quem teve de assumir as rédeas da casa cheia de crianças pequenas foi Deolinda, filha mais velha de Ida e dois anos mais nova que o primogênito Lourenço Filho, que já não vivia na cidade. Com Maria ainda um bebê, Deolinda amamentou o filho Helio e a irmã ao mesmo tempo. Não tardou muito para que o viúvo decidisse se casar em segundas núpcias com Francisca Souza de Carvalho, a dona Zizinha, uma funcionária dos correios. A relação da madrasta com os enteados não era boa e Deolinda resolveu partir da cidade com o marido Joaquim, os dois filhos, Helio e Isa, e os irmãos Oscar, Leontina, Alzira, Leonor, Alfredo e Maria. Magoada, nunca mais voltaria a ver o pai Manoel Lourenço, que morreu aos 56 anos, apenas três anos depois da primeira esposa.

\* \* \*

Os primeiros tempos da numerosa família em São Paulo foram cheios de percalços. Disciplinada e séria, a jovem Deolinda, com 22 anos, assumiu os cuidados com a casa e as crianças, enquanto o marido e as irmãs adultas, Leontina e Alzira, buscavam colocação num mercado de trabalho até então desconhecido. Helio tinha apenas 8 anos quando se instalaram na capital, mas guardou na lembrança aquela época de dificuldades, quando a família foi obrigada a se mudar diversas vezes. Havia herdado do avô o gosto pela fotografia, e, adulto, fotografou as oito casas de sua infância em São Paulo e montou um álbum, anotando os endereços e os períodos em que viveu em cada uma delas.

Joaquim, Alzira e Leontina conseguiram trabalho em um laboratório. Era um negócio aberto poucos anos antes, cujo dono criara uma fórmula para acudir a esposa, que vinha apresentando desânimo e cansaços incomuns. Com o tempo e afinidades no trato, o chefe farmacêutico, Cândido Fontoura, tornou-se logo amigo da família, e passou a frequentar a casa dos Oliveira, onde o chamavam Candinho.

Candinho também escrevia artigos para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Tinha como colega o amigo Monteiro Lobato. Juntos, criariam o *Almanaque Fontoura*, distribuído em farmácias com passatempos e informações médicas e cuja tiragem chegaria à casa de alguns milhões nos anos de 1970. Jeca Tatu, personagem de Lobato, era o garoto propaganda. Ainda hoje, com alterações determinadas pela Anvisa, principalmente no teor alcoólico, a fórmula ainda é comercializada – o Biotônico Fontoura é um dos remédios mais antigos em circulação no Brasil.

A tia Alzira trabalharia durante muito tempo com Cândido Fontoura, que também prosperava a reboque do inseticida Detefon, cujo anúncio, um *jingle* que se tornou muito popular, afirmava que o produto não só exterminava moscas e mosquitos, pulgas e baratas, mas ajudava no combate da febre amarela, da malária e do tifo.

\* \* \*

A família alcançaria com o tempo uma estabilidade econômica sólida. Enquanto os adultos trabalhavam fora, os jovens estudavam. Lourenço Filho seguia de longe os acontecimentos da família e orientava especialmente os passos do irmão Oscar, que era exímio em ciências exatas e logo ingressou na Escola Politécnica, da qual mais tarde se tornaria professor. Ainda muito jovem, Oscar escreveu livros didáticos de química e de física, começou a traduzir para algumas editoras paulistas, e logo conquistou prestígio no mercado. Quando assumiu aulas no respeitado Liceu Rio Branco, o tempo ficou escasso e Oscar decidiu



2. *Helio, aos 2 anos de idade, e sua tia Maria, quatro meses mais nova.*

passar para o sobrinho Helio, então com 15 anos, as novas encomendas de traduções, principalmente as do francês e do inglês. No entanto, a vida do jovem Helio, intensa e cheia de novidades, logo sofreria uma mudança dramática, que o obrigaria a amadurecer precocemente.

Joaquim, o pai de Helio, desde Porto Ferreira apresentava sinais de arritmia cardíaca. Em uma ocasião, chegou a desmaiar na estação de trem de Pirassununga, enquanto aguardava para embarcar ao final de uma viagem profissional, um encontro de escrivães. Foi socorrido por Sebastião Brandt da Silveira. Ali mesmo, passado o susto, os dois selariam uma amizade para a vida inteira. Dadu, como Sebastião era conhecido, era dono de jornal e participava da política de Leme, tendo sido interventor na prefeitura da cidade, após a revolução de 1930.

Nos anos seguintes ao encontro dos novos amigos, Helio passaria suas férias em Leme, na fazenda de Dadu. Dela fazia parte o morro onde hoje há uma imagem de Cristo, à beira da rodovia Anhanguera, a 185 quilômetros da capital. Em 1926, quando nasceu Lólio, irmão caçula de Helio, a relação entre as famílias era já muito estreita. Até hoje é lembrado na família que as habilidades de Deolinda ao violino não puderam alegrar os encontros em Leme porque o Lólio bebê abria o berreiro cada vez que a mãe tocava. Só depois de crescido o menino, Deolinda voltaria a arriscar uma valsinha ou outra no violino.

As alegrias das viagens de férias e de confraternização foram interrompidas pela morte súbita de Joaquim. Helio escreveria mais tarde:

Miocardite foi o diagnóstico que meu pai recebeu do professor Rubião Meira, alguns meses antes de cair morto à porta da nossa casa, quando, após o almoço, saía para o trabalho, em abril de 1933. Não havia ainda completado 42 anos de idade. Há muito tempo ele sofria de arritmia; sei disso porque uma vez ele mesmo a demonstrou para nós em casa: colocou um palito de



3. *Helio com os pais, Deolinda e Joaquim, em dezembro de 1932. Joaquim morreria pouco depois, aos 41 anos.*

fósforo sobre a artéria radial, no seu punho magro, e chamou nossa atenção para a irregularidade das pulsações que esse indicador improvisado ampliava. Meses antes da morte, tivera uma síncope inexplicável, da qual se recobrou; esse episódio foi no escritório onde trabalhava. Este deve ter sido o motivo de sua consulta com Rubião Meira, ao qual foi levado pelo Erlindo Salzano, então recém-formado em medicina e com quem ele se abria sobre suas preocupações com a própria saúde.

Muito depois, já em Ribeirão Preto, Helio se convenceu de que a doença que vitimara seu pai fora a doença de Chagas.

Viúva, Deolinda jamais se recuperou da perda e guardou luto perpétuo. Vestiu-se de preto durante toda a vida e raramente se permitia, em festas solenes ou casamentos, tecidos que tivessem algum detalhe, sempre brancos. Preocupado com a profunda tristeza da mãe, Helio instruíu o pequeno Lólio, com 6 anos de idade à época da morte do pai, a poupar-lhe aborrecimentos. Lólio, aos 89 anos de idade, ainda se recordava daquele momento<sup>3</sup>:

A primeira lembrança ilustrativa de nossas relações, espantosamente clara na minha fraca memória, é a de, alguns dias depois da morte de nosso pai, ele ter-me levado para uma passagem que saía do jardim da frente da casa e passava rente ao muro, levando para o quintal do fundo. Ali, a meio caminho nesse ‘túnel’, paramos, para ele me dizer – meio crítica, meio advertência – que, quando nossa mãe estivesse chorando, eu não ficasse ali olhando para ela: que a agradasse ou saísse de perto.

3. Lólio, irmão caçula de Helio, colaborou com entusiasmo para esta biografia. Garimpou cartas pessoais e resgatou na memória detalhes que julgava importantes da história da família. Mas Lólio não chegou a ver a publicação concluída. Faleceu aos 89 anos de idade, em São Paulo, no dia 9 de novembro de 2016.

\* \* \*

Pouco a pouco a vida teve de ser retomada. Helio assumiu a criação de seu irmão caçula como se fosse a de seu próprio filho. Nas ocasiões em que estava de viagem, mandava cartas com orientações gerais e de apoio fraterno, como nesta enviada dos Estados Unidos ao irmão prestes a se submeter ao exame de admissão ao ginásio:

Lolito,

Escrevo-lhe esta carta com o propósito de fazê-la chegar a você antes do dia 16. Nesse dia você entra em exame; também nesse dia, há nove anos, eu fazia a mesma coisa. Mas, iniciando aqueles “terríveis” exames de admissão no ginásio do Estado, não ia senão “ver como era”, para no ano seguinte tentar a sério; isso porque, tendo terminado o Grupo [Escolar] só dois meses e meio antes, tendo estudado apenas durante as férias e quase sozinho, as minhas condições não deveriam ser as mais favoráveis para um bom êxito. Como você sabe, esse êxito não foi bom porque foi ótimo...

Tudo que está dito atrás pode se aplicar a você. E ainda lhe conto uma coisa: no exame oral de português, perguntando-me o examinador que tempo de verbo era “falando”, eu não soube dizer que era participio presente... Isso não é conselho para que você esqueça o que sabe e desaprenda os verbos, mas apenas uma demonstração de que se em alguns pontos eu estava, talvez, mais bem preparado que você, em outros eu estava muitíssimo pior. Você pode, portanto, sair-se dos exames tão bem como eu. Pode, também, sair-se muito melhor. Mas como tudo é possível, imaginemos que você não entre no ginásio; então? Não haverá nenhum mal nisso; entrar será honra; não entrar, a coisa mais natural do mundo, que não lhe trará nenhuma vergonha. Eu esperava mais não entrar do que entrar; como pensava deste modo, fui com a maior despreocupação deste mundo para as provas. Essa foi a principal causa do meu bom sucesso: não julgando nunca que tinha obrigação de fazer bonito, eu mostrava o que sabia, sem tremer nunca de

medo que aquilo fosse pouco. Essa despreocupação traz naturalidade e traz calma, que são dois fatores importantíssimos.

Outro ponto: você terá de se sentar diante de professores, geralmente sérios, que fazem os exames orais. Não se impressionar com eles; por muita importância que aparentem (nem todos: uns são bem pé-rapados...). Eles não são deuses nem demônios; são homens, são bons homens. E o que eles fazem, o exame oral, é a coisa mais natural do mundo. Exame oral é conversa. Você sabe conversar. Logo você deverá fazer bons orais...

Quanto ao preparo propriamente dito, você sabe o que lhe resta fazer: ir repassando, em uma ou duas horas por dia, a geografia e a história (populações do Brasil!...); fazer uns ditadinhos com a Maria, e ir conversar com o Oscar, como lhe recomendei, a propósito das ciências. Tudo isso moderadamente, intervalado com boas distrações.

Toda essa lenga-lenga, descendo-me do cérebro, passou pelo coração antes de chegar ao bico da pena. Faça dela o que lhe parecer melhor...

Notícias daqui irão noutras cartas. Dê um grande abraço na mamãe; lembanças a todos;

Um abraço do Helio

Lólio não só passaria no exame, acertando todos os tais verbos da prova oral, como dedicaria a vida toda à literatura, e viria a ser um excelente tradutor.

## CAPÍTULO 3



### O encontro com Carmita

AS SUCESSIVAS MUDANÇAS de endereço em São Paulo teriam fim com a mudança para a casa da rua Dona Avelina, 162, no bairro de Vila Mariana, onde viveriam por muitos anos. Aos poucos, os irmãos de Deolinda constituíram suas próprias famílias e se mudaram, mas nunca para muito longe dali.

No final de 1933, ainda aluno do respeitado *Gymnasio do Estado*, Helio usava uma faixa preta costurada na gola do paletó em sinal de luto pela perda do pai. No ano seguinte à morte de Joaquim, decidiu seguir a carreira de médico. Teria de estudar em uma escola pública, não havia como ser diferente. Afastar-se da mãe e dos irmãos, naquelas circunstâncias, não entrava em suas cogitações, e a ideia de ser um agrônomo, acalentada pelo apreço que sempre sentiu pelas coisas do campo, se tornava irrealizável naquele momento. A opção pela medicina foi uma decisão natural, sem dilemas, o que o levou a nunca acreditar em vocação específica, como repetiria sempre que perguntado.

O tio Oscar, mais tarde catedrático de Física e Química da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), durante a adolescência supriu de certa forma a figura paterna precocemente ausente da vida de Helio. Outra figura masculina, a de Sebastião Brandt, o Dadu, de-

sempenharia na sua vida também papel importante e crescente. Desde o socorro que prestara a Joaquim em Pirassununga, Dadu e seu pai viraram compadres. Depois da morte de Joaquim, Dadu se empenhou em confortar Helio e sua família. E as viagens à fazenda em Leme se transformaram em um alento.

Helio cedo se acostumou à presença de Carmita, a primogênita de Dadu, uma menina loira cheia de personalidade. Brincavam até a exaustão e ele via nela uma espontaneidade que às vezes lhe faltava. Quando o coração começou a se agitar diferente na presença dela, Helio o confessou em cartas e a menina ingênua não entendeu, a princípio, o que estava acontecendo. O elegante texto era um enigma e ela pedia a ajuda do próprio pai para compreendê-lo. A diferença de cinco anos foi se diluindo e a adolescente de repente descobriu o amor. Das brincadeiras de crianças descalças, passaram a traçar planos para o futuro. Em novembro de 1944, já formado e iniciando carreira no Hospital das Clínicas de São Paulo, Helio enviou uma carta aos pais de Carmita, dona Anna e Dadu, para formalizar o pedido e fixar a data do casamento.

Esta carta é para conversar com vocês (permita-me, D. Anna!) sobre o meu casamento com a Carmita. Conversa em que eu falo primeiro, mas quero logo escutar – e sei que a resposta, que quereirei ter como uma espécie de documento deste momento da minha vida, virá com a mesma compreensão que eu tenho da desnecessidade de preencher fórmulas convencionais. Vamos simplesmente conversar sobre um assunto que interessa a todos nós. Uma troca de impressões e de idéias de manifestação de sentimentos que podem ser necessárias agora, mas que são tão oportunas como em qualquer outro momento, e que sobretudo são para mim a mais agradável das conversas.

Vocês conheceram um Helio de que nem eu me lembro; durante uns anos conheceram a minha casa e o ambiente humano e familiar em que eu me



4. *Em 1934, Lólio, irmão caçula de Helio, na frente da casa da rua Dona Avelina, na Vila Mariana, reduto da família.*

formava, em todos os detalhes, a maior parte dos quais eu nem percebia, ou não podia compreender. Esses anos da primeira fase da vida são os que dão os grandes traços do que vai ser a futura e definitiva estrutura moral. Tudo o mais – a escola, os amigos, os livros, o mundo envolvente no futuro – contribui com minúcias e alterações de segunda ordem nessa determinação do caráter, pois que a experiência de dezenas de anos de vida adulta ativa e variada é certamente uma insignificante miséria diante da formidável experiência adquirida até os 5 ou 6 anos de idade pelo ser que um dia abriu os olhos para ver a luz pela primeira vez.

Pois este lastro básico, que eu levo comigo, vocês conhecem melhor do que eu mesmo. O que eu pude sentir depois muito bem – e não faltaram oportunidades ao menino em férias, ao rapaz a passeio, a esse mesmo rapaz no momento de maior tristeza da sua vida, e depois ao homem maior de idade em dias de repouso no interior – foi que vocês sempre tiveram a melhor consideração pelo que conheciam de meu passado. Não era para admirar isso, partindo tal sentimento das pessoas que aqui em casa eu aprendia a conhecer como “os que nós podemos dizer que são os amigos de verdade”.

Não posso realmente dizer com certeza quando o homem de maior idade começou a ir ao interior sem que fosse simplesmente em busca de repouso. Sempre tive a certeza de que vocês poderiam dizer isso com mais exatidão que eu mesmo... Se eu tivesse querido abrir a boca para lhes dizer uma palavra sobre isso, certamente teria sido atrasado. Mas eu nunca quis, realmente. Para que dizer aos seus ouvidos e esperar ouvir de suas bocas o que, pelo coração, vocês já tinham sentido e eu já havia compreendido?

Os anos que se passaram desde então me trouxeram a um ponto em que eu me dou por satisfeito ao desfrutar a situação material que já fora minha conhecida, nos meus dias de estudante que dava aulinhas nas horas vagas. Me trouxeram por um caminho difícil, fazendo-me conhecer há dois anos uma penúria talvez comparável, mas certamente muito mais sentida, à do escolar de 1926 ou 1927. E vim aprendendo coisas por esses anos. Principalmente

corrigindo idéias bonitas e aéreas que o estudante se dava a liberdade de alimentar a respeito do futuro profissional. Mas vim através de tudo com tal equilíbrio moral que nada repercutiu dentro de mim como desilusão. E vim a ter novas idéias sobre a minha carreira, menos aéreas, mais modestas no que diz respeito a resultados materiais e, de modo diferente, tão bonitas como as do estudante. É a uma vida modesta que vou trazer a Carmita, talvez difícil até, em algum momento, se bem que eu possa esperar que isso não se dê. Ela sabe disso. Sinto-me satisfeito com a impressão de que ela, no seu orgulho, chega a gostar disso – pois que se vier a desfrutar no futuro uma vida melhor será a vida que ela também construiu. Para o temperamento dela, a sensação de felicidade será mais completa na vida feliz que ela ajudar a construir. Assim, quero crer que a resposta dela “isso não me assusta”, à carta em que lhe dei uma idéia concreta da minha situação financeira, não significará apenas a aceitação de uma situação, mas a aceitação de uma luta. Lutaremos.

Não posso deixar de dizer a vocês que o casamento com a Carmita nunca deixou de significar para mim, do modo mais agradável, o novo tipo de relações que haverá entre nós. Não penso na Carmita apenas como a noiva que eu escolhi, penso sempre também que ela é filha da Anna e do Dadu. Isso aumenta a minha satisfação e a confiança com que iniciarei a vida nova que janeiro deverá trazer-me. Igual satisfação, e idêntico acréscimo nessa confiança, me vem das relações e dos sentimentos que ligam a Carmita à mamãe. Nem chego a perceber indícios dessa sensação de rivalidade com que as mães consideram as noivas de seus filhos – um sentimento natural e humano. É que no nosso caso já existe entre as duas a confiança e a convivência, que geralmente só vem mais tarde, para garantia da amizade e da harmonia. A mamãe apenas esperará da Carmita, naturalmente, a felicidade do seu filho, mas espera isso com a mesma confiança que eu tenho.

A Carmita é, também, irmã da Lourdes, da Terezinha e da Celina, e do Guido e do Jongas. A festa e o carinho com que as meninas me recebem sempre, e a satisfação com que os dois homens me veem chegar, mal



5. *Helio e Carmita casaram-se em janeiro de 1945 e tiveram sete filhos.*

disfarçados pela barulheira da Lourdes ou pelo acanhamento do Guido, me fazem agora pensar também com satisfação em todos eles. Viva esse cunhado! Vivaaa!...

Não creio que haja maior interesse em falar de detalhes dos planos meus e da Carmita a respeito do casamento em si; a data, que pedi à Carmita para escolher em janeiro, foi apenas sugerida e não fixada por ela. Haverá tempo para fixá-la, mas naturalmente só a impossibilidade por motivos excepcionais é que poderá impedir que seja aquela para a qual, nas suas sugestões, a Carmita mostrar mais simpatia. Todos esses assuntos serão melhor conversados aí, numa próxima visita minha. Como isso demorará ainda umas semanas, segundo penso, espero que me escrevam antes, assim como a Carmita.

Com um grande abraço, amigo e grato, despede-se

Helio

Os futuros sogros respondem com uma pitada de humor na carta de resposta e não disfarçam a alegria do consentimento.

Helio, Caríssimo,

Recebemos sua carta de 2 do corrente e somente 11 dias depois é que passamos a responder. Parece até que o assunto esteve em estudos em diversos ministérios da família para depois ser resolvido. Nada disso houve, porém. Estudar a pessoa do candidato, do Helio, cuja alma e cujo coração são por nós conhecidos à raio x, é mais que perder tempo. Dar o consentimento para que a nossa filha Carmita case-se com você? Ora, bondosíssimo Helio, isso fazemos gostosamente e esperamos sua próxima vinda para marcar o dia.

Achamos que nada mais precisamos dizer no momento, a não ser que a nossa filha Carmita está muito feliz.

Abraços amigos dos que muito o estimam,

Anna e Dadu

Ambos conheciam de cor o esforço e o longo caminho que o jovem Helio percorrera até aquela decisão de tornar-se o marido de Carmita. Em 6 de janeiro de 1945 o casamento foi consumado. Viveram juntos por quarenta anos, até a morte de Helio.

## CAPÍTULO 4



### Militância no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz

ANTES DE SUBIR ao altar, Helio enfrentaria a vida de estudante universitário e um estágio fora do país até alcançar a desejada estabilidade para casar-se com Carmita. E seria uma jornada dura. O gargalo para uma vaga na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo era o curso pré-médico. Helio, estudante dedicado, foi aprovado. Logo nos primeiros meses do curso precisou buscar uma fonte de renda que assegurasse sua sobrevivência. Abriu, junto com alguns colegas, um cursinho pré-universitário, instalado em duas salas alugadas no centro da cidade. Entre os alunos estavam jovens que décadas mais tarde se tornariam seus colegas, professores na Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto – Renato Alves Godoy, José Augusto Laus, Victório Valeri, Domingos Abrão Lomônaco.

No Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (Caoc), de cuja diretoria fez parte, Helio militou pela qualidade do ensino da faculdade. Em certos momentos foi o porta-voz das demandas estudantis. Em 1937 estava na ordem do dia a necessidade de construção do Hospital das Clínicas. Terceiranista, ele era o segundo secretário do Caoc e foi incumbido de dirigir a edição especial do jornal *O Bisturi*, inteiramente dedicada à



6. *Em seus manuscritos, Helio Lourenço cita os “atritos intelectuais” que mantinha com colegas de faculdade, em longos passeios no centro de São Paulo.*

campanha empreendida pelo centro acadêmico em prol da construção do Hospital<sup>1</sup>.

A estrutura acadêmica da Faculdade de Medicina de São Paulo passara por profunda reforma em 1926, como parte do acordo mediante o qual a instituição receberia 1 milhão de dólares da Fundação Rockefeller. Entre as condições exigidas pela Rockefeller para a celebração do acordo encontrava-se a construção pelo governo do Estado de um hospital de ensino (as outras exigências foram a adoção de tempo integral para pesquisa e docência nas disciplinas básicas e a limitação do número de vagas do curso médico). Em letras garrafais, a manchete de *O Bisturi* era: “São Paulo necessita do Hospital das Clínicas. Não temos, em absoluto, hospitaes que preencham as necessidades da assistência e sirvam aos desígnios da fé científica”, frase atribuída ao professor Clementino Fraga. O então presidente do Caoc, Riberto Brandi, assim definia a motivação que sentiam:

Queremos, nós, atuaes alunos da Faculdade de Medicina, representando as futuras gerações de estudantes, em nome da maior eficiência do ensino médico, em nome da civilização e da humanidade, em nome do bom conceito de S. Paulo, que se proscreeva a atual situação, deprimente e insustentável, verdadeiramente asfíxiante, em que ao mesmo tempo que se dificultam a didática e o progresso da ciência se deixa ao desamparo completo um número interminável de doentes pobres.

Foi com esta promessa, de lutar pela construção do Hospital das Clínicas, que a chapa fora eleita.

1. A coleção de *O Bisturi* pode ser acessada na Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP, disponível em <http://www.obrasraras.usp.br>, acesso em dez. 2016. A campanha pela construção do HC é de agosto de 1937, número 22 do jornal do Caoc.

No texto de apresentação, Helio apontou a incongruência da suposta excelência buscada pela faculdade e as condições em que os ensinamentos efetivamente se davam. “Segundo uma imagem pittoresca usada pelo professor Almeida Prado ao encerrar a solenidade da posse da nova diretoria do Centro, em fevereiro deste ano, o ensino médico na Universidade de S. Paulo é como um hemiplégico, apresentando-se desenvolvidíssimo, no que concerne às sciencias básicas, e deficiente no relativo às cadeiras de clínica, à medicina propriamente dicta.” Em seu artigo “Uma Obra Completa”, no qual clama pela construção do hospital, Helio expõe ideias que animariam sua ações, concretizadas anos mais tarde:

As sciencias podem se classificar; não se comprehende porém, que se queira dispô-las em hierarchia, todas valem igualmente si todas possuem um legítimo campo de pesquisas; porque, o seu campo abrangendo condições normaes e anormaes da vida humana, encontram-se as sciencias médicas em contacto frequente com a medicina pratica, não valem elas menos que as outras, nem é menos possível nelas a pesquisa desinteressada. O ideal universitário do incremento da pesquisa scientifica pura requer, portanto, também, a construção do Hospital das Clinicas da Faculdade de Medicina.

E conclui: “Que o esclarecido governo do estado permita a São Paulo, olhos postos na grandeza e no prestígio do Brasil, apresentar ao mundo mais uma prova de sua soberba capacidade de trabalho e de organização: dentro de uma universidade que ganha cada dia mais consistência, uma Faculdade de Medicina modelar e completa”.

Foram rodados duzentos exemplares da edição de *O Bisturi*, em papel especial, enviados estrategicamente ao governador, a autoridades, alunos e professores e ainda para a imprensa, que já havia abraçado a campanha em questão. No ano seguinte, 1938, mais de dez anos depois

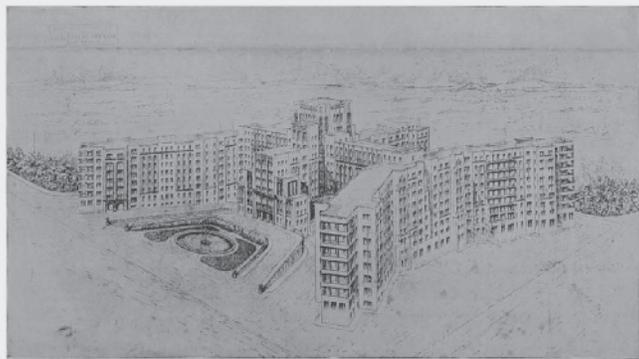
DIREÇÃO  
de  
Helio L. de Oliveira  
Luiz Oriente  
Genesio Cancillo



NUMERO ESPECIAL DEDICADO A CAMPANIA PRO' CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE CLINICAS  
ANO V [ ] Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo [ ] Agosto 1937 [ ] Nº 23

# São Paulo necessita do ✦ Hospital de Clinicas ✦

“Não temos, em absoluto, hospitaes que preenham as necessidades da assistencia e sirvam aos desígnios da fé scientifica”



“NÃO TEMOS, EM ABSOLUTO, HOSPITAES QUE PREENHAM AS NECESSIDADES DA ASSISTENCIA E SIRVAM AOS DESÍGNIOS DA FÉ SCIENTIFICA”

FUI COM ESSA FERRA QUE NUM APANHADO FELIZ DE SINTIEME O CLAREZA O GRANDE MEDICO PATRIOTICO CLEMENTINO FERREIRA, FOCALIZOU EM DEUS A ORGANIZACAO HOSPITALAR E O ESFORÇO TITANICO DA MEDICINA DE NOSSA TERRA.

FELICIDADE DO AMBITO NACIONAL E RESTRAINDO-NOS A

ANALISE DO PROBLEMA HO-MENDE EM NOSSO ESTADO, VEMOS QUE, FORTUNATEMENTE, QUANTO DE VERDADE AQUELLA EXPRESSAO ENCEBA.

NEM COMPREHENDENDO ISSO E ATTENDENDO A SITUACAO ANGIOSITICA EM QUE NOS ENCONTREMOS A DIRECTORIA DO C. A. O. E. PROMOVU DESENHO DE SUAS ACTIVIDADES E COMO PONTO CAPITAL DE SEU PROGRAMA, A CAMPANIA QUE VISA CONCRETIZAR O MAIOR SONHO DOS ACADEMICOS DE MEDICINA DE SAO PAULO: A CONSTRUCCAO DO HOSPITAL DE CLINICAS.

ARUDA E VONTADOSA, SEM O BAIXEIRO E A NOSSA TERNURA, MAS NOBRE E SUBLIME E O IDEAL QUE DOS ANIMA!

AS PRIMEIRAS LIZES COMEÇAM A BRILAR O SONHADOR, NO DEUS DO OBSCURO E ROMBEO CONFIDENCIOSO COM O VIEIRO DOS CLARINS ANUNCIADORES DE NOSSA CAMPANIA DESPERTAR

A CONSCENCIA DAQUELLES QUE BELAMENTE AMAM O VENCIMENTO DE PARALISADO E DE SUCEDIDA QUE ANSALDO VIEIRA DE CLAREZA CONSTRUI ENTRE NOS, PARA OBSCURO DE NOSSA CENITA!

AGU! ESTÁO ATRAVEZ DAS PAGINAS DESTE NUMERO ESPECIAL, D'OS SINTIEME OS MELHORES PRODUTOS DE NOSSA ACTIVIDADE. OBRIGADO A NOSSA ESPIGA, NA DATA GLORIOSA DO DIA, EM QUE COMMEMORAMOS O 100 ANIVERSARIO DO C. A. O. C.

7. Em agosto de 1937, Helio Lourenço foi encarregado da edição especial de O Bisturi, jornal do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, que cobrava providências das autoridades do Estado para a construção do Hospital das Clínicas de São Paulo.

de firmado o compromisso com a Fundação Rockefeller, finalmente foi lançada a pedra fundamental do Hospital das Clínicas de São Paulo, oficialmente inaugurado em 1944.

Ainda um estudante, Helio já vislumbrava a universidade como um espaço amplo e diverso. E essa sua postura intelectual o colocaria no centro de um episódio dramático. A Universidade de São Paulo havia iniciado suas atividades em 25 de janeiro de 1934, no aniversário da cidade. As unidades que a compunham foram sendo instaladas em diferentes locais da capital<sup>2</sup>. Os departamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras estavam espalhados, e o de Química inicialmente fora levado para o prédio da Faculdade de Medicina, no bairro de Pinheiros. As obras de uma reforma de ampliação desse departamento da Filosofia dariam origem a uma verdadeira revolta estudantil, insuflada, segundo testemunhas, por alguns docentes da Faculdade de Medicina.

Durante assembleia do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, convocada para definir a posição dos alunos sobre aquelas obras, a opinião majoritária revelou-se contrária. Em meio à discussão acalorada que precedeu a votação, Helio tomou a palavra para colocar-se a favor da obra, mas conseguiu dizer apenas uma frase: “Não sejamos xenófobos por princípio”. Constrangido diante da vaia estrepitosa, decidiu abandonar a discussão e voltar para casa. Já era tarde da noite e, enquanto esperava o bonde na rua da Consolação, ainda pôde ouvir o estrondo em meio a forte alarido na obra contígua à Faculdade: os seus colegas haviam deixado a assembleia e destruído os alicerces e as torres com roldanas da obra da Filosofia. Um episódio do qual Helio sempre se recordaria, e que mencionava a propósito de atitudes elitistas ou preconceituosas no âmbito acadêmico. Para ele, a universidade para fazer jus ao nome não deveria comportar feudos isolados.

2. O *campus* Armando de Salles Oliveira foi inaugurado somente nos anos de 1960.

## CAPÍTULO 5



### O aprendizado de clínica na Santa Casa

APESAR DO ENVOLVIMENTO direto na campanha pela construção do Hospital das Clínicas, a turma de estudantes que chegava ao quarto ano em 1938 não pôde contar com as instalações do moderno HC para seu treinamento. No início de sua formação clínica nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia, Helio logo entendeu que o aprimoramento do conhecimento e a ampliação das habilidades técnicas dependeriam do seu próprio empenho, já que o programa oficial do curso da faculdade não os forneceria. Ele, que gostava de escrever, décadas depois se dedicou a registrar as primeiras impressões sobre seu curso médico em um manuscrito, texto revelador de uma época e que permaneceu inédito até agora:

Nos anos de faculdade, nunca me havia sido dada a oportunidade de qualquer prática cirúrgica. O máximo da minha cirurgia foram manobras de agulha ou pequenos trocateres: punções pleurais e abdominais, introdução de agulha em veias para colheita de sangue ou injeção de medicamentos. Estas eram práticas comuns nos doentes da 2ª Medicina de Homens que tive a meu cargo, na Santa Casa de São Paulo. Mas é verdade que aquela oportunidade, que o curso não ofereceu, também não foi buscada por mim. A enfermaria

de clínica era absorvente, frequentava-a sete manhãs por semana; aos cursos clínicos formais destinava somente as horas de frequência absolutamente compulsória. Assim, nunca fiz eu mesmo um parto, presenciei apenas um; nunca pratiquei uma punção raquidiana; nunca fiz uma sutura; nunca extraí um corpo estranho, ainda que dos mais acessíveis, nunca tratei de uma fratura óssea. Esse tipo de experiência não fazia parte da formação normal do estudante. Obtinha-a aquela que a procurasse como atividade extracurricular – e o que eu procurei nesse caráter foi entender o fato médico básico, e isso tinha de ser buscado na clínica médica. Naquele tempo, nem era em todas as enfermarias de clínica médica dirigidas pela faculdade na Santa Casa que isso podia ser conseguido satisfatoriamente. O serviço clínico “científico” mais disputado na época era a 2ª Medicina de Homens, e os estudantes tinham notícia disso. Acheguei-me a ela nas férias do fim do 3º ano entre as fases pré-clínica e clínica do curso.

O jeito era ir se fazendo presente, ir se anexando a algum estudante adiantado que, frequentando-a há algum tempo, já tivesse “seus leitos”, isto é, a responsabilidade de redigir a observação inicial e acompanhar o tratamento dos pacientes que aparecessem nessas camas da enfermaria. Sapeando, depois dando uma ajuda ocasional, fazendo-se uma presença constante, demonstrando que já sabia um pouco de semiologia, acabava o neófito recebendo a incumbência de examinar um doente novo, e insensivelmente tornava-se o “dono” de um leito. De três ou quatro, daí a algum tempo, quando já quintanista, em geral. Nessas funções era subordinado a um “chefe de grupo” da enfermaria, geralmente um docente. Mas a posição era independente de suas obrigações e compromissos que como aluno tinha em relação à faculdade.

Com as minúcias que se esperavam numa observação clínica e na subsequente observação diária do paciente, naquela enfermaria, naquele tempo, três ou quatro leitos davam muito trabalho. Com as visitas junto ao chefe do grupo e as discussões minuciosas das observações novas – atividades que não

diziam respeito apenas aos “seus” leitos –, havia trabalho para sete manhãs por semana, realmente.

O forte da enfermaria era a semiologia. O grande objetivo da atividade clínica, ali, era o diagnóstico. “Exame completo de todo doente, qualquer que seja sua queixa”, “esgotar todas as possibilidades de informações de cada um dos métodos – inspeção, palpação, percussão, ausculta – independentemente um do outro”, e “registro escrito de todos os dados obtidos, normais ou anormais” eram alguns dos ensinamentos em vigor. E a anamnese, por miúdo em toda a sua sistemática: “queixa e duração”, “história pregressa da doença atual”, interrogatório sobre possíveis sintomas relativos aos vários sistemas do organismo e sobre todos os antecedentes pessoais e familiares, os hábitos, as condições de vida. Para o estudante, eram duas ou três manhãs de trabalho. Submetia-a, depois, à correção e crítica do chefe do grupo, lendo-a paulatinamente, em presença do doente e dos outros estudantes e de médicos de menor categoria que eventualmente integrassem o mesmo grupo. O chefe, ao mesmo tempo, interrogava de novo o doente se não achasse clara, verossímil ou completa a informação registrada; em seguida, acompanhando a leitura dos dados do exame físico, refazia todo esse exame. Onde discordasse do estudante, este havia também de reexaminar, e de fazer imediatamente a devida correção na observação escrita. Outros estudantes, na oportunidade, examinavam parcialmente o doente, naquilo em que existisse maior interesse pela existência de anormalidade significativa. Terminava-se com a discussão diagnóstica sob vários aspectos – o diagnóstico funcional e o anatômico, a caracterização sindrômica, a etiopatogenia. Assim, o processo era longo e tomava a manhã toda, não raro duas manhãs [...].

Quando começou a frequentar a 2<sup>a</sup> Medicina de Homens, esta era compartilhada por dois grupos de estudantes, cujos chefes eram os professores José Ignácio Lobo e Jairo Ramos. Helio tinha seus leitos na ala direita da enfermaria, sob a responsabilidade de Ignácio Lobo,

que logo cederia lugar a João Alves Meira. Seu manuscrito revela como a convivência com esses mestres seria inspiradora para seu próprio futuro como professor.

José Ignácio Lobo e Jairo Ramos eram colegas de turma e livre-docentes que haviam prestado juntos o concurso para esse título. Mas eram temperamentos completamente distintos. Lobo cumpria os ritos, esperava que as observações clínicas dos doentes de seu grupo fossem bem-feitas e apresentadas para discussão, mas não fazia muita questão disso. Às vezes, tínhamos uma dessas observações prontas durante alguns dias, até conseguir que ele se dispusesse a ouvi-la e corrigi-la. E não era, em geral, minucioso nessa tarefa; ouvia, comentava o mais importante, fazia alguma correção mais essencial, discutia brevemente. Parecia entediarse com as repetições inevitáveis, naquela casuística monótona da enfermaria de então – cardíacos, muitos cardíacos, afecções pulmonares crônicas, cianóticos, a sífilis sempre presente nas cogitações etiológicas [...].

O segundo mentor de Helio trouxe mudanças significativas para os alunos. João Alves Meira se tornaria catedrático de Moléstias Infeciosas e Parasitárias, e mais tarde diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo.

A convivência com Ignácio Lobo foi curta. Não chegou a um ano, pois ele naquela ocasião deixou a 2ª Medicina de Homens para trabalhar em outra enfermaria da Santa Casa. O novo chefe do grupo a que eu me ligava foi João Alves Meira, uma personalidade por vários aspectos oposta à de Lobo. Era já, então, livre-docente de Clínica em Moléstias Infeciosas, título que obtive, voltando à atividade clínica, depois de um período mais ou menos longo de trabalho em parasitologia com o Samuel Pessoa. Era um trabalhador persistente, para quem tudo, no seu campo de trabalho, era importante.

Igualmente importante, e nesta indiscriminação está uma das diferenças que o separam de Lobo. Enquanto para Lobo o interesse por um fato observado decorria da reação entre esse fato e alguma coisa que ele trazia em mente, no Meira dominava o espírito casuístico. Um caso era um caso, uma coleção de casos de mesma classificação valia mais que cada um deles, e tanto mais quanto mais numerosa. O plano desse valor se elevava, e passava ao “valor científico”, se se tratasse de um caso de tipo raro, ou com alguma peculiaridade ainda inédita. A sua observação de cada um era sistemática, minuciosa e absolutamente escrupulosa. Seu julgamento daquele tipo de valor científico era em geral válido, pois era também um leitor constante de toda a literatura clínica então acessível. Para os estudantes do grupo foi um chefe muito útil, pela sua constância e pontualidade, além de sua preocupação em manter em dia a revisão de todas as observações clínicas. Mas era pouco exigente; fazia pessoalmente, sem nenhuma advertência técnica a quem quer que fosse, tudo que encontrasse por ser feito. Na correção das observações novas e na discussão diagnóstica era extremamente paciente e incansável. Era tímido. Ao corrigir, parecia pedir desculpas.[...].

O que mais impressionava Helio era a forte presença de Jairo Ramos na ala esquerda da enfermaria, oposta à sua:

Tudo era diferente numa “discussão de caso” na outra ala, quando o próprio Jairo Ramos se incumbia dela. Ele refazia tintim por tintim toda a observação clínica, a começar pela anamnese; o próprio doente era, assim, um personagem importante do espetáculo, não apenas passivamente, como objeto de exame, mas como um interlocutor constante. Era, nesse momento, com toda sua timidez e inibições, a voz mais importante – dele, tão somente, poderia vir a “sua” verdade clínica. E o Jairo era muito hábil em perceber, pelo contexto geral da história clínica que ia sendo lida, quais as informações registradas incorretamente, ou que elementos faltavam no quadro delineado,

e, entretanto, deveriam existir – e rebuscava-o no interrogatório direto do paciente, com perguntas objetivas, feitas no jargão dos próprios doentes. Em geral, vinha à tona o fato omisso, ou acrescentava-se precisão a uma informação vaga, ou exatidão ao que se registrava incorretamente. E tudo tinha de ser reescrito na hora. Se o estudante ou jovem médico, responsável pela observação original, procurasse se defender, o que significaria sempre que o doente, anteriormente, sonegara ou falseara a informação, o Jairo caía-lhe em cima, com outro tom de voz, alterado, esganiçando-se um pouco, para fazê-lo aceitar a culpa – ao doente só interessava dizer certo o que sentia, ao médico é que cabia saber conversar com ele, com paciência e na linguagem adequada e registrar com objetividade o fato descrito. Expressões interpretativas, no corpo de uma história clínica, eram sistemáticas repudiadas; ele preferia que se usassem as próprias expressões do paciente, se não fosse possível dizer exatamente a mesma coisa em linguagem mais polida. A pretensiosidade, na “tradução” do que o paciente dizia, ou no rebuscado de expressões, era ridicularizada com uma expressão que se tornou popular na enfermaria – “deixe de galinhagem”! Jairo chegava a ridicularizar demais o principiante nessas discussões clínicas que constituíam um espetáculo: atraíam médicos e estudantes dos outros grupos, e mesmo de outras enfermarias, sendo presenciada por uma roda de vinte ou trinta pessoas. O leito do paciente se tornava o centro de uma arena. Essa atração era devida, seguramente, ao proveito que se sentia ter com acompanhar toda a discussão de um caso clínico, longa, com tantos detalhes. Pois a minúcia da correção continuava em relação a todos os dados do exame clínico completo, e levava, por fim, à discussão diagnóstica. Nesta discussão, todo vôo de imaginação que se desprendesse dos fatos, toda sugestão ingenuamente livresca com que se procurasse mostrar erudição era desencorajada com o “deixe de galinhagem”.

O Jairo não era sarcástico, não era irônico. Era um convicto do que fazia e sabia; havia feito e aprendido muito, a duras penas, e não tinha contemplação com quem não fizesse o mesmo. Era um disciplinador, mas com dureza,

às vezes impiedoso. Muita gente deixou de frequentar seu grupo, ou nem se encorajou a ingressar nele, por esse motivo. Muitos, entretanto, o procuravam sempre e foi dos professores de medicina de São Paulo que mais pôde contar com um grupo fiel de assistentes – os que com ele se deslocaram da faculdade para a Escola Paulista de Medicina e o grupo mais numeroso que ali se formou no correr dos anos. [...]

Helio relembra o impacto dos primeiros contatos com Jairo Ramos, que ensinaram uma relação que, apesar de nunca muito próxima, se tornaria duradoura e marcada por grande respeito e mútua admiração.

O acaso, que me situou na ala da direita da 2ª Medicina de Homens, deixou a passagem central da enfermaria a me separar do grupo de Jairo Ramos. Assistia, curioso, mas do lado de fora, às suas sessões de discussão de casos. Já professor da EPM, ele era ainda o primeiro assistente da cátedra do professor Rubião Meira, portanto, uma espécie de “chefe de clínica” da 2ª MH e o principal responsável pelos respectivos cursos. Nesta qualidade, fui também seu aluno, no 6º ano. Já então tinha três anos de frequência assídua à enfermaria, e ele já havia notado minha existência – mas sem nenhum contato direto. Nessa época falou-me pela primeira vez, quando numa prova escrita de exame oficial eu respondi a duas das três questões propostas, mas nem esbocei o terceiro tema, do qual eu provavelmente não sabia nada. Veio perguntar-me por que não havia feito as três dissertações, o que significava que havia corrigido a minha prova; seu tom era de quem lamentava que a prova não estivesse completa. Sem que ele o dissesse, entendi que gostaria de conferir nota máxima, por ser eu um membro da enfermaria; isso se tornou claro quando as notas foram publicadas, e a minha era 9, evidente demasia para uma prova na qual uma de três questões fora deixada em branco. O contato seguinte veio pouco tempo depois, no fim do meu 6º ano. Eu já estava praticamente formado, ainda que sem ter colado grau. O presidente do

departamento científico do Centro Acadêmico, que era o Lacaz, para encerrar sua gestão organizou alguns cursos de férias para estudantes, inclusive um de semiologia clínica, destinado a alunos que terminavam a fase pré-clínica do curso da faculdade. E convidou-me para dar esse curso – um assunto tratado entre colegas de turma. Aceitei. Certa manhã, antes de sair de casa, li no jornal da manhã o anúncio desses cursos; o meu nome aparecia como responsável pelo de semiologia, que deveria ser realizado na 2ª MH, com tantas aulas por semana, durante tanto tempo, e com a abertura de doze vagas aos interessados. Na mesma manhã, ao chegar à enfermaria, um colega perguntou-me se já havia falado com Jairo Ramos. Não, e por que haveria de falar com ele? “É que andou aqui à sua procura.”

Estranhei, pois não tinha nenhuma relação direta com ele. No laboratório da enfermaria, aonde provavelmente fui com a urina de algum dos meus doentes, o técnico fez-me a mesma pergunta. Lá também estivera o Jairo à minha procura. A mesma cena repetiu-se uma terceira vez, no corredor. Um pouco mais tarde, volta o Jairo Ramos à enfermaria, e então me encontra. “Helio, quero falar com você. Venha cá.” Lá fomos para a saleta anexa, mais ou menos privativa dos professores. “Li no jornal que você vai dar um curso de semiologia aqui na enfermaria.” Caí em mim; numa fração de segundo, antes que ele iniciasse a frase seguinte, capacitei-me do erro que cometera – não havia pedido a ninguém permissão para usar a enfermaria; quem me falava era o chefe de clínica, que somente pelo jornal soubera do curso programado. O único fim previsível daquela conversa seria o cancelamento do curso. Mas a continuação da conversa do Jairo foi mais ou menos a seguinte: “Tenho visto você trabalhar aqui há alguns anos e acho que você pode dar esse curso. Mas não concordo com uma coisa, e vou te dar um conselho: você aceitou inscrição de doze alunos e acho que não deve aceitar mais de seis. Seis é o máximo para você poder ensinar de verdade. Lembre-se de que esses alunos poderão sair do curso sabendo examinar um doente, nunca se esquecerão de que aprenderam isso com você, e você terá a satisfação de ter conseguido

isso. Mas é muito difícil que isso aconteça se você receber uma turma grande. Acho que deve dar esse curso, e faz muito bem. Mas não aceite mais de meia dúzia de alunos”. As palavras não podem ter sido muito diferentes dessas, tão certo estou até hoje de que o sentido delas foi exatamente esse. Aquele homem exigente, muitas vezes rude, certamente extremamente ocupado, que naquele dia não tinha nada de especial para fazer na enfermaria, empolgado pelos problemas da EPM e da clínica particular, já então bem grande, fora cedo à 2ª MH para dizer isso a um doutorando que não lhe era ligado por nenhuma relação especial, e que no próprio episódio havia infringido certas normas diplomáticas! Eu pude, com isso, na coluna de crédito da minha conta-corrente moral, lhe garantir praticamente para sempre um saldo positivo. Sei de pessoas que, em seus contactos com Jairo Ramos, tiveram exatamente a sensação oposta, em algum caso acredito que com razão. Comigo ele se comportou como um grande amigo, como alguém devotado. Estivemos em campos de atividade diferentes o resto da vida, mas senti sempre o seu interesse por mim, até o fim de sua vida. Várias vezes, nos anos que se seguiram, fui convidado para palestras na EPM, e nisso estava sempre a intenção do Jairo Ramos. [...]

Na conclusão de suas reminiscências de estudante de medicina, Helio destaca as fraquezas do curso regular, as suas muitas deficiências e o importante papel que a atividade voluntária cumprida na Santa Casa representou.

Assim se aprendia clínica médica na faculdade – por uma linha paralela à dos cursos oficiais, à custa de trabalho pessoal e convivência com orientadores que não eram necessariamente pertencentes ao corpo docente oficial. Das aulas regulares do curso fugia-se quase sempre. Era realmente inútil acompanhar, por exemplo, o curso oficial de semiologia clínica: praticamente reduzia-se a uma longa sequência de aulas teóricas sobre inspeção, palpação, percussão, ausculta etc.... Era no início do 4º ano, quando oficialmente

se iniciava o aprendizado clínico. Ao mesmo tempo, desde o início do ano, intercalavam-se as “aulas de clínica” em que casos selecionados eram apresentados e discutidos pelo professor – o catedrático em geral reservava para si essas conferências. A primeira que foi dada à minha turma consistiu na discussão do diagnóstico diferencial de um caso de tumor do mediastino. Entre as muitas hipóteses aventadas, inclusive teratomas, a preferida do professor era a de aneurisma do seio de Valsalva. A época era muito de aneurismas, pois a sífilis predominava ainda nas cogitações diagnósticas de todos os clínicos e especialistas. Do curso de anatomia patológica do ano anterior nós trazíamos, certamente, a idéia do que era um aneurisma. Mas era impossível compreender o peso da argumentação clínica no sentido de que naquele caso deveria haver aneurisma, não uma tumoração de qualquer outra natureza e, ainda mais, de que esse aneurisma deveria ser do seio de Valsalva, não de qualquer ponto vizinho da parede aórtica, ou mesmo de outro vaso das cercanias. Naquele momento, éramos oficialmente uma turma de completos neófitos, ainda não iniciados sequer na semiologia clínica mais elementar. Colhidos assim de surpresa por aquela descontração abracadabrante, éramos dominados pela sensação incômoda de que a clínica poderia ser o domínio de um tipo de raciocínio que não era lógico. Era angustiante. Aquele professor, que merecia o respeito de seus pares, apresentava seu caso até com certo entusiasmo, parecia satisfeito com a argumentação que apresentava e convicto da conclusão a que chegara. E nós sem podermos alcançar o sentido dos próprios fatos elementares em que tudo se baseava... Sabíamos, naturalmente, mais pela experiência da vida comum que pelo aprendizado específico, que o diagnóstico clínico não seria necessariamente silogístico – um sarampo era reconhecível, como Pedro ou João, pela fisionomia. Mas quando ele não estivesse “na cara” e dependesse de correlacionar fatos e inferir, esses fatos deveriam se ordenar como premissas e a inferência deveria ser lógica. Não estávamos em condições de sentir nada disso naquelas prematuras apresentações de casos complexos, selecionados pelo interesse singular que o professor neles en-

contrasse. (Lembro-me, aliás, de haver visto mais tarde publicado em revista médica, pelo professor Almeida Prado, aquele mesmo caso e aquela mesma argumentação que constituía a “lição clínica” com que se abriu o curso de clínica médica da nossa turma.)

O que me premunia contra essa angustiante sensação era, principalmente, o pouco da *Semeiotica Ragionata*<sup>1</sup> que já havia conhecido, frequentando a 2ª MH desde as férias precedentes. Já sabia que, à ausculta do tórax e do coração, o que se ouvia não era uma linguagem estranha, em cujos mistérios tivesse de ser iniciado, mas eram os sons resultantes de vibrações que líquidos e gases produziam em seu movimento, com características dependentes das condições desse movimento e das qualidades físicas do meio em que as vibrações se propagassem. Os dados elementares pertenciam sem mistérios à acústica; suas variações permitiriam tirar conclusões sobre os tipos de alterações das estruturas orgânicas. Vislumbrava aí, na possível extensão desse fato a outros métodos da observação clínica, uma estrada real para penetrar nos domínios da medicina clínica, mantendo apoio nos pontos fixos que já tinha. Não seria um salto para um lado-de-lá de conhecimentos, sem compromissos com os hábitos mentais do lado-de-cá da minha formação. Podia ter essa esperança: poder ir para a frente sem me separar de mim mesmo. O aprendizado a que me destinava poderia ser o conhecimento adquirido de fatos novos, mas presos numa rede de idéias logicamente associadas.

Era esperança demais – quanto de puro conhecimento empírico avulso, de pura taxonomia, de idéias convencionais, de tradição feita verdade, de argumento retórico, de fidelidade a “escolas” contraditórias havia no caminho a percorrer... E de tudo isso se nutria a medicina mais respeitável de diferentes épocas, e ainda hoje se nutre. Sempre houve medicina respeitável, porque sua existência foi sempre necessária à humanidade. A respeitabilidade pode ser

1. Menção ao livro *Semeiotica Polmonare Ragionata*, de Felice Cova, no qual estudou em 1938. Helio o tomou emprestado do colega Michel Abujamra.

apenas o reflexo de um respeito crédulo. O século de Laennec, de Virchow e dos grandes clínicos ingleses só veio 2 mil anos depois de Hipócrates – e Hipócrates foi Hipócrates. Porque a prática médica autêntica precedeu a ciência médica, e ainda hoje em boa parte independe dela. [...]

Com suas qualidades e suas deficiências, a enfermaria criava os centros de interesse e catalisava a atividade dos estudantes e médicos que a frequentavam voluntariamente. Essa atividade, que guiava nossa formação e nosso aprendizado, nada tinha que ver com as programações da faculdade. Estas corriam paralelas, não totalmente ignoradas porque incluíam os ritos periódicos que formalizavam a promoção de um ano para o outro, mas suficientemente negligenciadas para que se guardasse muito pouca lembrança de se haver sequer comparecido às aulas ou demonstrações práticas de muitos dos cursos – e eram anos de frequência obrigatória... O nível de exigência do ciclo clínico era em geral muito baixo, na realidade. Assim, a nossa escola de ciências clínicas era a enfermaria, eram os corredores da Santa Casa, onde se conversava com colegas e se encontravam dois ou três livreiros com seus mostruários de livros médicos, eram as ruas por onde caminhávamos, dois ou três colegas da Santa Casa ao centro da cidade, quase todos os dias – inclusive, e mais longamente, aos domingos. Nesse itinerário se incluía parada num café de mesinhas, onde sentávamos em longas discussões, por tempo indefinido, em troca dos 200 réis do cafezinho e um níquel de gorjeta. A experiência desses anos fez com que ressoasse em meu espírito, com pronta compreensão e aceitação, a observação do professor Almeida Júnior, que citava em artigo de jornal há poucos dias, com referência à Faculdade de Direito do século passado: “Mestres pouco exigentes, alunos desocupados, cidade pobre em diversões: essas três circunstâncias ensejaram aos estudantes de então um atrito intelectual cotidiano, e fizeram da Academia do Largo de São Francisco, não por suas salas de aula, e sim por seu pátio e suas repúblicas, uma verdadeira faculdade de cultura geral – difusa, mas eficiente”. Nós não éramos tão desocupados, pois como parte de nossa liberdade de aprender

como quiséssemos havíamos assumido obrigações na enfermaria, e, mais que pelas obrigações, prendíamos-nos a ela pelos fios que nos ligavam a cada um dos pobres doentes que tínhamos sob nossos cuidados. A cidade já não era tão parca de diversões – mas qualquer coisa acima do cinema ocasional e os passeios a pé, com a habitual parada em torno da mesinha de um café, ficava fora do nosso alcance. “Nosso”, aqui, se refere ao grupinho de colegas ao que mais frequentemente eu pertencia. E não faltavam, pois, circunstâncias para o “atrito intelectual”. [...]

Naturalmente, entre os seus colegas havia aqueles com quem Helio nutria uma afinidade mais completa. E uma afável relação intelectual com um desses colegas de faculdade culminaria em casamento dentro de sua família. Alberto Carvalho da Silva era companhia constante e passara a frequentar também a casa de sua família. Anos mais tarde, o companheiro de classe foi alçado à condição de cunhado, ao se casar com Isa, irmã de Helio.

Alberto também dedicou sua vida à carreira acadêmica e exerceu importante protagonismo em diversas organizações. Paralelamente à graduação em medicina, cursou ciências sociais e filosofia e frequentou como ouvinte o curso de química na Universidade de São Paulo. Em 1948, foi um dos fundadores da SBPC e, em 1956, da Associação dos Auxiliares de Ensino da USP. Na qualidade de primeiro presidente desta última, desempenhou destacado papel na campanha para a implantação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Em 1964, tornou-se professor catedrático de fisiologia na Faculdade de Medicina da USP de São Paulo. Era o diretor científico da Fapesp, em 1969, quando foi aposentado compulsoriamente por ato do regime militar. Reintegrado à Universidade de São Paulo em 1980, compartilhou com o cunhado ao longo da vida sonhos e preocupações, alegrias e decepções.



## CAPÍTULO 6



### A pesquisa na 2ª Enfermaria de Homens

ALÉM DE PROPORCIONAR a formação médica, a vivência na enfermaria da 2ª Medicina de Homens da Santa Casa despertou no estudante Helio o interesse pela investigação científica. Alguns dos professores realizavam formas simples de investigação, amparada em observações de casuísticas, e essa atividade o atraiu. Ele descobriu que, com disciplina e rigor, era possível gerar contribuições para o conhecimento médico de forma geral, mesmo em ambientes como o da Santa Casa, desprovidos de apoio para a pesquisa. Em seu relato, Helio descreve suas impressões do trabalho de professores durante seu tempo de aluno na Santa Casa:

[...] na 2ª MH era-se atraído também para pesquisa clínica. Ainda estavam ali alguns docentes que aspiravam a uma carreira e porfiavam na construção de um currículo à custa de estudo e pesquisa clínica. Era, em boa parte, pesquisa limitada a estudo de casos clínicos dominando ainda a sensação de que o interesse de cada caso dependia de sua raridade nosográfica. Era, por um lado, a loteria do tipo de doença que o novo paciente trazia ao leito da enfermaria que, por acaso, estivesse sob os cuidados do “pesquisador”; havia, por outro lado, a necessidade de ser reconhecida a entidade mórbida, provada sua

identidade e apreciado esse aspecto de seu interesse por adequada revisão bibliográfica. Assim, mesmo essas publicações de pura casuística estimulavam o espírito de inquirição e a objetividade do trabalho diagnóstico. E mantinham os interessados em contato mais ou menos constante com a bibliografia médica – caso dos periódicos, em particular – e com os laboratórios de anatomia patológica, ou, menos frequentemente, a de outros departamentos da faculdade, para obterem a documentação necessária.

Mas havia já ali pesquisas mais sistemáticas. Séries homogêneas de casos eram pacientemente constituídas para caracterização de quadros clínicos de uma determinada moléstia – como foi o trabalho do Meira (João Alves Meira) com a esquistossomose. Em épocas então passadas, pesquisas sistemáticas puramente semiológicas haviam animado o ambiente. Colhemos ainda os ecos do “sinal de Lemos Torres”, minuciosamente estudado por ele e que constituiu temas de trabalhos posteriores até com caráter polêmico, quando um autor do Rio contestou seu valor diagnóstico. Havia ainda no ar um resto da indignação contra quem tentava negar uma glória local... Já na era da radiologia clínica, o sinal se prestava ao diagnóstico dos pequenos derrames pleurais pela pura inspeção clínica. Um refinamento que escapara aos grandes propedeutas clínicos do século XIX, mas que pela sua natureza pertencia a essa época. Isso como contribuição real à medicina universal. Mas o que a descoberta desse sinal representava, para o meio, era muito – era o estímulo à observação clínica minuciosa, e era também a demonstração de que era possível fazer, ali, o mesmo tipo de trabalho que em outras épocas dera renome universal a clínicos europeus. Laennec revivia na 2ª Medicina de Homens. Ainda mais: Lemos Torres, verificando e reverificando a validade do sinal que veio a descrever, punha ao vivo, naquele ambiente, o rigor persistente com que uma pesquisa clínica deve ser conduzida: um simples sinal clínico, entre tantos da semiologia respiratória, não era um achado ocasional, nem o produto de uma inspiração.

No final do curso de medicina, com dois anos de experiência na 2ª Medicina de Homens, Helio já demonstrava a disposição de ir além da simples aplicação de conceitos estabelecidos. Curioso, buscava explicação para o que observava no exercício da clínica.

[...] Provas de semiologia funcional já animavam também o ambiente, mas em geral com puras implicações diagnósticas, não objetivando esclarecimento de mecanismos. Muito da fisiopatologia de que se falava era enfeite das discussões clínicas e dos artigos publicados – teórica, livresca, ou, se com alguma pretensa originalidade, mais ou menos cerebrina. Nesta linha eu mesmo me coloquei, com os meus “Aspectos hemodinâmicos da insuficiência mitral”, que publiquei ainda estudante na revista do Centro Acadêmico. Nas minhas férias do 5º para o 6º ano dei umas aulas de semiologia a um grupo de terceiranistas. No decorrer de uma conversa com o grupo, para interpretação com dados do exame de um paciente com insuficiência mitral, encontrei uma forma de explicar o que ocorre nessa anormalidade cardíaca que me pareceu mais clara que todas as que já ouvira, lera ou pensara. Aquele meu artigo foi, apenas, essa “outra forma de explicar”. Mas isso encontrava receptividade no ambiente: logo depois o José Barros Magaldi, já considerado um cardiologista pesquisador – e realmente foi dos poucos clínicos que estavam abalanzando a trabalhos experimentais – publicou um artigo em que aplicava o meu “modo de explicar” a outros defeitos valvulares do coração, usando exatamente o mesmo esquema que eu empregara e dele dando-me todo o crédito. E o Luiz Decourt, publicando logo depois um compêndio de cardiologia, adota-o também, e recomenda em rodapé o meu artigo para quem tivesse interesse em esmiuçar mais o mecanismo de compensação da insuficiência mitral...

O primeiro contato de Helio com a pesquisa experimental se deu ali mesmo, na 2ª Medicina de Homens, pela observação do trabalho

que era realizado por Antônio Barros de Ulhôa Cintra, com quem viria a trabalhar anos mais tarde. Na época, dosagens bioquímicas no sangue ou plasma não faziam parte da rotina diagnóstica, de maneira que a atividade de Ulhôa Cintra era vista como uma excentricidade. Helio relata suas impressões de então:

No entanto, um trabalho de pesquisa mais consentâneo com os professores contemporâneos da medicina científica estava em desenvolvimento num canto da enfermaria, inteiramente insuspeitado. Nos leitos lá do fundo, à esquerda, o Ulhôa Cintra tinha seus doentes. Tinha preferência por cianóticos, e buscava-os às vezes para os seus fins em outras camas que não as “suas”. Não permanecia muito na enfermaria; não era dos que promoviam discussões minuciosas de suas observações clínicas. Não parava para conversar com os outros. Já calvo, apesar de jovem e com a cara impassível que não convidava à intimidade, não parecia muito integrado na enfermaria. A imagem que nessa época se tinha dele se associava a algumas seringas e tubos de ensaio com que ele atravessava toda a enfermaria, na ida aos leitos do fundo e voltando de lá. Na volta os tubos vinham cheios de sangue ou outros líquidos orgânicos. (Nessa época, num de nossos leitos no começo do salão, achava-se um pobre nortista dispneico, sofredor de doença cardíaca que o mataria ali mesmo; uma vez ouvi-o dizer, quando o Cintra entrava com seus apetrechos: “já vai o morcego!”.) Foi assim, colhendo sangue regularmente, e sumindo-se com ele, não se sabia para onde, que o Cintra fez sua tese de docência. O refúgio de que dispunha era o laboratório do serviço de pediatria da própria Santa Casa, então chefiada por seu tio, o professor Pinheiro Cintra. Ali fazia suas dosagens. E confrontando os efeitos de sobrecargas de glicose e galactose na composição do plasma e do líquido ascítico, chegava a interessantes conclusões sobre a dinâmica das trocas entre o sangue e o conteúdo líquido da cavidade peritoneal. Lembro-me de como fiquei entusiasmado com a leitura de sua tese com a lógica da apresentação desses dados e de sua interpretação;

até a forma pouco ortodoxa da apresentação dos resultados e de sua discussão vinha valorizá-los. Tudo parecia desenrolar-se como numa sequência de cogitações em que cada pesquisa brotava da precedente, como numa busca de respostas a sucessivas indagações bem motivadas.

Embora Carlos Chagas tivesse publicado em 1909 um estudo completo do ciclo evolutivo do *Trypanosoma cruzi* e das principais manifestações da doença que ele causa, a doença de Chagas permaneceu ignorada durante décadas. Helio ilustra o fato, lembrando sua experiência na 2<sup>a</sup> MH:

Com toda sua reputação como núcleo de pesquisas clínicas da época, a 2<sup>a</sup> MH – como qualquer outra enfermaria da clínica de São Paulo e, provavelmente, do resto do Brasil – apresentava uma grande ausência em sua nosografia: não existia a moléstia de Chagas. Tripanossomíase era assunto exclusivamente da parasitologia, não se apresentava na clínica. Na época a que nos referimos, já fazia um quarto de século que Carlos Chagas tinha completado seu trabalho – que não era parasitologia pura, nem apenas epidemiologia, mas incluía a descrição clara das principais modalidades clínicas da doença. Mas as enfermarias da Santa Casa de São Paulo, povoadas predominantemente por caboclos vindos de todo o estado e das beiradas fronteiriças de Minas, não conheciam a doença de Chagas. Nem cogitemos das outras formas clínicas da moléstia, mas consideremos apenas a cardíaca: nunca ouvi falar dela em todo meu tempo de estudante (e alguns anos para frente). Considere-se que na 2<sup>a</sup> MH os cardíacos eram numerosos, ocupavam até a metade, ou mais, dos leitos da enfermaria. O diagnóstico genérico era insuficiência cardíaca, e a explicação se encontrava em defeitos valvulares que a ausculta caracterizasse bem ou numa sobrecarga por hipertensão arterial, ou numa pericardite, ou num cor pulmonale, ou numa vaga miocardiosclerose; nesta última deveriam estar perdidas umas idéias que não me lembra haverem sido discutidas com

nitidez, de isquemia do miocárdio, e que se aplicavam aos casos de pacientes idosos. Quando essas possibilidades não encontravam aplicação e, ainda assim, a insuficiência cardíaca era indisfarçável, ou existiam sinais patentes de doença cardíaca, como, por exemplo, arritmias graves persistentes, o diagnóstico era uma genérica “miocardite”.

Helio, de fato, só teria noção da importância da doença de Chagas quando já estava em Ribeirão Preto.

Porto Ferreira, como toda aquela região, era infestada por vetores do *Trypanosoma cruzi* e muitos anos depois disso foi documentado em trabalho feito mais ou menos na época da Primeira Grande Guerra, isto é, nos anos que seguiram aos primeiros trabalhos de Carlos Chagas. A doença de meu pai, com sua arritmia cardíaca e, importante, síncope transitória e, por fim, morte súbita, deixa pouca dúvida quanto ao diagnóstico de cardiopatia chagásica, já que nem faltava o dado epidemiológico de suspeita. Esse diagnóstico, porém, eu mesmo o vim fazer, comigo mesmo, quando já em Ribeirão Preto vim me familiarizar com a moléstia de Chagas bem comprovada.

Mas quantos pacientes da 2ª MH, nos meus tempos de estudante, foram vistos e tratados sem a compreensão da natureza de sua doença? Lembro-me bem daquele preto jovem, na segunda cama do meu grupo, que morreu na minha frente, quando o examinava no fim de uma manhã. A minha inconformação, a corrida em busca de uma ampola de adrenalina, que lhe injetei diretamente no coração sem nem perder tempo com desinfecção da pele. Inutilmente, nem talvez houvesse razão para esperar nada dessa medida; mas era um gesto insopitável. Nem essa nem qualquer outra medida salvaria esse moço, nem salvaria meu pai. Nem naquela época, nem hoje.

Assim, não foi o descaso da medicina brasileira [...] que impediu minha família de gozar por mais tempo da suave e humana convivência de meu pai por mais tempo, e ele de ver os filhos criados, e o ciclo normal da vida, até

aos netos. Mas a pesquisa clínica não se orienta para fins exclusivamente terapêuticos, nem só por eles se justifica. E assim era, particularmente, na 2ª MH, onde a terapêutica às vezes era objeto de estudos programados, mas a discriminação diagnóstica era preocupação dominante.

É o estranho (?) fenômeno da cegueira a tudo que não estivesse consagrado nos grandes centros de onde vinham as publicações cultas: a Alemanha, que tanto influía no pensamento médico caboclo na década anterior à Segunda Guerra Mundial, e os Estados Unidos, cuja medicina já ameaçava competir aqui com a germânica, nos últimos anos 30. A literatura médica francesa (que já não exercia o mesmo fascínio de antes) poderia mostrar descrição da tripanossomíase americana no compêndio de Brumpt, ilustrado com fotografias de habitações e de doentes de Minas Gerais: mas esse era um livro de parasitologia, não de clínica... “Santo de casa não faz milagre”... O fato é que, para os clínicos brasileiros, a doença de Chagas foi uma redescoberta posterior a 1940, e só depois de 1950 foi compreendida em toda a sua extensão.



## CAPÍTULO 7



### O começo na profissão

AS DISCUSSÕES e os fecundos atritos intelectuais com os colegas durante os longos passeios pela cidade eram hábitos que logo existiriam apenas na memória. Formado, Helio tratou de buscar trabalho. Na São Paulo de 1940, com menos de 1 milhão e meio de habitantes, com seus grandes espaços entre os bairros espalhados por uma área extensa, ligados por ruas e estradas sem pavimentação, o sair do bairro de Vila Mariana, onde vivia, e ir até a Vila Matilde, na zona leste, poderia significar uma aventura. Pois foi a Vila Matilde o primeiro destino do jovem doutor Helio, como ele próprio relata:

A ingenuidade de pensar em uma clínica na Vila Matilde seria o começo de vida profissional. Quando foi que o Nelson (da Silva Oliveira) e eu fomos até lá, candidatos à substituição do médico que acabava de deixá-la? No próprio mês que nos formávamos, creio eu: dezembro de 1940. As velhas relações do Nelson com a Vila (onde residiu algum tempo), já muito tênues e distantes nessa época, fizeram que chegasse ao conhecimento dele essa oportunidade. Por outro lado, nossas relações haviam se estreitado muito nos seis anos de companheirismo na mesma turma da faculdade; muito mais do que em toda a duração de nossa vida de parentes próximos. Por isso ele pensou em mim

como possível parceiro na aventura profissional. Acresce que, nos anos finais de nosso curso, eu me dedicara exclusivamente à clínica médica, e ele fizera uma complementação apreciável de treinamento cirúrgico, particularmente em traumatologia. Parecia-nos, assim, que nossa dupla se completava, em face das perspectivas de problemas que uma clínica de arrabalde ofereceria.

Arrabalde, realmente, pois na época a Vila Matilde não era um bairro de São Paulo. Um respeitável hiato a separava dos confins da Penha. Era um subúrbio, para o qual o meio de transporte normal era ainda o trem, que saía da velha Estação do Norte, no Brás. Mas não foi “embarcados” que fizemos nossa expedição à Vila, naquele fim de 1940; não me lembro claramente, mas creio que o “fordinho” do tio Maneco foi posto à disposição do Nelson para aquele fim.

A “clínica” era uma casinha comum, meio isolada numa rua ainda de poucas construções. Tinha um nome, era um nome de santo. O equipamento era quase nada – mas era compreensível que nos caberia completá-lo. E havia o enfermeiro: logo ficou claro que era uma herança obrigatória. A primeira impressão foi, até, de haver nisso uma vantagem – esse auxiliar seria necessário, e nem sabíamos onde procurar um, se essa providência também nos coubesse. Acresce que esse era dali mesmo, conhecedor da clínica e do bairro. Era ele mesmo que nos mostrava a clínica e explicava o seu funcionamento. Usava a primeira pessoa do plural em tudo que se referia ao nosso possível trabalho ali – detalhe gramatical anunciador do que entendia ser sua participação na clínica, independentemente de consulta a nós. Ele parecia ter seus direitos adquiridos: a “clínica”, afinal continuava existindo já sem ter médico, e a essa continuidade se devia ao nosso interlocutor.

O ponto alto da entrevista foi numa saleta de injeções, onde estranhámos a existência de grandes embalagens, das ditas “hospitalares”, de ampolas de vitamina C e gluconato de cálcio. Foi-nos então explicada a orientação da clínica: as consultas eram baratas, para garantir clientela boa naquela povoação de nível modesto. Todos os consulentes, entretanto, receberiam prescrição de

tratamento com cálcio ou com a vitamina que seria administrada na própria clínica. Ali estava uma fonte de renda da instituição – o lucro comercial do preço cobrado por ampola e a taxa da injeção.

Desse momento em diante, foi só uma desconversa, com a qual o Nelson e eu esfriamos gradualmente os entendimentos, até a pronta despedida.

Deve ter sido essa imagem de uma “clínica” de arrabalde, apresentada com tanta naturalidade por um camarada vivido no *métier*, que acabou nos jogando, a mim e ao Nelson, ainda aí juntos, ao extremo oposto: a um consultório dividido em duas salas alugadas num edifício do centro da cidade – na expectativa de que alguém nos descobrisse ali... Foi na Xavier de Toledo, 140.

Alugamos duas salas, uma em frente da outra, no fim de um corredor. Isolamos alguns metros desse corredor com uma porta de vai e vem, e aí seria a sala de espera. Era corredor estreito, de modo que essa “sala” somente comportava duas cadeiras comuns, e isso ainda constituindo algum empecilho à “circulação”. Não havia onde estar uma “enfermeira”, como se costumava dizer, ou “receptionista” da linguagem atual, ou “secretária” – mas a necessidade de tal pessoa realmente nem nos passou pela cabeça.

Uma das salas equipou-se como consultório de cirurgia – do Nelson. Ali predominava o ferro esmaltado de branco, na mesa de exame, no armarinho que continha alguns ferros. A outra era um consultório de clínica médica para mim. Madeira envernizada na mesa, no divã estofado, num pequeno armário em que se alternavam o avental e o paletó.

Quantos pacientes terei visto nesse consultório? Talvez meia dúzia, nos quatro meses que foram o tempo aproximado de seu funcionamento.

Esse período difícil e pouco promissor terminou de forma inesperada. Apesar de sua discrição quase tímida, Helio fora, meses depois da formatura, lembrado por alguns dos seus professores, que o indicaram para uma bolsa de estudos fora do país.

Continuei a frequentar o grupo da 2ª MH depois de minha formatura – que praticamente em nada mudou a minha vida. Já nos primeiros meses de 1941, porém, fui surpreendido com minha convocação à faculdade para uma entrevista com o professor Paula Souza (catedrático de Higiene) e um americano. Só ali fiquei sabendo que esse encontro era uma colheita de impressões sobre meia dúzia de recém-formados da faculdade, indicados por professores, dentre os quais seriam selecionados três bolsistas da Pan American Sanitary Bureau para um estágio de um ano nos Estados Unidos. Lembro-me de que em certo momento o americano me perguntou se falava inglês. Respondi que não, provavelmente com um simples “no”. Indagou, então, se eu achava que em poucos meses poderia aprender o suficiente. Deve ter falado muito devagar, e pondo toda clareza de que era capaz na pronúncia de cada palavra, pois eu o entendi – respondi com uma palavra, “probably”. Na realidade, nunca tivera, até então, qualquer treino de conversação inglesa. Como acabei sendo um dos três escolhidos, as recomendações dos professores da faculdade (Paula Souza e quem mais?) devem me ter sido muito favoráveis – ou será que o entrevistador estrangeiro gostou do nosso “diálogo”?

## CAPÍTULO 8



### Bolsista nos EUA e início das atividades acadêmicas

EM NOVA YORK, como bolsista do Pan American Sanitary Bureau, Helio estagiou no Departamento de Medicina da New York University (Bellevue Hospital), e no Laboratório de Patologia Clínica da mesma universidade, durante o ano letivo de 1941-1942. Teve a sua iniciação em trabalhos de laboratório em um serviço médico onde eram empregadas e desenvolvidas técnicas laboratoriais de aplicação clínica. Pôde também observar investigações de cunho fisiopatológico em andamento e, dessa maneira, conheceu o que era pesquisa clínica no ambiente acadêmico.

Enquanto esteve nos Estados Unidos, enviava cartas frequentes para a mãe Deolinda, relatando aventuras e descobertas. Durante toda a vida manteve com o irmão Lólio o hábito da correspondência. Em uma delas, datada de 1980, conversavam sobre aquele que seria um traço comum aos dois. Lólio se perguntava se seria uma herança familiar a dificuldade que tinham em expressar as emoções, o que por cartas parecia mais confortável. Helio respondeu ao irmão:

[...] No caso lourençoliveiral, a que sua carta particularmente se refere, seria suequice? Menciono logo a explicação barata, não por prioridade na



*8. Em 1941, logo depois de formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Helio foi bolsista do Pan American Sanitary Bureau, no Departamento de Medicina da New York University.*

ordem das hipóteses, mas para que já fique descartada. Lembro-me da imagem do nosso avô Daniel como muito mais representativa do padrão da não-expansividade, do sentimento-só-cá-dentro. Particularmente nos contactos pessoais, nas manifestações verbais diretas – o que não impediu de mandar ao filho, em 1926, um comovente cartão agradecendo-lhe ter dado a seu filho o nome de Lólio (Daniel havia perdido recentemente um filho ainda jovem com o mesmo nome). A distância de Porto Ferreira deu-lhe a oportunidade de manifestar por escrito o que talvez não tivesse traduzido em palavras se você tivesse nascido lá – a gratidão por um gesto que ele entendeu como de solidariedade.

Nosso pai, com toda sua capacidade de cativar as pessoas, não era um expansivo. Tinha era o dom de ouvir, compreender e aceitar, e a qualidade de mostrar esse dom no olhar e no sorriso. Por isso era capaz de fazer do companheiro de bonde, entre a praça da Sé e a Vila Mariana, um amigo lhe abrindo a alma. Tinha suas preocupações racionalizantes. Lembro-me, quando se pôs de luto por morte do pai ou da mãe, explicar as razões disso: o luto manifesto na roupa era, como sinal aos circunstantes, um elemento útil no convívio social, uma advertência que os outros gostarão de ter para não se sentirem constrangidos por atitudes, conversas, etc., que mais tarde viessem a saber terem sido inconvenientes [...].

Esta mesma elegância no trato humano que destaca no pai seria um dos traços mais marcantes também na personalidade de Helio. Sem alardes ou risos soltos, cativava com naturalidade e mostrava-se solícito e interessado na vida de todos os que o cercavam.

Foi durante o seu estágio em Nova York que Helio estabeleceu uma relação que se tornaria estreita e duradoura. Antônio Barros de Ulhôa Cintra encontrava-se em Boston, na Harvard Medical School, onde entrou em contato com o professor Fuller Albright, cujos trabalhos pioneiros em endocrinologia e moléstias ósseas o fascinaram, fazendo com que abandonasse a ideia inicial de seguir a pediatria. Helio conta:

Minhas relações com o Cintra não pertenceram ao nosso tempo de 2ª MH. Já formado, e tendo logo ganhado a bolsa que me levaria aos Estados Unidos, fizemos ligeiro contato pessoal: ele também recebera uma bolsa da Rockefeller, e seguiria para lá um navio depois do meu. Perguntando-lhe eu o que esperava da viagem, ele disse qualquer coisa como “é bom para tirar a cisma”. Trocando correspondência uma vez, ele em Boston e eu em Nova York, lembro-me de que manifestava entusiasmo – o estágio era pra valer, não era só “para tirar a cisma”... Um dia programou conhecer Nova York, onde eu já estava havia meses e poderia ciceroneá-lo. Passamos o dia inteiro juntos, *uptown*, *downtown*. Creio que esse encontro foi o início de nossas relações mais pessoais; já então falou sobre vagos planos de organização do Serviço de Moléstias da Nutrição do futuro Hospital das Clínicas de São Paulo, para cuja chefia ele já tinha a promessa de ser indicado.

Depois de criar o Serviço de Moléstias da Nutrição e Dietética do Hospital das Clínicas, Ulhôa Cintra tornou-se catedrático de clínica médica em 1949. Desempenhou papel decisivo na criação da Fapesp, onde ocupou o cargo de presidente do primeiro Conselho Superior instituído, foi reitor da Universidade de São Paulo entre 1960 e 1962, e secretário de Saúde do Estado de São Paulo em 1967.

Foi nessa curta experiência na Universidade de Nova York que Helio sedimentou a sua convicção do valor do aprendizado da medicina permeado pela ciência, que já ensaiara quando estudante na campanha pela construção do Hospital das Clínicas, e que nortearia sua atividade no Serviço de Moléstias da Nutrição e, mais tarde, orientaria também a criação do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Quando os Estados Unidos abandonaram a neutralidade e entraram na Segunda Guerra Mundial, depois do ataque japonês a Pearl Harbor, o estágio de Helio se encontrava no final, mas pouco antes

de embarcar precisou se apresentar para o alistamento. Só contou o fato aos filhos décadas depois – quando recebeu, já em Ribeirão Preto, uma carta do governo dos Estados Unidos informando a concessão do indulto da condição de desertor do Exército americano.

Pouco depois do retorno ao Brasil, no início de 1942, Helio voltou a trabalhar na 2ª Enfermaria de Homens da Santa Casa, na qualidade de assistente voluntário da 3ª cátedra de clínica médica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

Como em outros momentos de sua vida, Helio teve oportunidades que, bem aproveitadas, foram decisivas em sua carreira. Buscando facilidades para montar os métodos bioquímicos com os quais se familiarizara em Nova York, foi encontrá-las na Escola de Saúde Pública, onde contou com o apoio do então diretor professor Geraldo Horácio de Paula Souza, catedrático de Higiene da FMUSP, e presidente da comissão que meses antes selecionara os bolsistas da Pan American Sanitary Bureau.

Na mesma época, fez contato com o professor Walter Leser, que, no laboratório Fleury, contava com recursos de trabalho que lhe interessavam. A relação entre ambos se tornaria estreita e de grande admiração mútua. Walter Leser, formado médico pela FMUSP em 1933, era ao mesmo tempo criativo e realizador, e se destacou em muitas áreas. Foi pioneiro na aplicação da estatística às ciências da saúde, particularmente em saúde pública, ao apresentar sua tese de doutoramento, na época obrigatória ao final do curso de medicina. Em 1936, tornou-se sócio do laboratório Fleury de análises clínicas, contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento. Envolvido com o problema do exame vestibular na Escola Paulista de Medicina, quando o número de candidatos se tornava muito superior ao de vagas, desenvolveu métodos de seleção por meio de provas objetivas, o que o levou mais tarde a organizar o Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas e

Biológicas (Cescem), que, em 1964, daria origem à Fundação Carlos Chagas. Foi professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e professor catedrático de Higiene na EPM, onde criou o primeiro Departamento de Medicina Preventiva do país, e da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo. Participou ainda da criação do Cremesp e foi secretário de Saúde por duas vezes, nos governos de Abreu Sodré e de Paulo Egydio Martins.

Leser e Helio passaram a compartilhar diferentes desafios nos anos que se seguiram ao retorno ao Brasil. Entre 1942 e 1944, Helio foi seu assistente, colaborando no ensino de Higiene na Escola Paulista de Medicina e na Faculdade de Farmácia da USP. Também por indicação de Leser, nos anos de 1945 e 1946, foi professor de Higiene Social na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Logo tomou interesse pelas técnicas de avaliação objetiva de desempenho e se tornou um colaborador regular de Leser nesse campo, do que resultou uma publicação pioneira sobre o assunto no Brasil<sup>1</sup>. Em 1995, o próprio Leser, ao discorrer sobre o tema “O início dos testes de múltipla escolha no acesso à universidade”, situa esse trabalho como a origem do vestibular unificado em São Paulo.

Em 1944, Helio começou a trabalhar como clínico em um novo consultório particular, desta vez instalado na rua Marconi, no centro da capital. Em novembro daquele ano, levava uma vida modesta, mas tinha alcançado condição financeira estável, quando recebeu o convite de Ulhôa Cintra para trabalhar no Serviço de Moléstias da Nutrição e Dietética do recém-inaugurado Hospital das Clínicas de São Paulo.

1. “Emprego dos Testes de Escolaridade na Escola Paulista de Medicina”, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 8, maio-jun. 1946, pp. 53-66.

No começo de 1945, com o novo trabalho e casado com Carmita, passou a viver na rua Dona Avelina, na Vila Mariana, no reduto antigo da família. Ali nasceriam os primeiros dos seus sete filhos.

\* \* \*

O Serviço de Moléstias da Nutrição e Dietética, ao ser instalado, era um serviço médico ímpar no país. Dotado de laboratório moderno, possuía recursos que permitiam ampla gama de estudos bioquímicos e metabólicos, que ampliavam substancialmente as possibilidades de diagnóstico e de pesquisa. O serviço ganhou prestígio rapidamente e passou a atrair médicos com disposição para a investigação, que rapidamente compuseram uma equipe produtiva.

O trabalho ali instigava e absorvia. Em pouco tempo, Helio deixou as atividades de ensino que exercia na Escola Paulista e na Faculdade de Farmácia para se concentrar nas atividades do Hospital das Clínicas, dedicando algumas tardes ao consultório. Os resultados de seu trabalho logo apareceriam. Em 1948, enquanto a casa se enchia de vida com a chegada das crianças, trabalhando no hospital e na sua máquina de escrever em casa, concluiu as teses de doutorado e de livre-docência. Durante esse concurso, diante do ceticismo externado pelo professor Antônio de Almeida Prado, um dos membros da comissão julgadora, Helio fez uma vibrante profissão de fé na importância da ciência para a medicina e para a formação do médico. Voltaria ao assunto quinze anos mais tarde, motivado então pela autocrítica do mesmo professor, externada em um artigo científico intitulado “Casos Clínicos Raros”, onde Almeida Prado admitia no parágrafo inicial: “[...] pouco a pouco fui colecionando raridades clínicas, reconheço hoje nessa preferência que beneficia mais o professor do que o aluno um desvio da finalidade prática do ensino”.

Helio escreveu uma carta ao professor:



*9. Pioneiros do Serviço de Moléstias da Nutrição e Dietética do Hospital das Clínicas de São Paulo, em 1945. Sentados, da esquerda para a direita, Emílio Mattar, Antonio Barros de Ulhôa Cintra e Helio Lourenço de Oliveira. Em pé, de gorro, Cássio Bottura, que foi um dos pioneiros do Departamento de Clínica Médica da FMRP.*

Ribeirão Preto, 18 de junho de 1964

Prezado professor Almeida Prado,

Tive, uma vez, a vaidade de aceitar discussão com o senhor no terreno das idéias gerais sobre a evolução dos conhecimentos científicos, em particular dos relativos à medicina. Tratava-se de dar o devido valor ao trabalho dos perquiridores da minúcia, que extraem da natureza o pequeno fato novo, ainda que contribuindo para a confusão de um conjunto crescente de conhecimentos elementares desconexos. No argumento de então, eles eram contrastados com os que deitavam a luz da compreensão geral, fazendo as sínteses doutrinárias. Não sem simplismo esquemático, era a mentalidade anglo-saxônica oposta ao espírito francês.

Discutimos o tema por bons minutos. O senhor o havia lançado de cadeira mais alta do examinador, eu o apanhara do banco de candidato, um pouco orgulhoso de que a discussão de minha tese se elevasse a esses planos. Agradei-lhe, intimamente, a oportunidade de opor os meus aos seus argumentos. Era um momento importante para os da minha idade que, mais ou menos petulantes, mais ou menos conscientes da própria posição, julgavam portar a bandeira de uma “geração”.

Esse momento, de que me lembro bem, deve estar perdido na sua memória, entre tantos outros que em sua vida de então correspondiam a atos da rotina universitária. Sobre ele já se passaram quinze anos. Nesse período pude conhecer, nos bastidores, congregações, concursos, candidatos, conselho universitário, escolas em apogeu e no nascedouro. Tudo isso é desfile de atitudes, de idéias, de personalidades, de qualidades humanas; e a propósito delas, como dos quadros clínicos, a frase do Lobato tem cabimento – “não há o que não haja”...

De tudo que há o que se vê faz aumentar a admiração por uns poucos espíritos.

Acidentalmente, agora, é o seu artigo, na última Revista da AMB<sup>2</sup>, que me traz a escrever-lhe. Não o li por extenso. Mas são dois parágrafos que para mim importaram, o primeiro e o último. A autocrítica e o humor, a leve ironia do olhar lançado sobre as coisas e a relatividade delas. O que me fez imaginar como haveria o senhor de enxergar aquela bandeira que há quinze ou vinte anos nós julgávamos revolucionária: sobre fundo escuro, o halo de luz emanada de uma pipeta volumétrica a iluminar, em segundo plano, um microscópio sobreposto ao estetoscópio... Com um sorriso, o senhor deu um passo ao lado, deixou passar a bandeira, admitiu que até aquilo poderia valer a pena e ganhou a tranqüilidade que lhe iria permitir estar sempre na altitude de onde o senhor prefere e sabe ver as coisas – para nos ensinar a vê-las, Professor. Sabem hoje apreciar o seu ângulo de visão principalmente aqueles mesmos alunos que lutaram sob a bandeira da pipeta, mas que na realidade se tinham visto divididos ao meio quando se estabeleceu aquela “violenta solução de continuidade entre a formação profissional da geração médica de hoje e a imediatamente anterior”.

Ao começar estas linhas, a intenção era de agradecer e manifestar admiração. Desculpe-me por não o ter sabido fazer melhor, a quem é, por formação, antes de médico, muito antes de professor – um aldeão da velha Porto Ferreira...

Com os respeitosos cumprimentos e sinceros votos de felicidade de  
Helio Lourenço de Oliveira

Em 1949, Ulhôa Cintra ganhou o concurso para a cátedra da 1<sup>a</sup> clínica médica da FMUSP, e Helio foi então promovido a chefe do Serviço de Moléstias da Nutrição e Dietética. A promoção chegaria em boa hora. O Hospital das Clínicas da FMUSP era uma autarquia autêntica, isto é, gozava de autonomia administrativa e financeira. Havia uma car-

2. *Revista da Associação Médica Brasileira*, vol. 10, jan.-fev. 1964, pp. 7-22.

reira para os seus médicos e a promoção ao cargo de chefia correspondia a um significativo aumento nos proventos.

Os espaços da casa da rua Dona Avelina haviam se tornado exíguos para a família; os meninos Ricardo e Eduardo já ganhavam autonomia. Eles ainda se lembram de, na época, ouvir de uma prima do pai, uma adolescente, os significados das palavras levado e malcriado, seguidos de uma longa lista de atitudes e comportamentos que os fariam migrar da primeira condição para a outra. Helio tinha de considerar a mudança para uma casa própria. Já havia comprado um terreno no bairro do Sumaré, próximo do HC, pensando em construir ali quando dispusesse de recursos suficientes, mas seus planos mudaram. No final da década de 1940, a companhia City (City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited), que criara os chamados bairros-jardins do Jardim América, Pacaembu e Alto da Lapa, começara a urbanizar e lotear o amplo espaço existente entre o bairro de Pinheiros e a Lapa, o Alto de Pinheiros. Para estimular a comercialização dos lotes, a City construiu e colocou à venda, a preço facilitado, doze casas em uma quadra da rua 5 do bairro, sem pavimentação, distante três quilômetros do mercado de Pinheiros. Helio comprou uma delas, e mudou-se para lá com a família em 1950. A casa ainda está lá, cercada de mansões.

Diferente da Vila Mariana, o Alto de Pinheiros da época era carente de transporte público e Helio decidiu comprar seu primeiro automóvel, um Studebaker ano 1946, adquirido de Henrique Melega, seu colega da faculdade. Então, uma surpresa: na cidade de São Paulo só seria possível obter o licenciamento do veículo mediante pagamento de propina. Indignado, comentou o fato com colegas no hospital e teve outra surpresa: o fato era visto com naturalidade por eles, que também contaram que Itapeverica da Serra era a única cidade próxima onde se conseguia o licenciamento sem pagar propina. Helio não hesitou: foi a Itapeverica licenciar o automóvel.

Com a vida organizada, contente com a família e o trabalho, o futuro de Helio parecia definido na cidade de São Paulo. Mas um homem que sonhava alto, muito alto, o convenceu a mudar o seu destino – o médico Zeferino Vaz.

## CAPÍTULO 9



### Inovações no ensino da medicina

ZEFERINO FOI EMPOSSADO diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) em fevereiro de 1952, depois de demonstrar empenho invulgar pela aprovação de uma nova escola de medicina da USP, em Ribeirão Preto. O parecer favorável por ele apresentado à Comissão de Ensino e Regimentos da Universidade de São Paulo, em 6 de setembro de 1951, já continha a proposta completa, cuidadosamente elaborada, do que deveria vir a ser a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Uma característica inovadora da proposta era a de fazer da escola médica um centro de pesquisas.

O mundo acabara de sair de uma grande guerra, na qual a ciência e a tecnologia haviam tido influência decisiva. No Brasil, a ciência também se institucionalizava. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), constituída em 1948, desenvolvia intensa campanha em favor da pesquisa e do ensino superior. Em janeiro de 1951, fora criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e, alguns meses mais tarde, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Na USP, a atividade de pesquisa começava a tomar corpo em praticamente todas as áreas do conhecimento, incluídas as áreas básicas da

Faculdade de Medicina de São Paulo. Essa atmosfera geral apontava boas perspectivas para uma escola médica nos moldes propostos por Zeferino. Além disso, o projeto previa a organização departamental para a Faculdade e o regime de dedicação exclusiva para todos os seus docentes. No meio acadêmico, entretanto, nem todos se encontravam convencidos de que seria viável o nível elevado que Zeferino almejava para a nova escola. Para viabilizar a FMRP, Zeferino exercitou toda a sua incansável disposição, sua iniciativa, sua ousadia e, sobretudo, sua enorme capacidade de persuasão. É admirável, pelo tempo exíguo de que dispôs, a qualidade do elenco de professores que foi capaz de constituir para as disciplinas básicas, que inauguraram o curso em 1952. A primeira disciplina do ciclo clínico seria Propedêutica Médica, prevista para o primeiro semestre de 1954, e para assumir a responsabilidade por sua ministração e organização do Departamento de Clínica Médica Helio foi convidado.

As razões que o levaram a aceitar o convite de Zeferino quando havia a possibilidade de, em pouco tempo, concorrer a uma cátedra na FMUSP nunca foram por ele explicitadas. Certamente, as suas próprias convicções sobre a universidade se coadunavam com as características inovadoras do projeto de Zeferino. Mas, por outro lado, teria ele também se inspirado nas histórias ouvidas pelo garoto Helio sobre o pioneirismo de seus antepassados no surgimento da cidade onde nascera? Teria a sua identificação com a vida do interior, que ele conhecera bem e apreciara, em Porto Ferreira e em Leme, resistido aos muitos anos de permanência na capital? Ou, como pensava um antigo colega que o conhecia bem, teria ele se convencido de que a demora, sem motivo aparente, de a Congregação da FMUSP colocar em concurso a cátedra de clínica médica que se tornara vaga em 1951, seria um claro sinal de resistência aos nomes dele próprio e de seu colega Emilio Mattar, ambos candidatos naturais ao cargo?

\* \* \*

Helio conheceu Ribeirão Preto em 1953, onde esteve em duas ocasiões. Na primeira viagem, acompanhado de seu primogênito Ricardo, hospedou-se no Umarama Hotel, na rua São Sebastião, entre as ruas Tibiriçá e Álvares Cabral. Era um hotel luxuoso, com piso em mármore de Carrara e lustres de cristal da Boêmia no saguão. Com seus doze andares, era um dos dois únicos arranha-céus da cidade. Meses mais tarde, Helio retornou a Ribeirão, trazendo dessa vez o filho Eduardo. Os então meninos ainda hoje se recordam da liberdade com que circulavam desacompanhados pelo hotel e pelas ruas do entorno, até a praça xv de Novembro, onde o jato da fonte luminosa era um dos maiores atrativos do centro da ainda pacata cidade.

Na primeira visita à fazenda Monte Alegre<sup>1</sup>, Helio foi recebido pelo senhor Herculano Salviano dos Reis, o administrador do espaço rural herdado da Escola Prática de Agricultura, que ali funcionara até meses antes. Depois de conhecer a casa onde viria a residir, foi conduzido ao pavilhão que albergara a administração do aviário da Escola Prática e que Zeferino havia destinado a ser o espaço do futuro laboratório de pesquisa da clínica médica. A edificação servia, provisoriamente, de moradia para a família do senhor Herculano. Lá chegando, Helio

1. A fazenda Monte Alegre pertencera a Francisco Schmidt, imigrante alemão que ficaria conhecido como rei do café, o maior produtor individual de café no mundo. Nos anos de 1940, depois de sua morte e a família endividada pela crise no setor, Fernando Costa, ex-ministro e interventor do Estado nomeado por Getúlio Vargas, determinou a desapropriação da Monte Alegre, transformada em Escola Prática de Agricultura. Poucos anos depois, a escola também não correspondera ao projeto inicial e finalmente Zeferino Vaz conseguiu que a área e suas edificações fossem destinadas à futura escola de medicina a ser instalada no interior de São Paulo.

tomou por empréstimo uma fita métrica de dona Teresa, esposa de Herculano, e, pedindo licença, começou a tomar medidas, imaginando como transformar aqueles cômodos em um laboratório. Também conversou com outros professores que já se encontravam na faculdade e visitou os laboratórios do professor Mauro Pereira Barreto, no ginásio de esportes, e o do professor Renato Migliorini, no prédio central, onde hoje está instalado o laboratório de neurofisiologia.

Em dezembro de 1953, Helio foi contratado como professor de clínica médica da FMRP-USP. Na introdução do relatório anual de atividades do departamento, em 1966, escreveu sobre o compromisso que assumira ao aceitar o convite de Zeferino:

Em meados de 1953, o diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, professor Zeferino Vaz, convidou para organizar e chefiar o Departamento de Clínica Médica o dr. Helio Lourenço de Oliveira, docente livre de clínica médica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e então chefe do Serviço de Moléstias da Nutrição do Hospital das Clínicas de São Paulo. Com seu contrato nas funções de professor catedrático, em dezembro de 1953, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto iniciava a constituição do quadro docente que se responsabilizaria pelo ensino clínico. Seguiram-se imediatamente, para integração do corpo docente do departamento, as nomeações dos drs. Cássio Bottura, Domingos A. Lomônaco, Clovis Bühler Vieira, José A. Laus Filho, Renato Alves de Godoy e José M. Tabosa Veríssimo, efetuadas já nos primeiros meses de 1954.

O encargo da organização do Departamento de Clínica Médica, na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, incluía a responsabilidade de conduzir duas experiências novas.

A primeira era a de organizar o ensino da clínica médica em sentido amplo, pois o departamento deveria unificar o que no país era, tradicionalmente, atribuição independente de mais de uma cátedra daquela denominação e,



10. Helio Lourenço profere a aula inaugural do curso de medicina, em maio de 1954, observado por Zeferino Vaz, diretor da EMRP, e por Francisco Degni, diretor da Escola de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto.

ainda, de cátedras autônomas de propedêutica, terapêutica, radiologia e moléstias infecciosas.

E a segunda era a de constituir uma equipe de docentes clínicos trabalhando em regime de tempo integral. Seriam essenciais, por isso, os recursos adequados e o ambiente propício à investigação científica, sem o que tal regime de trabalho perderia sentido.

Este segundo aspecto havia de se encarar desde o início, por seus reflexos no que deviam ser as previsões para a organização e a instalação do departamento. A compreensão do diretor da faculdade e sua receptividade às propostas inovadoras permitiram que a clínica médica fosse estruturada não só como um serviço hospitalar, mas como um departamento que se estendeu desde logo ao âmbito das cadeiras básicas, junto às quais organizou seu laboratório para pesquisas, em particular as de caráter experimental. Constitui esse laboratório, efetivamente, uma segunda sede da cadeira, ao lado de sua natural jurisdição hospitalar. Pretendeu-se, assim, acolher no pessoal docente elementos de uma gama larga de tendências, dada a diversificação de ambientes e, com isso, dos campos e métodos possíveis de investigação científica. Despertar-se-ia, na interação de tais elementos, o interesse pela investigação de fatos de significado biológico geral que a doença humana pode pôr em destaque ou de que pode derivar; estimular-se-ia à procura, na experimentação animal, das analogias úteis ao entendimento da patologia humana. Entre esses dois rumos, a pesquisa insubstituível do fato clínico pelo seu próprio interesse clínico.

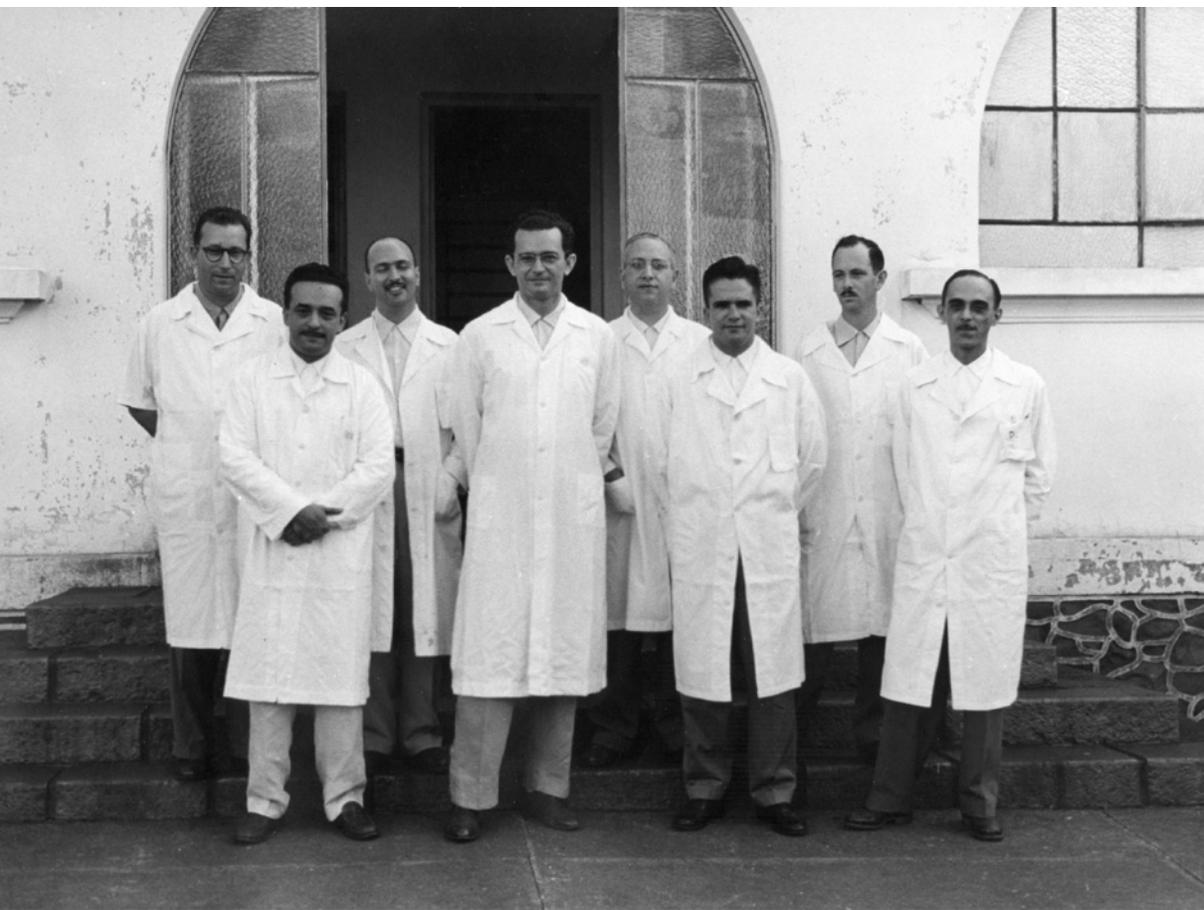
Algumas semanas após a visita a Ribeirão Preto, um caminhão da FMRP recolheu a mudança na casa do Alto de Pinheiros. Depois de alguns dias dispersos em casas de parentes em São Paulo, Helio, a esposa Carmita e as crianças desembarcaram de um DC-3 da Real Aérovias no aeroporto de Ribeirão Preto, no dia 4 de fevereiro de 1954, e seguiram para a casa onde viveriam os quinze anos seguintes. Era

a atual casa 8 da rua Pedreira de Freitas, hoje servindo como casa de hóspedes do *campus* da USP. Duas moradoras da própria fazenda haviam sido contratadas pelo senhor Herculano e aguardavam a família com o almoço pronto.

O quintal da casa era enorme. Duas mangueiras, várias laranjeiras, limoeiro, cajueiro e um galinheiro, que logo se tornou habitado. O viveiro de mudas da Escola Prática continuava ativo, e Helio conseguiu que de lá viessem duas mangueiras de qualidade e 48 mudas de café, que alguns anos mais tarde se tornariam produtivas. Para os meninos mais velhos, o quintal se estendia pela fazenda toda. Nos primeiros anos, na vizinhança imediata não havia companheiros, e eles foram buscados nas várias colônias de antigos trabalhadores remanescentes da Escola Prática. Assim eles aprenderam a explorar, a pé ou de bicicleta, a fazenda toda: pescaria, lago, pomar, estábulo, cocheira...

Zeferino não media esforços para oferecer facilidades para os professores que chegavam. Assim, mantimentos produzidos na própria fazenda eram oferecidos em domicílio e com preços módicos, minimizando a necessidade de deslocamentos até a cidade. A importância de receber os alimentos em casa foi expressiva: Carmita, na época, não dirigia automóvel e vivia assoberbada pela prole numerosa. Ademais, o transporte até a cidade era difícil, feito por ônibus precários. A via do Café, que dava acesso ao centro, ainda não era pavimentada. O isolamento, entretanto, não era sentido por Helio e sua família; não era diferente daquele que tinham vivido até pouco antes no Alto de Pinheiros<sup>2</sup>.

2. O convívio entre os moradores do *campus* foi descrito no livro *A Vida Social no Campus da USP de Ribeirão Preto 1952-1989*, de Dalmo Souza Amorim (coord.), Katia de Souza Amorim, Maria Augusta Sant'Anna Moraes, Rosária Fernanda Magrin Saullo, Ademir Martins. Holos Editora, Ribeirão Preto, 2014.



11. *Docentes pioneiros do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em 1956. Da esquerda para a direita, José Augusto Laus Filho, José Moacir Tabosa Veríssimo, Adhemar Mário Fiorillo, Helio Lourenço de Oliveira, Clóvis Bhuler Vieira, Beroaldo Jurema, Renato Alves de Godoy e Domingos Abrão Lomônaco.*

Enquanto isso, acompanhado dos colegas que havia convidado para compor o departamento e que chegaram a Ribeirão na mesma época, Helio se ocupava do curso de propedêutica médica, que teve sua aula inaugural no dia 6 de abril de 1954. A parte prática do curso era ministrada na Enfermaria de Homens do pavilhão de indigentes da Santa Casa de Misericórdia. Em 1956, o departamento ganhou sua sede hospitalar no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, recém-inaugurado, onde as atividades de ensino e assistência, ampliadas, passaram a ser exercidas.

Nos primeiros meses, os mesmos docentes se dedicavam à organização e instalação do laboratório de pesquisa. Para essa tarefa, contavam com o apoio dos serviços de marcenaria e de mecânica de precisão da faculdade, e com recursos do apoio da Fundação Rockefeller, conseguido por Zeferino. Muito trabalho braçal também foi executado pelos próprios docentes. Anos depois, o professor Domingos Lomônaco ilustrou o fato, descrevendo como haviam sido construídas as mesas do laboratório: “Como a mesa de um laboratório precisa ser impermeabilizada, a gente usava ácido sulfúrico na madeira, e depois derretia a cera em pedaços com ferro elétrico e passava como proteção na mesa. E ficava muito boa, depois de embutir instalações de água e gás”. Em setembro de 1954, o laboratório já funcionava.

Ainda em 1954, os pioneiros do Departamento de Clínica Médica dedicaram-se a outra atividade de ensino e formação de pessoal, além do curso de propedêutica médica. Descobriram que na cidade de Ribeirão Preto havia uma enorme carência de pessoal capacitado a trabalhar em laboratórios. Os dois primeiros funcionários, Sisto Rodrigues e Jorge Visconti, foram herança da Escola Prática de Agricultura. Tinham prática em lidar com os animais e eram muito dedicados, mas não possuíam qualquer experiência em laboratório.

Helio, com a colaboração dos colegas do departamento, especialmente de José Tabosa Veríssimo e de Domingos Lomônaco, organizou um curso de formação de técnicos de laboratório. Nas duas décadas seguintes o departamento formaria 178 técnicos, profissionais capacitados que supririam não só as necessidades do próprio Departamento de Clínica Médica e de outros departamentos da faculdade – muitos foram contratados pelo Hospital das Clínicas e por laboratórios da região.

As recompensas não tardaram. Logo, os primeiros projetos de pesquisa experimental encontravam-se em andamento e produziam resultados. Ao reproduzir um modelo já conhecido de lesão renal, produzida pela injeção de soro de cobaia antirrim de rato, Helio e alguns dos colegas observaram que muitos animais, antes que a doença renal se manifestasse, morriam por pneumonite hemorrágica. Eles decidiram então estudar esse quadro e demonstraram que no pulmão ocorria uma lesão imune com características muito semelhantes às observadas nos rins. A primeira tese inteiramente realizada no departamento, defendida em 1958 pelo professor José Augusto Laus Filho, consistiu na descrição desse fenômeno, que viria a esclarecer o possível mecanismo de enfermidades humanas. Essa observação criou uma linha de pesquisa que foi ativa por anos e gerou diversas publicações em periódicos internacionais. Como os docentes do departamento gozavam de liberdade para desenvolver projetos próprios, logo outras linhas de pesquisa independentes se estabeleceram.

Helio sempre se orgulharia desses primeiros tempos do departamento, e especialmente da instalação do laboratório de pesquisas e da linha de investigação em imunopatologia que ali nascera. Orgulhava-se, também, de tornar realidade, na área da medicina, da organização da atividade acadêmica na forma de departamento, onde os docentes de áreas afins se tornassem profissionais de ensino e pesquisa. Suas ideias a respeito do ambiente acadêmico foram apresentadas em 1967



12. Em 1954, professores e alunos do primeiro curso de técnicos de laboratório e docentes do Departamento de Clínica Médica. À esquerda, o primeiro residente do HC de Ribeirão Preto, Luiz Octávio Ramos, filho de Jairo Ramos.

no artigo intitulado “Universidade”, publicado em *O Esteto*, o jornal do Centro Acadêmico Rocha Lima<sup>3</sup>:

A universidade, integrada pelo *continuum* que vai dos alunos mais novos aos professores mais maduros, passando pelos alunos mais adiantados, pelos estudantes de pós-graduação, pelos docentes mais jovens, é a convivência dos que sabem em diferentes graus, e ainda querem saber. Para certos fins, é conveniente distinguir entre dois “corpos” da Universidade, o docente e o discente; mas a distinção não é essencial: a função de toda universidade é aprender. [...] A pesquisa original é a forma mais independente de aprendizado: leva a aprender o que antes ninguém sabia.

[...] A formação de um verdadeiro professorado, entendido em si mesmo como uma profissão, é um grave, urgente e difícil aspecto do problema das universidades do Brasil. [...] Será uma profissão em duplo sentido, um meio de vida e uma profissão de fé.

[...] Se a ciência não tem fronteira, e toda instituição de pesquisa serve, em tese, à humanidade, é natural que cada uma dessas instituições sirva à parcela da humanidade que mais lhe é próxima. [...] É dívida de cada instituição para com a ciência universal a pesquisa objetiva de particularidades de sua região, pois aí podem se encontrar elos faltantes na corrente geral do conhecimento científico; pagando-a, poderá estar também, conforme a natureza dos fatos pesquisados, servindo à coletividade que a criou e mantém.

Helio dividia com os chefes dos demais departamentos o planejamento do ensino do ciclo clínico do curso de medicina e com seus colegas de departamento a ministração das atividades didáticas de clínica médica. Essas atividades se estendiam pelos quatro anos do ciclo clínico e consistiam de aulas teóricas e ensino prático junto aos doentes.

3. *O Esteto*, ano XXIX, n. 35, ago. 1967.

A primeira turma de médicos formada em Ribeirão Preto escolheu como paraninfo o professor Zeferino Vaz, fundador da faculdade e seu diretor, embora alguns formandos tivessem cogitado o nome de Helio. Mas a segunda turma retomou a ideia e, em decisão unânime, o elegeu, numa demonstração de reconhecimento do papel importante que Helio tivera em sua formação. Em dezembro de 1958, ao iniciar seu discurso de paraninfo, ele se referiu às relações que mantivera com seus alunos:

É preciso conhecer o tipo de relações que na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto liga professores a estudantes para compreender que não me sinto padrinho de uma turma em que, fundidas, as individualidades se percam. Vejo e estimo cada um dos doutorandos em suas personalidades distintas. E agradeço a cada um as atitudes que, nessas últimas semanas, que este paraninfo não se resumisse num ato, mas se desenvolvesse num processo de comunicação de alegria e estreitamento de amizade.

No discurso, enumerou as características comuns de seus mestres João Alves Meira, Antônio Barros de Ulhôa Cintra e Walter Sidney Pereira Leser, que o tinham inspirado:

São avessos ao proselitismo, a essa afanosa convocação de discípulos, logo convertidos em cortejo de figuras estereotipadas. Não inculcam modo de ser, respeitando a personalidade dos que os cercam. Não impõem idéias: discutem-nas. Não ensinam noções prontas, mas dão o exemplo de interesse pelo estudo e pela investigação dos fatos. Não precisam compelir ao trabalho, pois estimulam pela própria dedicação ao constante labor desinteressado. Ao lado deles, nos fazemos como se nos fizéssemos por nós mesmos. Têm a conduta generosa dos que não cuidam de deixar a marca do benefício.

Helio falava, de fato, de princípios que ele mesmo observava e de seus próprios modos de se conduzir, forjados em parte por seu caráter, em parte na observação dos mestres. Chamou ainda a atenção para a necessidade de renovação do ensino médico, apontando os motivos que a impediam.

[...] A agitação mundial do problema do ensino médico, buscando rumos renovadores, tem ressoado pouco nas estruturas estáveis das escolas médicas do país. Presas a regulamentos oficiais taxativos e minuciosos, defendidos e mantidos pela tradição, pela inércia e pela conveniência, essas instituições encontram dificuldades em se renovar. Núcleos isolados que se adiantam são o contraste ocasional.

E discuti o dilema dos formandos, que certamente afligia muitos deles, da escolha da carreira a seguir:

Seguramente estais sentindo, neste momento, a imposição do problema vocacional. Alguns já o terão realmente, outros convencionalmente, resolvido. Para muitos, aí se encontram todas as dúvidas. Há seis anos desejastes ser médicos. Hoje sois médicos, e viveis não só a alegria, mas também a angústia da meta atingida. A vocação de há seis anos foi um chamado impreciso, a que obedecestes talvez com ingenuidade. A que atendereis agora vos levará aos caminhos definidos de vossa carreira. O campo da medicina vos levará aos setores de atividades adequados às mais várias inclinações. Na escolha, exige-se o esforço do sincero reconhecimento das próprias aptidões e limitações, físicas, intelectuais, emocionais. Uma inaptidão, e sem excluir outras, eu penso principalmente nas de ordem emocional, pode ser invencível, ou exigir para sua compensação um dispêndio parasitário de energia que poderia ter outra aplicação. Um temperamento de investigador de laboratório transviado na obstinação de uma carreira cirúrgica, por exemplo, além de ser socialmente

uma perda, seria um desajustamento pessoal incompatível com aquela satisfação íntima que constitui a grande recompensa profissional. O contato direto com os problemas práticos e doutrinários das várias disciplinas do curso vos deve ter fornecido elementos para a tomada de rumo geral: a experiência dos próximos anos, propiciada pelas circunstâncias imprevisíveis, vos balizará o caminho definitivo.

\* \* \*

A faculdade, no seu todo, também crescia: na medida em que a primeira turma de estudantes avançava, iam se organizando os departamentos responsáveis pelas disciplinas clínicas que se sucediam. Esse crescimento do corpo docente e das atividades acadêmicas inerentes se acompanhavam de mudanças nos ambientes físico e humano; as feições bucólicas e agrícolas da fazenda Monte Alegre cediam espaço para as de uma instituição acadêmica típica.

Ao recrutar professores, Zeferino apresentava como atrativo a possibilidade de moradia na fazenda Monte Alegre. As residências herdadas da Escola Prática da Agricultura foram ocupadas, e o diretor providenciou a construção de mais casas para acomodar os professores que chegavam com suas famílias. Ao mesmo tempo, o alunado da faculdade também crescera e se organizara, criando o Centro Acadêmico Rocha Lima e a Associação Atlética Rocha Lima. Com isso, rapidamente criou-se uma comunidade que ampliou as possibilidades de vida social e de lazer, com benefícios sobretudo para as crianças.

\* \* \*

No final da década de 1950, a faculdade já não era um ente tão simples como a página em branco sobre a qual Zeferino se debruçara, soberano, em 1952. O estilo individualista e autocentrado do fundador se mostrava inadequado para a nova realidade. Os departamen-

tos tinham agora vida própria, e muitos dos professores pioneiros, para quem a única razão de estar em Ribeirão Preto era a FMRP, de coadjuvantes agradecidos passavam a protagonistas. Eles vivenciavam na plenitude o cotidiano da faculdade e, naturalmente, começavam a formular as suas próprias ideias e a almejar participação em decisões sobre os destinos da escola.

Enquanto isso, Zeferino mantinha sua rotina de passar apenas dois dias da semana na cidade. “Eu não resolvo os problemas da Faculdade de Ribeirão em Ribeirão Preto. Eu resolvo no conselho universitário, em São Paulo. Lá eu resolvo”, assim dizia ele, segundo depoimento do doutor Otacílio Lopes da Silva<sup>4</sup>. Era natural que as perspectivas de um e de outros não fossem sempre coincidentes e que divergências surgissem. Na percepção do professor Fábio Leite Vicchi, na época presidente do Centro Acadêmico Rocha Lima, apresentada também em depoimento para os historiadores José Eduardo Marques Mauro e Arlinda Rocha Nogueira, os professores Ruy Escorel Ferreira-Santos e Maurício Rocha e Silva não aceitavam muito a liderança de Zeferino Vaz.

Como a FMRP não tinha a sua congregação constituída, Zeferino vinha sendo reconduzido ao cargo de diretor a cada quatro anos por decisão do governador do Estado, enquanto os professores não dispunham de qualquer canal de expressão de suas opiniões. Ainda, Zeferino não dava demonstrações de interesse em criar cargos de professor catedrático na FMRP. Finalmente, muitos consideravam que o interesse de Zeferino já não se concentrava apenas na faculdade; o que ele almejava era ocupar a reitoria da Universidade de São Paulo.

4. Depoimento do ex-aluno da 4ª turma, Otacílio Lopes da Silva, no capítulo 8, “Professor Doutor Zeferino Vaz”, do livro *FMRP-USP: Primeiros Tempos, através dos Documentos e pela Voz de Seus Construtores*, de José Eduardo Marques Mauro e Arlinda Rocha Nogueira. Funpec-Editora, 2004, p. 179.

No início de 1961, o mandato de diretor de Zeferino estava próximo de expirar e o conselho universitário, reunido, elaborou a lista tríplice a ser encaminhada ao governador do Estado, a quem cabia a escolha dos diretores das instituições de ensino superior em São Paulo. O reitor Antônio Barros de Ulhôa Cintra ausentou-se do país sem enviar a lista ao governador, e o mandato de Zeferino expirou. A diretoria da FMRP passou a ser exercida interinamente pelo decano, professor Luiz Marino Bechelli. Avolumaram-se então os rumores de que o governador Carlos Alberto Carvalho Pinto, informado de irregularidades nas prestações de contas da faculdade em anos anteriores, não via com bons olhos a recondução de Zeferino à diretoria. A tendência do governador era apoiada pela Associação de Auxiliares de Ensino da USP, que, meses antes, contribuía para frustrar a pretensão de Zeferino de alcançar a reitoria ao apoiar a candidatura de Ulhôa Cintra. A situação era agravada pelo fato de o tesoureiro da faculdade ser irmão do diretor.

Surgiu então um movimento em prol da recondução de Zeferino, com ampla participação de professores e de alunos da faculdade, bem como de lideranças políticas, religiosas e empresariais de Ribeirão Preto e região. Helio deixou registradas suas impressões sobre aquele momento e narrou seu próprio envolvimento.

Domingo, 12/3/61

Desde o dia 3 houve grande movimentação na faculdade em torno do Z. V. (Zeferino Vaz). Reuniões, diferentes elementos docentes e discentes convocados, providências várias – perceptíveis nos resultados que foram se tornando públicos em rápida sucessão, sob a forma de manifestações dos diferentes órgãos ou entidades, ligados ou não à faculdade, todas no sentido de que o governador confirme no cargo o diretor Z. V. Estive alheio a tudo, e tal era a atividade perceptível que senti que fui mantido alheio ao movimento. Apenas,

na tarde de 3, o Moura telefonou sobre se eu concordava em que o Z. V. fosse convidado para proferir a aula inaugural da faculdade este ano: “Por que concordar?” – “Porque seria convidado dos professores” – “Não vejo por que não concordar; mas por que tudo isso?”. À pergunta ingênua a resposta foi uma risada e uma palavra evasiva, como se a pergunta fosse maliciosa.

No domingo (5), fui informado de que a tendência do governador no sentido de não confirmar Z. V. no cargo era atribuída a uma trama na universidade, da qual os principais articuladores seriam o Alberto Carvalho e um ou dois mais (Abraão Flezer incluído). Minhas relações com o reitor e essa participação do Alberto que o Z. V., como vítima de complô, fez questão de denunciar aqui, eram suficientes para me situarem à margem das demandas dos dias precedentes.

Entendida a situação, dei-me por feliz quanto à primeira consequência, que me garantiu sossego. Mas havia outro aspecto nessa provável “suspeição” em que eu era colocado: a suposição de um fingido alheamento aqui, a esconder possível atividade pessoal na política da cúpula universitária. Uma série de subinferências dentro da interpretação nos círculos mais apaixonados era provável e não interessa supô-las aqui. Acontece que eu não julgo conveniente a substituição do Z. V. agora – essencialmente pela transitoriedade da gestão de qualquer novo diretor vindo de São Paulo, que, alheio ao ambiente e sem interesse particular na faculdade, se preocuparia necessariamente com se ressaltar quanto às irregularidades sabidas e as presumíveis na administração anterior. A notoriedade das velhas contas não acertadas, de escândalos da tesouraria passada etc. eu sei que faz que se considere nos grupos ativos da universidade como de moralização – o movimento para renovar a administração – desta escola. A preocupação com denunciar e devassar traz o grande risco de manchar o próprio nome da faculdade, num dano moral difícil de reparar. Sem esse risco, o mesmo objetivo seria atingido com a entrega da diretoria ao primeiro professor efetivo que houver – e o Bechelli já entrará em concurso no mês que vem. É uma preocupação minha paralela à do Cintra,

que em dezembro, no dia da formatura de 1960, me contou das contas de 1955 ou 1956 rejeitadas pelo Tribunal de Contas – que ele sigilosamente iria mostrar ao próprio Zeferino para que este cuidasse da sua regularização sem que maiores repercussões pudessem atingir a própria universidade.

Mas acho que a substituição do Z. V. se enquadra perfeitamente na linha da atual política da universidade, e é legítima a atitude dos que a propõem. Além da coerência com a política geral, como professor daqui não concordo com a orientação do diretor em muitos pontos. A conveniência das soluções que a faculdade exige agora já lhe escapa; domina-o ainda a idéia de que o método dedutivo, tomando como premissas os elementos de orientação geral que governaram a organização há oito ou dez anos, serve à improvisação de soluções para os problemas representados pelas situações concretas hoje existentes, muitas contingentes às deficiências materiais que prevaleceram ou ainda prevalecem, e que ameaçam tornar-se definitivas. Por outro lado, sua conduta na política da faculdade é sinuosa, aparentemente obedecendo às conveniências do jogo político mais alto, da cúpula universitária, convenha ou não à faculdade. Veja-se o infeliz episódio de suas reuniões com os auxiliares de ensino no pior dos momentos psicológicos, contribuindo seriamente para a crise do fim de 1960.

Este sumário de ponto de vista resume também em essência o que disse ao Z. V. nesta última quinta-feira, quando me procurou no Hospital das Clínicas para explicar especialmente para mim os fatos que conduziram ao impasse atual na nomeação do novo diretor. (Essa atitude talvez decorra de um ato meu anterior. Na segunda-feira, disse de propósito ao Paulo Romeo que as minhas relações com o reitor e o Alberto me punham numa posição especial entre os professores daqui, na presente crise. Que eu não julgava necessário dar qualquer explicação, mas que discutiria o assunto se o Z. V. o desejasse.) Contou minúcias do que ocorreu no conselho universitário e em várias formas de sondagens junto ao governador; tudo que falou do episódio da eleição da lista tríplice coincidiu, aliás, com o que me havia contado o

Alberto, inclusive quanto à participação deste. Falou do Alberto como quem se decepcionara, pois sempre o considerara ponderado, leal etc.

Disse-lhe então, ao fim de todo o relato, que não via problema de lealdade em jogo na atitude do Alberto, que sei manter-se leal sempre às suas próprias convicções; que lhe cabia o direito das atitudes assumidas e que elas eram coerentes. Havia em curso uma renovação na política universitária, e a eleição do reitor no ano passado “foi uma derrota sua, pois é claro que representou a substituição de um grupo dominante de que você era líder. Agora se tem um desdobramento na renovação do Conselho”. Disse do meu ponto de vista, como está acima, sobre a sua substituição no momento. Disse-lhe também que, para ficar clara a franqueza com que queria falar, para corresponder às satisfações que viera dar, a minha opinião não representava uma adesão incondicional à sua posição de diretor – à qual fazia restrições, que poderia particularizar com discordância relativa a algumas atitudes mais recentes. “Que já manifestou até por escrito”, disse ele rindo, com evidente referência à carta que lhe mandei após a última reunião para revisão do currículo. “Exatamente”, respondi, “nesse caso em que acho que você foi o responsável por se atrasar no mínimo por um ano a reforma curricular que é de fundamental importância” etc.

A conversa foi de mais de duas horas, mais da metade sendo o relato circunstanciado que ele me fez. Do que eu disse depois, quase tudo foi testemunhado pelo Paulo Romeo, que a certa altura entrou na sala.

Um detalhe do relato do Z. V. é o que ele chamou de “intriga”, antes de contar: o Lourival Gomes Machado teria dito ao Gabriel Teixeira de Carvalho que aqui na faculdade havia grande oposição ao diretor (Z. V.), especificamente por parte “do Helio, do Ruy e do Woiski”.

Por fim: ao dizer por que não me parecia oportuna, para a faculdade, a substituição do diretor no momento (tudo como acima), o Z. V. me interrompe: “Você repetirá isso ao reitor?” – “Tudo o que lhe estou dizendo poderei repetir ao reitor ou a quem necessário”.

Toda a movimentação na época havia sido muito delicada politicamente e Helio anotou, nos papéis que guardou sobre o episódio: “Crise na Diretoria – março 1961. Algumas explicações, para o caso de serem necessárias”. Guardou para si também, a título de anedota, os desenhos que Zeferino rabiscou em um papel enquanto ouvia suas impressões sobre a polêmica. Com o desfecho da crise, finalmente a recondução de Zeferino Vaz ao cargo de diretor pelo governador, escreveu uma carta dirigida a ele, com o cuidado de guardar para si uma cópia dela.

Caro Zeferino,

Tendo merecido tanto a sua confiança como a do reitor, nas exposições francas que ouvi dia 9, aqui, e dia 13, em São Paulo, vi-me numa posição única para apreciar a evolução da crise por que a faculdade e realmente a própria universidade acabam de passar. Uma posição que alguns colegas, particularmente, me confiaram julgar embaraçosa, mas na qual me senti realmente tranquilo, porque estava esclarecida, e só eu sei que coerentemente, perante as pessoas a quem mais importava deixá-la clara. Sei que, nas referidas conversações, minha posição ou opinião pessoal foi o que menos importou. Fui, por força das circunstâncias, testemunha de esforços para compreender, julgar e resolver uma mesma situação complexa, vista por ângulos diversos.

Sabendo, ontem, de sua nomeação, compreendi que, felizmente, atingiu-se uma solução que não destoará daquilo que virá a ser o julgamento histórico das figuras da universidade, que se imporão na medida do trabalho, do entusiasmo e da inspiração construtiva com que contribuiram em todo tempo, e não por suas atitudes ou posições momentâneas. Desejo que a solução contribua também, como pressinto que contribuirá, para prestigiar a atual administração da universidade, permitindo-lhe melhor perseguir os seus sinceros propósitos de aperfeiçoamento das instituições universitárias.

Esta carta só tem uma justificativa – a de dizer, melhor que com minha presença física, que e como estive presente à solenidade em que você reassume a diretoria da faculdade.

Receba um abraço do

Helio

## CAPÍTULO 10



### Reflexos do Golpe de 64 na USP

A RECONDUÇÃO DE Zeferino à diretoria não teve o condão de aprimorar sua relação com a faculdade. Ele manteve a prática de permanecer apenas dois dias da semana em Ribeirão, e cada vez mais dividia a atenção entre a escola e o atendimento às solicitações externas, que se multiplicavam em boa parte fomentadas pelo sucesso da implantação da faculdade.

Por essa época, o panorama político do país se modificava com rapidez. Em abril de 1961, a guerra fria bateu às portas da América Latina, trazida pelas mãos da malograda invasão de Cuba, arquitetada por refugiados cubanos com apoio do governo dos Estados Unidos. Os feitos de Fidel Castro e seus companheiros oxigenavam as esquerdas, e as convidavam a ações mais ousadas do que as que vinham havia anos sendo praticadas. De outro lado, a brusca inflexão da política externa americana para a região, que passou a ser pautada pela Doutrina Truman, estimulava o anticomunismo, já latente em parcelas expressivas da sociedade brasileira, e dava fôlego aos militares brasileiros ligados à Escola Superior de Guerra, criada sob inspiração daquela doutrina. Em agosto, o presidente Jânio Quadros renunciou e a crise institucio-



*13. Helio apresenta o caso de uma paciente do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto ao professor Bernardo Houssay, ganhador do prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia de 1947.*

nal que se seguiu acirrou a polarização política que se desenhava, e que culminaria no golpe militar de 1964.

No âmbito da academia, a discussão sobre a reforma universitária ganhava corpo, em parte pela pressão do movimento estudantil, coordenado pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Entre as reivindicações do movimento figurava a da fixação da participação estudantil nos órgãos colegiados em um terço do total de membros, que se converteu na principal bandeira de luta dos estudantes. Em 1962, Zeferino, como membro do Conselho Federal de Educação, colocou-se contrário ao atendimento dessa reivindicação, que foi derrotada por diferença de um voto. O Centro Acadêmico Rocha Lima promoveu então o “enterro” de Zeferino, passeata que percorreu as ruas centrais de Ribeirão Preto em um final de tarde. A esse episódio tem sido dada importância para a decisão de Zeferino de se afastar da faculdade, aceitando o convite do governador Adhemar de Barros para assumir a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, em 1963.

E, em abril de 1961, o primeiro passo para a constituição da Congregação da faculdade havia sido dado: a cátedra de dermatologia fora criada, posta em concurso e conquistada pelo professor Luiz Marino Bechelli, dermatologista de renome internacional, exercendo a chefia do Departamento de Dermatologia desde 1957. Nos dois anos seguintes, outras cátedras foram criadas, como a de clínica médica, conquistada por Helio em concurso realizado em 18 de junho de 1962. Assim, a Congregação pôde ser criada e se reuniu pela primeira vez no dia 2 de abril de 1963, sob a presidência do professor Mauro Pereira Barreto. Helio foi eleito, pela Congregação, representante da faculdade no conselho universitário, posição para a qual seria reconduzido duas vezes.

\* \* \*

Pouca coisa mudou na vida de Helio após o concurso. Agora com sete filhos – Maria Teresa nascera três meses antes, quando Marcelo, o outro filho ribeirão-pretano, completava 7 anos –, ele decidiu trocar o Chevrolet 48, que em 1955 substituíra o acanhado Studebaker, por uma Kombi, que acomodava a família toda nas viagens de férias para Itanhaém, na época o destino preferido dos Lourenço de Oliveira no verão. Carmita aprendeu a dirigir e ganhou um Renault Dauphine, que com seus 28 cavalos de força servia perfeitamente às suas necessidades de dona de casa atarefada. Como a maioria dos filhos de professores da faculdade, Eduardo e Ricardo, e mais tarde Marcelo, fizeram o curso primário no Grupo Escolar Guimarães Júnior e o secundário no ginásio do Estado Otoniel Motta, ambos a convenientes distâncias de pontos da linha de ônibus que corriam entre a praça Carlos Gomes e o prédio central da faculdade. As meninas cursaram o primário no colégio Vita et Pax, localizado no Jardim Recreio, de fácil acesso.

Em São Paulo, Helio nunca tivera vida social expressiva. Não era religioso, não frequentava clube, não se filiou a partido político, não demonstrava inclinação pela vida social mundana. Também não demonstrava aptidão para a prática de esportes, embora na adolescência tivesse praticado remo no rio Tietê e mais tarde estimulado e acompanhado com interesse as atividades esportivas dos filhos adolescentes.

Em Ribeirão Preto, conservou os mesmos hábitos. As boas relações mantidas com os colegas do departamento e o respeito grandjeado entre os demais professores da faculdade garantiam cortesia no ambiente de trabalho mas não se traduziam em intimidades fora dele. A cidade pouco oferecia daquilo que poderia atraí-lo. Raramente ia ao cinema, em geral como acompanhante de Carmita ou dos filhos, e tinha entusiasmo apenas por filmes cômicos com muita mímica,

como os de Laurel e Hardy (Gordo e Magro) e, particularmente, os de Charles Chaplin. Além de um convite para uma pescaria, o grande prazer de sua vida era a leitura; a busca por um bom livro tinha o poder de afastá-lo do convívio da família. Nas excursões que Helio habitualmente fazia ao centro da cidade nas manhãs de sábado, eram obrigatórios o cafezinho na Única ou no Centro Médico e a visita à livraria Eldorado.

Assim, Helio foi sempre muito próximo da família. Embora não fosse um pai pródigo em manifestações explícitas de carinho, acompanhava com atenção a vida dos filhos. Era rigoroso e exigente com o cumprimento de regras de comportamento e de convivência, mais do que a sua imagem pública sugeria. Um talento que sempre exercitou com os filhos foi o de demonstrar entusiasmo e prazer genuínos com o domínio do conhecimento, independentemente de aplicações ou resultados imediatos.

\* \* \*

No primeiro dia de abril de 1964, o presidente João Goulart foi deposto por um golpe militar, apoiado por importantes segmentos da sociedade, sob a justificativa de que o país se encontrava sob “ameaça comunista”. No dia seguinte, 2 de abril, reunida em sessão extraordinária, a congregação da Faculdade de Medicina de São Paulo aprovou moção de irrestrito apoio ao golpe militar, recusando as ressalvas apresentadas ao teor da manifestação pelos congregados Alberto Carvalho da Silva, cunhado de Helio, e Isaias Raw. Logo, com o beneplácito do diretor João Alves Meira, foi instalado um Inquérito Policial-Militar (IPM) na própria Faculdade de Medicina de São Paulo, que resultaria, nos meses seguintes, em várias prisões de docentes e nas demissões de sete deles. Em Ribeirão Preto, embora o diretor José Moura Gonçalves tivesse se negado a permitir a instalação de um IPM, começou a circular entre

alguns professores a ideia de que a faculdade deveria se posicionar no mesmo sentido que a faculdade de São Paulo. Esse projeto, entretanto, foi abortado minutos depois de o catedrático de psiquiatria, professor Hernan Davanzo, comunicar ao diretor, num começo de noite, a prisão da doutora Hona Tahim. Este, fazendo-se acompanhar por Helio e pelo professor Pedreira de Freitas, procurou por dois dos proponentes da proposta na residência de um deles e se manifestou energicamente contra ela. Ainda assim, além da professora Hona, foram presos os professores Clarimundo Alves Filho e Luiz Carlos Raya, e vários outros docentes foram convocados a prestar depoimento sobre suas atividades políticas, entre eles os membros do Departamento de Clínica Médica Luís Carlos Fernandes Reis e José Augusto Laus Filho. Helio, assim como fizeram outros catedráticos cujos assistentes foram detidos ou presos, acompanhou cada um deles à delegacia.

As mudanças que ocorriam no ambiente político geral pouco afetavam a vida do departamento, exceto pelo mal-estar dos recentes acontecimentos que se seguiram ao golpe de abril de 1964. O corpo docente do departamento aumentara e se diferenciara gradualmente, de modo que no final de 1966 contava com 26 professores, doze com título de doutor, entre os quais todos os pioneiros, e sete com livre-docência. A maioria dos que ingressaram após a instalação era constituída por médicos formados na própria faculdade; cinco deles tinham se graduado em outras escolas, e outros três traziam na bagagem treinamento no exterior. O mesmo grupo de docentes, em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa, era responsável pelo ensino de clínica médica e de radiologia do curso médico e desenvolvia atividades de pesquisa, cujos resultados refletiam-se no número de publicações do departamento, que aumentara de cinco no biênio 1955-1956 para 46 no biênio 1965-1966. Como deixa transparecer na introdução do relatório anual de atividades do departamento, Helio sentia-se realizado no

final de 1966. Certamente contribuía para isso a satisfação causada em janeiro de 1965 pelo sucesso de seu primogênito no exame vestibular para medicina na faculdade. Assim como fizera com seu irmão caçula Lólio, na véspera do início de importantes provas, Helio entregou ao filho a seguinte carta:

Ricardo,

Já inscrito para concorrer nos exames vestibulares de 1965, quero que você saiba, em essência, o que penso de sua posição. Isto não vai escrito por formalidade. O importante não é em escrevê-lo mas que você o leia, isto é, conheça-o de uma forma que lhe permitirá melhor meditar sobre o que lhe quero dizer.

Alcançar classificação é objetivo honesto e esperança justa de quem sempre foi bem-sucedido nas etapas anteriores de seus estudos e complementou essa formação com seriedade, tendo em vista as provas de seleção a que se submeteria.

Alcançá-la, entretanto, não pode ser compromisso nem certeza. Seria prejudicar as qualidades e possibilidades suas e de todos os concorrentes – e considerar-se infalível nesse julgamento. Isto seria apenas pretensioso, se não fosse tola a pretensão.

Além do preparo conveniente, há algumas convicções com as quais é necessário que você se apresente às provas, para máxima garantia do resultado que você tem o direito de almejar, isto é, aquele para o qual você está preparado:

Que os exames foram sérios no preparo das questões e o serão no julgamento;

Que o tempo concedido para a realização de cada prova pode não permitir desperdícios inúteis, mas são suficientes para a resposta ponderada a todas as questões;

Que não há questões menos importantes e que todas merecem, preliminarmente, leitura e releitura calmas e, depois, ponderação, ou seja, pensamento repensado, para a resposta;

Que em prova escrita o que será julgado não é o que se pensa, mas uma tradução disso, irrecusável e irrecorrivelmente grafada: essa tradução deve ser relida, sem o que poderá passar inadvertida alguma traição da mão ao cérebro;

Que não se pode pensar em mais de uma questão ao mesmo tempo sem prejudicar a concentração total que cada uma, a seu tempo, merece;

Por fim, que não considere estes conselhos desnecessários, por qualquer razão, inclusive a de eventualmente eu já ter dado no correr do ano; terão sido conversas ocasionais, agora são “pensamentos repensados”.

É certo que nenhuma outra oportunidade, em sua vida escolar, se acompanha do estímulo que se deve à perspectiva do ingresso na universidade e que a competição do exame vestibular exalta. Estímulo na fase preparatória de estudo e, o que será mais importante dentro de alguns dias, estímulo no ato da realização das provas. Em nenhuma sabatina, nenhum “vestibular simulado” da fase preparatória, com as mesmas questões do exame real você faria o que neste você fará. É o momento em que jogará todas as suas possibilidades. Todos os seus conhecimentos se oferecerão à provocação que cada questão representa. Pouco importa onde, quando e por que esses conhecimentos foram adquiridos. Se com vistas às provas vestibulares ou não – só importará que esteja convicto deles, que eles se integrem coerentemente no conjunto de suas noções certas sobre o assunto; só importará que seja racional e honesto consigo mesmo; em última análise, que tenha independência mental e exerça o seu espírito crítico.

A satisfação que o resultado das provas poderá lhe trazer, como a mim, será um prêmio. Em nenhuma hipótese, contudo, ele me trará aborrecimento. Meu julgamento está feito e o que nele importou foi o seu trabalho de 1964, sua capacidade de organizá-lo e levá-lo a sério. Eu conheço estudantes para

poder apreciar tipos de esforços e qualidades de aproveitamento. Estou tranquilo, duma tranquilidade que não depende de qualquer resultado imediato. Essa tranquilidade diz respeito ao seu futuro, não ao ano de 1965. Este passará, o seu futuro não: estará sempre à sua frente.

Hoje, naturalmente, o futuro compreende o ano de 1965.

Felicidades!

Com um abraço de seu pai

12/janeiro/1965



## CAPÍTULO 11



### A defesa da autonomia da universidade

EM 1963, HELIO fora eleito representante da congregação da FMRP junto ao conselho universitário da USP. Reconduzido por duas vezes a essa posição, quatro anos mais tarde ele era uma voz bastante ativa no conselho e havia granjeado respeito entre seus pares. Conhecia a USP sob diversos ângulos, e refletia sobre os aspectos que lhe eram afeitos:

A pesquisa científica já é aceita entre nós como atividade própria do professor universitário; é mais ou menos ponto pacífico, em tese. Na prática, há séria deficiência de recursos espirituais e materiais para que essa atividade possa realmente exercer-se. O fato é geral nas universidades brasileiras, o que não afasta a realidade da existência de núcleos importantes de investigação original em várias das instituições mais bem-dotadas, graças a algumas lideranças científicas autênticas.

Quantas figuras, potencialmente capazes de idêntica polarização de ideais e esforços, estirolaram ou foram desencorajadas pela carência de possibilidades materiais, é impossível avaliar. Certamente, em outros casos, falsas lideranças bloquearam o surgimento de autênticas, particularmente no vigor do regime de cátedra, levando à dissipação de recursos existentes. De qualquer forma, a produção científica já se vai incluindo na expectativa oficial em

relação a cada docente universitário. Se trabalhando em regime de tempo integral, a produção científica pessoal já constitui requisito para permanência no cargo e, em qualquer regime de trabalho, é certamente considerado o elemento mais ponderável para o acesso às sucessivas posições de carreira.

Anos mais tarde, retomaria o tema, advertindo sobre riscos da valorização excessiva da atividade de pesquisa para o progresso na carreira<sup>1</sup>:

É possível que isso, como disposição estatutária, promova a longo prazo o estímulo desejado ao trabalho científico; desde logo generalizada, poderá obrigar a concessões de julgamento que desvirtuarão o objetivo, por permitir uma imagem demasiado pobre do que a instituição aceita como trabalho científico legítimo. Por períodos longos, até alguns anos, conforme circunstâncias individuais e a natureza das disciplinas, ao docente jovem pode ser mais importante a formação pessoal na convivência ativa com pesquisadores diferenciados, do que numa produção individual compulsória, suscetível de transformar-se em papel impresso só para satisfazer à exigência formal. Por outro lado, seria inconveniente que, como credenciais para progresso na carreira, a valorização da pesquisa se acompanhasse de menosprezo às atividades diretamente ligadas à promoção do aprendizado, à melhor formação do estudante; uma atividade não deve impedir a outra, esta mais que aquela contribui para a integração da coletividade universitária, e ambas são igualmente necessárias para os objetivos da universidade. Os métodos do aprendizado, aliás, com as peculiaridades de cada disciplina, são também legítimos e importante objeto de pesquisa.

1. Trecho da palestra proferida em 1981 na 1ª Jornada Científica da Universidade Federal de São Carlos, publicada em dezembro de 1985 na *Revista Ciência e Cultura: 1958-1960*, em homenagem à memória do professor Helio.

Helio era avesso ao sectarismo e acreditava que a academia devia manter-se isenta e plural:

O universitário deve opor-se ao sectário; a universidade, em conjunto, não pode ser dominada por nenhuma crença ou convicção religiosa, política ou filosófica. Ainda que seja e exatamente para que possa ser um foco de cogitações filosóficas. Se a absoluta isenção, em relação a cada indivíduo, é ideal dificilmente atingível, decorre que na universidade devem coexistir todas as crenças ou convicções, que nenhuma será motivo para que as portas se fechem; somente sua coexistência, com respeito e contenção recíprocos, evidenciará não estar em nenhuma a essência da condição universitária<sup>2</sup>.

Fiel às suas próprias convicções, e com a noção clara de que a posição que ocupava na universidade assim o exigia, Helio, que nunca fora um militante, passou a se manifestar diante dos fatos que se desenrolavam dentro e fora do ambiente acadêmico. Entretanto, sua energia continuava a ser dispendida naquilo que o levava para Ribeirão Preto, ensino e pesquisa na FMRP. No início de 1967, o que o entusiasmava era a reformulação do ensino de clínica médica para alunos do terceiro ano médico, um projeto que ele coordenara e começava a implementar.

Nesse mesmo ano de 1967, Roberto Abreu Sodré, recém-empossado governador de São Paulo, ensaiava alguma independência em relação ao poder militar instalado em Brasília. Quando o reitor Luís Antônio da Gama e Silva, professor da Faculdade de Direito da USP, foi convidado a assumir o Ministério da Justiça pelo presidente Arthur da Costa e Silva, o mandato do vice-reitor, seu substituto, estava prestes a vencer. Nesse contexto, a eleição de vice-reitor ganhou excepcional importância pois o eleito assumiria imediatamente a reitoria da USP.

2. *O Estado*, ano XXIX, n. 35, ago. 1967.

Abreu Sodré e Gama e Silva disputavam espaço na arena política em São Paulo e essa disputa se transformou em uma ácida queda de braços entre o Palácio dos Bandeirantes e o Ministério da Justiça, cujo motivo foi a inclusão do nome de Helio na lista tríplice composta pelo conselho universitário e enviada ao governador. Na véspera da reunião do conselho, o reitor Gama e Silva havia cuidado de compor uma chapa com nomes de sua confiança e, em jantar em sua casa, apresentou-a para 22 conselheiros que constituiriam maioria na reunião do dia seguinte. Alguns desses conselheiros, porém, sentiram-se constrangidos por essa pressão e não atenderam ao pedido, possibilitando a inclusão de Helio na lista.

Dois dos secretários de Sodré, Antônio Barros de Ulhôa Cintra, da Educação, e Walter Sidney Pereira Leser, da Saúde, eram pessoas com quem Helio havia trabalhado em São Paulo, e com quem ainda mantinha boas relações. Era previsível que, indicado para a vice-reitoria da USP, Helio tivesse certamente o apoio dos dois no caso de o governador consultá-los.

Entre a composição da lista tríplice e finalmente a escolha de Mário Guimarães Ferri para o cargo de vice-reitor, o que tardaria meses, apareceram na imprensa repetidas alusões à situação criada. No dia 2 de março de 1967, o jornal *O Estado de S. Paulo*, comentou em editorial as insinuações de “comunistas e perigosos”, feitas tanto em relação a Helio quanto ao secretário Ulhôa Cintra. Em tom agressivo e em defesa de ambos, o editorial atribuía essas alusões a “sub-reptícias campanhas de descrédito, por motivos pessoais ou interesses de grupos”. Lembrava também a campanha recente do jornal em apoio à escolha de Ulhôa Cintra para a Secretaria de Educação, e que “[...] as manobras que contra ele agora se articulam demonstram que outros interesses de natureza diversa (não acadêmicos), embora não menos rasteiros, inspiram os que se veem empenhados em privar o governo paulista de

colaboração de tão ilustre autoridade”. No mesmo tom, em editorial, a *Folha de S.Paulo*:

A nomeação do novo reitor será uma prova para o governador do Estado. Saber-se-á se ele é efetivamente um governador no pleno uso de suas funções ou um preposto sem força sequer para executar os bons esquemas que anunciou para renovação do ensino de São Paulo como um todo. Por outras palavras, saber-se-á quem manda em São Paulo.

Helio descobriu a força simbólica que seu nome adquirira dentro da universidade, mas viu-se no centro de um pesado jogo político. Sabia também que algumas de suas atitudes poderiam ter contribuído para a animosidade manifesta de Gama e Silva. Uma delas, suspeitava, fora um episódio de 1964, logo após a tomada do poder pelos militares, quando se recusara a apoiar uma moção de desagravo do conselho universitário ao ainda reitor Gama e Silva. A moção visava apoiar a posição do reitor, que negava as notícias da existência de terrorismo cultural na USP. Anos depois, Helio explicaria sua posição<sup>3</sup>.

Ora, eu estava conhecendo de perto vários episódios ocorridos em Ribeirão Preto, onde a Faculdade de Medicina se tornara o principal alvo de uma suspeição levantada sabe-se lá por que tipos de denúncias apresentadas ou acolhidas por autoridades menores ou simples cidadãos mais realistas que o rei. Algumas talvez originadas dentro da própria faculdade, como a que levou um docente do Departamento de Clínica Médica (José Augusto Laus Filho) a ser chamado para depor perante a autoridade que investigava “atividades

3. Artigo escrito para o livro *USP 1968-1969*, de Helio Lourenço de Oliveira, Lólio Lourenço de Oliveira, Antonio Candido e Alberto Carvalho da Silva (orgs.). Edusp, São Paulo, 1995 (1ª reimpressão 2016).

subversivas” na cidade. No interrogatório, evidenciou-se que as acusações diziam respeito ao teor de seu ensino clínico. Tornou-se claro que seu principal crime tinha sido dar importância à desnutrição como causa ou concausa dos males que padeciam alguns pacientes da enfermaria. Mas esse foi dos casos mais leves. Alguns docentes, além do interrogatório, tiveram suas bibliotecas particulares vistoriadas por inspetores de polícia que, a seu critério, expurgavam-nas dos livros “suspeitos”: em um caso, fazendo companhia ao colega incriminado, testemunhei esse ridículo espetáculo do começo ao fim. Em uma casa (de professor catedrático), essa invasão foi na ausência do morador. Alguns docentes foram presos; para uma assistente, posta em cela ao lado de presas comuns, em cadeia de cidade vizinha, foi preciso que seu chefe pessoalmente levasse um colchão. Não alonguemos a exemplificação. Eram advertências concretas de que estávamos todos sujeitos à arbitrariedade policial, bastava uma denúncia qualquer. Não havia “terrorismo cultural”, por muito alheias que a ele pudessem estar as autoridades supremas? Devíamos enganar essas autoridades a respeito do que ocorria nos níveis inferiores da onda da revolução, onde a intuições honestos se misturavam obscurantismo, oportunismo, sadismo, vindita?

Helio, que defendera sempre a autonomia da universidade em relação a ideologias e partidos políticos, sentia-se incomodado pelo rótulo que lhe era impingido. Ele nunca usara a condição de professor para fazer proselitismo ou para externar preferências políticas. Mas, naquele contexto, não estar incondicional e explicitamente a favor significava ser radicalmente contra o governo instalado em Brasília. Ele organizou pessoalmente um arquivo com as notícias publicadas em jornais da época sobre a sua pessoa, e conservou esse material acompanhado de um manuscrito próprio, contando a sua versão<sup>4</sup>.

4. *O Livro Negro da USP: O Controle Ideológico na Universidade*, Adusp, 1979, p. 42. O de-

[...] As insinuações eram passadas a jornais do Rio e de São Paulo. Coisas assim: “Causou certo suspense nos meios militares de São Paulo a inclusão do nome do sr. Helio Lourenço da Oliveira na lista tríplice da qual sairá o novo vice-reitor da Universidade de São Paulo” (*Correio da Manhã*, 15-4-1967); “Setores duros do II Exército declaram-se constrangidos com a inclusão do professor Helio Lourenço na lista tríplice para a escolha do futuro vice-reitor da Universidade de São Paulo. Afirmam que o professor tem um passado subversivo...” (*Diário de São Paulo*, 19-4-1967). Nesse exemplo, as duas notas dizem virtualmente a mesma coisa, dita em primeiro lugar no jornal do Rio. Os jornalistas do Rio é que estavam junto à fonte – o Ministério da Justiça nessa época não havia ainda se transferido para Brasília. O ministro era o reitor da USP, licenciado, e o vice-reitor que fosse nomeado assumiria automaticamente a reitoria; ele devia acreditar que, se o meu nome fosse o escolhido, ele não teria na reitoria o alter-ego com que desejava contar na universidade. Ele me conhecia, como membro do conselho universitário, e creio mesmo não lhe ter dado motivos para pensar doutro modo.

Entretanto, meu nome era apenas um na lista de três, e a escolha competia ao governador. A campanha contra o meu nome era, mais que tudo, pressão contra o governador, com quem o ministro não se entendia e cuja decisão, por isso, não podia confiar que fosse a de seu maior agrado. E não era só que não confiasse, o que ainda lhe deixaria algum campo para gestões diretas. Tornara-se notório, em seguida à eleição do conselho universitário, que o governador se fixava em meu nome para a nomeação que lhe competia. O ministro já sabia dessa decisão e queria especificamente obstá-la. Fazer uma demonstração de força política em relação ao seu adversário do Morumby

poimento consta do relatório da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, elaborado por uma comissão especial criada para a campanha de reintegração dos docentes afastados pela ditadura militar. O depoimento completo do professor Helio e de todos os funcionários e docentes que participaram do levantamento está disponível em PDF em <http://www.adusp.org.br>, acesso em dez. 2016.

seria uma compensação, depois da demonstração de desprestígio que havia sido, para ele, a eleição no conselho universitário.

Gama e Silva, um civil, estava ao lado, ou até adiante, da então chamada linha dura das Forças Armadas. Em agosto de 1967, em visita a uma instituição militar, deu a seguinte declaração à *Folha de S. Paulo*: “Nada mais semelhante à escola do que o quartel. Por isso sinto-me perfeitamente à vontade na caserna”.

Mais de uma vez Gama e Silva deixou claro que não admitiria ser contrariado. Durante o embate entre Abreu Sodré e Gama e Silva, Ulhôa Cintra chegou a cogitar renunciar a seu cargo de secretário de Educação, ao saber que um socorro financeiro ao estado de São Paulo havia sido condicionado à não nomeação de Helio como vice-reitor. E que Gama e Silva também ameaçava entregar o cargo se seu nome fosse o escolhido. Três meses depois de iniciada a polêmica entre o ministro e o governador, finalmente Abreu Sodré cedeu e nomeou, no dia 26 de maio de 1967, o professor Mário Guimarães Ferri, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para a vice-reitoria da USP.

## CAPÍTULO 12



### Liderança na Reforma Universitária na USP

QUANDO ESCOLHIDO vice-reitor, Mário Guimarães Ferri era o presidente da Comissão Especial de Reestruturação da USP, designada pelo reitor em novembro de 1966. Na mesma ocasião, foi editado o decreto-lei 53/66, estabelecendo os princípios que norteariam as reestruturações das universidades federais. Essa concomitância não foi casual: as demandas quanto à reforma do ensino superior avolumavam-se não só em São Paulo mas no país inteiro, de modo que o Ministério da Educação decidira agir.

Durante os primeiros meses de 1968 uma onda de agitação estudantil sacudiu o mundo ocidental. As manifestações de maio em Paris, gigantescas, levando à ocupação de fábricas e universidades, haviam, num certo momento, chegado a colocar em cheque a estabilidade das instituições políticas da França. Embora também no Brasil as reivindicações transcendessem a questão da educação, elas conferiam urgência à reforma universitária. Foi nesse contexto que, em 29 de junho de 1968, a comissão especial presidida por Mário Ferri concluiu seu relatório, intitulado Memorial sobre a Reestruturação da Universidade de São Paulo, mais conhecido como “Relatório Ferri”.

Quando o Relatório Ferri foi submetido ao conselho universitário, no dia 2 de setembro de 1968, alguns conselheiros propuseram que, para sua apreciação, a assembleia universitária, prevista no estatuto vigente, fosse convocada pelo reitor em exercício. A discussão em torno da proposta foi tumultuada, e ao seu final Mário Ferri não acatou a sugestão de convocar a assembleia e estabeleceu que o conselho universitário o faria, reunindo-se duas vezes por semana. Foi aprovado também, por mais de dois terços do colegiado, que durante o processo as modificações do estatuto exigiriam maioria simples para aprovação.

No dia 9 de setembro de 1968 o conselho universitário volta a se reunir; em vista do clima que se criara uma semana antes, havia o temor de que os trabalhos não progredissem. É nesse momento que Helio passa a liderar o processo de Reforma Universitária na USP. Ele apresenta uma proposta, acatada por seus pares, de como a discussão do Relatório Ferri deveria ser organizada. Conforme a proposta, apresentada a seguir, o conteúdo do Memorial para a Reestruturação da USP deveria ser resumido em cinco tópicos, cada um deles contendo subtópicos na forma de questões a serem examinadas por grupos de trabalho criados dentro do próprio conselho universitário. A ata daquela sessão registra:

O Conselheiro Helio Lourenço de Oliveira apresenta proposta que, em seu entender, poderá servir de base para início das discussões. A discussão se iniciará pela apreciação de cinco itens contidos no relatório da comissão de Reestruturação:

1 – A USP adotará uma organização departamental. 1 – O departamento será a menor unidade universitária diretamente responsável pela pesquisa e pelo ensino, congregando docentes com interesses afins, em torno de recursos comuns de trabalho. 2 – Constituindo-se como um sistema de departa-

mentos, a universidade não comportará cátedras, pressupondo-se um novo conceito de carreira docente.

II – Conjuntos homogêneos de departamentos constituirão institutos. 1 – Os institutos serão as grandes unidades constitutivas dos *campi* da USP, e se organizarão em função de uma classificação das atividades literárias, filosóficas, científicas e tecnológicas. 2 – Nenhum instituto se constituirá tendo em vista a formação completa de um profissional, ainda que cada um contribua, em sua área de conhecimentos, para a formação de profissionais.

III – A USP abrangerá diversos *campi*, cada um constituído por institutos reunidos em área geográfica que permita seu inter-relacionamento para o desenvolvimento de diferentes currículos. 1 – Os diversos *campi* terão a mesma autonomia, dotando-se cada um de uma hierarquia uniforme de órgãos de decisão. 2 – Os *campi* se subordinarão a órgãos superiores da universidade, integrados por seus representantes.

IV – Um currículo é um conjunto articulado de disciplinas, entendidas estas como unidades de ensino ou programas de estudo. 1 – Caberá aos departamentos e institutos fixar os respectivos elencos de disciplinas. 2 – A articulação de diferentes disciplinas, em função de objetivos definidos de graduação ou de formação universitária, caberá a uma câmara curricular em que todos os institutos estarão representados. 3 – Transferência de aluno de um currículo para outro se fará com aproveitamento dos estudos já feitos.

V – Na carreira docente, o acesso a todos os degraus dependerá exclusivamente do mérito dos docentes e não da existência de vagas em qualquer dos escalões. 1 – Em qualquer degrau de carreira, no mesmo departamento, poderá sempre existir mais de um docente. 2 – A transferência de docentes de um para outro departamento, outro instituto ou outros *campi*, respeitados os interesses do ensino e da pesquisa, será sempre possível, respeitando-se o nível já atingido na carreira<sup>1</sup>.

1. Ata do conselho universitário da USP, 9 de setembro de 1968. Livro 34, 603<sup>a</sup> sessão, fl. 7.

Embora não tenha sido apresentada como tal, essa sugestão de encaminhamento era uma adaptação resumida de tópicos da proposta da comissão paritária da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, aprovada em votação pela assembleia geral universitária dessa faculdade, em 30 de agosto de 1968<sup>2</sup>. Helio participou de uma das comissões paritárias da FMRP, as quais foram realizadas com o apoio da diretoria e da congregação da unidade. Tivera também participação importante na assembleia geral que aprovou o relatório final do processo. No dia seguinte à aprovação da proposta de Helio no conselho universitário, dois grupos de trabalho estavam constituídos e iniciavam a análise do Relatório Ferri.

Na ocasião, centenas de estudantes ocupavam o prédio da Faculdade de Filosofia da USP em São Paulo, na rua Maria Antônia, onde se mantinham em assembleia permanente havia meses, sem que o governador Abreu Sodré e o reitor Mário Ferri chegassem a um acordo quanto às medidas a serem tomadas. No dia 2 de outubro, um pedágio feito por esses estudantes na rua Maria Antônia para angariar fundos para a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi o estopim de um violento confronto com estudantes do vizinho Mackenzie, muitos destes últimos pertencentes ao grupo paramilitar autointitulado Comando de Caça aos Comunistas (CCC). O prédio da Faculdade de Filosofia foi invadido e depredado e o estudante secundarista José Carlos Guimarães morreu baleado.

Desgastado com o governador Abreu Sodré e enfrentando problemas de saúde, Ferri renunciou ao cargo de vice-reitor inesperadamente no dia 8 de outubro de 1968. No mesmo dia, o conselho universitário

2. Relatório final da comissão paritária da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto para a reforma da Universidade de São Paulo, 30 de agosto de 1968. Vol. II do Processo da Reitoria da USP (Rusp) 29.714/66, pp. 472-478.

votou em regime de urgência uma nova lista tríplice. Helio foi o único a obter maioria no primeiro escrutínio, e encabeçou a lista enviada ao governador. Helio, ausente da reunião, registrou o episódio<sup>3</sup>.

[...] um fato inesperado, de que só tomei conhecimento quando já consumado, pois naqueles dias participava de um congresso científico fora do estado: súbita e inesperada vacância da vice-reitoria, imediata eleição de nova lista tríplice, e nela de novo meu nome, agora em primeiro lugar, único eleito pela maioria absoluta do conselho. O tom, o teor, a origem, as intenções da campanha do ano anterior contra o meu nome estavam ainda muito presentes, e davam a esse gesto do conselho universitário um significado iniludível – a vontade de manifestar a independência da universidade, o protesto contra interferência em sua vida de interesses estranhos à própria atividade universitária. E dessa vez o governador não deu tempo a que se exercessem pressões e nomeou-me imediatamente. Contra, aliás, ponderações que lhe fiz, em entrevista a que me convocou (na qual, e só então, conheceu-me pessoalmente).

[...] Pela frente, a perspectiva de me ver, de novo, alvo das aleivosias dos mesmos interessados em manter suas mãos na USP, colhendo nela um prestígio pessoal postiço ou o remédio para suas frustrações; os mesmos que no ano anterior já se haviam mostrado tão assanhados. A eles se poderiam somar agora os que, nos meios político-militares, sem conhecimento direto da universidade e seus homens, poderiam ter sido sensibilizados pela campanha anterior.

De fato, o interesse oficial por informações sobre Helio que pudessem ser comprometedoras se manifestaria pela primeira vez em 9 de dezembro de 1968, quando o II Exército solicitou informações ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops) sobre “Helio Lourenço de Oliveira”. A resposta data de 15 de janeiro de 1969, quando

3. *O Livro Negro da USP: O Controle Ideológico na Universidade*, op. cit., 1979, p. 43.

Celso Teles, delegado chefe do serviço secreto do Dops, respondeu ao coronel chefe da Segunda Seção do II Exército: “Nada consta neste serviço até a presente data”. Mas logo, sim, constaria na ficha de Helio que em seu primeiro encontro com o governador, já reitor, solicitara que Abreu Sodré intervisse para liberação de estudantes presos no Congresso da UNE, em Ibiúna.

## CAPÍTULO 13



### O exercício da Reitoria e o afastamento pelo AI-5

HELIO ASSUMIU a reitoria no início de uma sessão ordinária do conselho, sem nenhuma solenidade. Quem transmitiu o cargo foi seu colega, professor João Alves Meira, diretor da FMUSP, que assumira interinamente a reitoria depois do afastamento de Ferri. A discussão da reforma seguia conforme o estabelecido, de modo que os primeiros dias da reitoria deixaram Helio otimista.

O trabalho era empolgante, todo o tempo de uma dedicação integral ao cargo era pouco, de todos os setores da universidade vinham estímulos e sinais inequívocos de confiante expectativa. As duplas sessões do conselho, toda semana, para a discussão da reforma universitária, faziam pensar em uma universidade melhor.

A discussão sobre a proposição de maior impacto da proposta da reforma, a extinção da cátedra e sua substituição pela organização departamental, deu-se no dia 20 de setembro de 1968. Manifestaram oposição a ela os professores Adamastor Correa, da Faculdade de Farmácia e Odontologia, e Reynaldo Schwindt Furlanetto, da Faculdade de Veterinária, mas a sua aprovação se deu por maioria absoluta de votos.

Além da extinção da cátedra, o tópico mais controverso do relatório era o da constituição dos institutos. A proposição polêmica era: “Ne-

nhum instituto se constituirá tendo em vista a formação completa de um profissional, ainda que cada um contribua, em sua área de conhecimentos, para a formação de profissionais”. Helio acreditava que, se aprovada, ela abriria caminho para que, de um conglomerado de faculdades isoladas, a USP se transformasse em uma autêntica universidade. A organização das unidades em institutos de importância equivalente possibilitaria que o aluno percorresse vários institutos em sua formação acadêmica, integrando definitivamente a universidade. O aluno teria acesso a qualquer disciplina de qualquer instituto, tendo ampla liberdade para compor seu currículo.

Ora, as faculdades tradicionais eram responsáveis pela formação completa de seus alunos, do início ao fim do curso, com vistas à formação de um perfil profissional determinado; a razão de cada uma dessas faculdades existir era uma profissão específica. Conforme o enunciado da proposta, um instituto seria definido pela reunião de pessoas e recursos em torno de um conjunto bem definido de saberes, sem compromisso com formação de um profissional específico. Era previsível que essa proposição encontrasse resistência por parte dos representantes das faculdades tradicionais, medicina, direito, engenharia, entre outras. A discussão dessa questão ocorreu no dia 5 de novembro de 1968, e a proposição foi rejeitada por estreita margem. Os institutos básicos, que tinham a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como embrião, foram aprovados, mas as faculdades profissionalizantes mantidas intactas. Na avaliação de Helio, o alcance da reforma estava comprometido, mas ele não recorreu a artifícios que sua posição oferecia para retomar a questão e seguiu com o cronograma de discussões antes estabelecido. Na sua avaliação, concluir a reforma, ainda que desfigurada, seria mais importante. Alguma polêmica ocorreria ainda quanto à representação discente nos diferentes órgãos; ao final foram aprovadas, para os colegiados, representações de alunos

no limite máximo da Lei de Reforma Universitária e, para a assembleia universitária, representação paritária.

Além da reforma do estatuto, o exercício da reitoria implicava outras responsabilidades e demandas. Havia a rotina administrativa, de volume considerável, a exigir tempo e disposição a cada dia. E havia convites diários para inaugurações, posses de autoridades civis e militares, solenidades diversas. Helio adotou como regra não atender a convites externos à universidade. Em decorrência, não compareceu ao jantar oferecido pelo governador do Estado à rainha Elisabeth da Inglaterra no dia 7 de novembro de 1968. Mas abriu exceção para o velório do professor Jorge Americano, professor aposentado da Faculdade de Direito que exercera a reitoria no início dos anos de 1940, cujas ideias expostas na obra *A Universidade de São Paulo: Dados, Problemas e Planos* lhe haviam sido inspiradoras. Ainda como reitor, tomou iniciativas como as providências para a criação de um centro de processamento de dados, interrompidas com a sua saída e retomadas anos mais tarde.

Havia, no final de 1968, uma onda crescente de repressão ao movimento estudantil, que se radicalizava, deixando as reivindicações específicas por exigências políticas amplas. Dias depois de promulgado o AI-5, forças policiais e militares bloquearam as entradas do *campus* Armando de Salles Oliveira e invadiram o Conjunto Residencial da USP (Crusp), alojamento estudantil, numa operação conjunta de surpresa.

Na ocasião, Helio já tomara conhecimento do relatório encomendado ao doutor Wanderley Nogueira da Silva, por ele nomeado coordenador do ISSU, o órgão responsável pelo Crusp. Abandonado pela administração por muito tempo, as condições de moradia eram precárias, e a administração não tinha qualquer controle nem dispunha de informações precisas sobre o que lá se passava. Não era surpresa que, no clima de extremismo político instalado, estudantes ativistas radicais encontrassem ali o reduto ideal tanto para sua segurança como para,

eventualmente, o desenvolvimento de atividades clandestinas, para o que podiam contar inclusive com a colaboração de estranhos ao meio universitário que ali se instalavam. Constavam do relatório também considerações sobre as vantagens e as desvantagens da moradia estudantil no *campus*, culminando com a recomendação de examinar novas alternativas de apoio ao estudante carente. Argumentava-se que o residente da moradia, confinado no seu mundo, vivendo à margem, sem manter relações e contatos maiores com as diversas camadas da sociedade e os seus problemas concretos, acabava por enxergar o mundo através de uma ótica limitada e potencialmente deformante.

A leitura atenta do relatório do Inquérito Policial-Militar realizado então, tornado público anos depois<sup>1</sup>, revela que as forças policiais conheciam, previamente à operação, detalhes das atividades dos moradores finalmente indiciados em processos, que não passavam de poucas dezenas. Entretanto, a operação da polícia militar no Crusp não se limitou a vistoriar e a deter quem tivesse envolvimento com práticas ilegais, mas expulsou as quase 1500 pessoas que ali viviam, a grande maioria estudantes regulares da USP, genuinamente carentes e sem militância política. Helio pediu ao comandante que liberasse a entrada principal do *campus* e reuniu os conselheiros imediatamente para a elaboração de um documento protestando contra a operação. Não conseguiu a saída imediata da polícia do Crusp, que alegava a necessidade de recolher provas de que o local se transformara em um reduto de agitadores. Helio decidiu que o melhor naquele momento seria não enfrentar diretamente os envolvidos na operação policial, e considerar o Crusp como um lugar sitiado.

1. IPM-Crusp. Corpo do Relatório feito pelo Exército sobre a invasão do Crusp em 1968 e sobre as atividades “subversivas” que lá teriam ocorrido. Disponível em: <http://movebr.wikidot.com/crusp:ipm-68>, acesso em dez. 2016.

[...] uma porção sequestrada, não integrante da universidade, enquanto ali se persistisse a situação anômala. Isso evitaria, por algum tempo ainda, que a universidade passasse às mãos de quem poderia abri-la toda à ocupação<sup>2</sup>.

No mesmo dia, Helio dirigiu-se ao Palácio dos Bandeirantes, na tentativa de falar pessoalmente com o governador Abreu Sodré, mas não foi recebido por ele. O reitor registrou no conselho universitário:

[...] Ainda que definidos os objetivos da operação militar que se executou hoje na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, é evidente que o que entendemos por autonomia da universidade foi ignorado. [...] Foi para mim contingência chocante, esta manhã, ter de dirigir-me a uma autoridade militar, no *campus* desta universidade, para solicitar que se levantasse o bloqueio do mesmo e em particular o deste edifício central [a Reitoria]. Pareceu-me então não valer a pena continuar na posição de uma autoridade universitária. [...] Sou, entretanto, dominado pela convicção de que devemos ser os últimos a aceitar que a autonomia da universidade não mais exista; só assim permaneceremos em sua defesa, do que dela restar, senão dela como preferiríamos entendê-la.

\* \* \*

Apesar da situação tensa, a discussão em torno da reforma universitária progrediu e, quando chegou à sua fase final, houve quem procurasse difundir a noção de que ela geraria o caos. Em entrevista a *O Estado de S. Paulo*, no final de abril de 1969, Helio afirmou que não havia motivo para pânico<sup>3</sup>.

2. USP 1968-1969, *op. cit.*, 2016, p. 33.

3. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25 de abril de 1969.

Inevitavelmente, teremos que enfrentar uma crise de transformação. Se nada ocorrer de anormal, será um mau sinal e uma prova de que não houve a reforma. Muita coisa, porém, tem que ser feita lentamente, em função dos recursos financeiros disponíveis e das condições de ensino existentes.

No dia 25 de abril de 1969, usando como base o AI-5, um decreto presidencial anunciou a aposentadoria compulsória de 42 pessoas, entre elas três professores da USP, Florestan Fernandes, Jayme Tiomno e João Batista Villanova Artigas. Helio encontrava-se em Ribeirão Preto quando foi informado. Foi um fim de semana conturbado. Passou o sábado ao telefone e voltou à capital ainda no domingo pela manhã, mais cedo que de costume. Depois de consultar os diretores das unidades dos três aposentados, enviou, logo pela manhã, um telegrama para o ministro da Educação, Tarso Dutra:

A Rusp tomou conhecimento, através da imprensa não oficial, de que teriam sido aposentados, com base no Ato Institucional n. 5, três membros de seu corpo docente. Indagamos de V. Exa. se é procedente a notícia. Em caso afirmativo – transmitindo o pensamento desta reitoria e das diretorias das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e de Arquitetura e Urbanismo, ambas desta universidade, onde exercem suas atividades os docentes atingidos pela sanção; e em consonância com providência análoga que se noticiou haver sido tomada pelo sr. reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – apelamos para os bons ofícios de V. Exa. junto à Presidência da República no sentido de obter a reconsideração da referida medida.

Certo de que V. Exa. será sensível a este apelo, ditado pela nossa preocupação de poder continuar mantendo dentro da universidade a tranquilidade necessária não só a seus trabalhos normais, mas também à tarefa extraordinária de sua reestruturação, agora em vésperas de ser implantada, subscrevemo-nos, apresentando os nossos protestos de consideração e respeito.

A resposta que recebeu do ministro foi tão fria que configurava o anúncio, sem delongas, do que viria a acontecer: “Indago do Reitor em exercício sua opinião pessoal se são justos ou não, quanto aos fundamentos ideológicos e de defesa do regime, os atos de aposentadoria de professores dessa universidade, expedidos pelo governo federal”.

Coincidência ou não, em 29 de abril de 1969 aconteceu a última votação do anteprojeto das mudanças nos estatutos da universidade, que ficaria conhecido como Estatuto Helio Lourenço. Nesse dia, sua figura de coordenador foi celebrada com falas que destacavam a isenção na condução dos trabalhos e sua serena mediação. Eduardo Moacyr Krieger, docente do Departamento de Fisiologia da FMRP e representante dos livre-docentes no conselho universitário, recorda o processo<sup>4</sup>:

[...] aprovou-se na realidade um sistema híbrido de difícil funcionamento: faculdades fortes, mas isoladas, dependendo de compor seus currículos profissionais dos institutos básicos com os quais propositalmente queriam evitar maiores laços de interação. Não passa de especulações cogitar se a reforma originalmente aprovada teria dado certo ou mesmo se era melhor. Certamente teria sido um novo modelo de universidade que exigiria enorme vontade política para ser organizado e implementado. O professor Helio Lourenço tinha noção exata da complexidade das tarefas que teria que enfrentar, mas estava seguro de que o caminho era aquele e que contaria com o apoio da maioria dos professores e alunos para a nova empreitada.

[...] Mais fácil para mim é testemunhar sobre a atuação do professor Helio Lourenço na condução dos trabalhos de reforma da USP: digna e competente, séria e eficiente. Tinha consciência plena de que para exercer condignamente a função – que não havia pleiteado – caminharia inevitavelmente para um

4. Trechos do artigo “Helio Lourenço e a Reforma Universitária”, publicado por Eduardo Moacyr Krieger no livro *USP 1968-1969, op. cit.*, 2016, p. 57.

EXMO. SR.  
PROF. DR. TARSO DUTRA  
DD. MINISTRO DA EDUCACAO  
RIO DE JANEIRO

A REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO TOMOU CONHECI-  
MENDO, ATRAVES DA IMPRENSA NAO OFICIAL, DE QUE TERIAM SIDO APOSENTA-  
DOS, COM BASE NO ATO INSTITUCIONAL N. 5, TRES MEMBROS DE SEU CORPO  
DOCENTE. INDAGAMOS DE V. EXA. SE EH PROCEDENTE A NOTICIA. EM CASO  
AFIRMATIVO, - TRANSMITINDO O PENSAMENTO DESTA REITORIA E DAS DI-  
RETORIAS DAS FACULDADES DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS E DE ARQUI-  
TETURA E URBANISMO, AMBAS DESTA UNIVERSIDADE, ONDE EXERCEM SUAS ATI-  
VIDADES OS DOCENTES ATINGIDOS PELA SANCAO PONTO E VIRGULA E EM  
CONSONANCIA COM PROVIDENCIA ANALOGA QUE SE NOTICIOU HAVER SIDO TOMA-  
DA PELO SR. REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, -  
APELAMOS PARA OS BONS OFICIOS DE V. EXA. JUNTO AH PRESIDENCIA DA RE-  
PUBLICA NO SENTIDO DE OBTER A RECONSIDERACAO DA REFERIDA MEDIDA.

CERTO DE QUE V. EXA. SERAH SENSIVEL A ESTE APELO, DITADO  
PELA NOSSA PREOCUPACAO DE PODER CONTINUAR MANTENDO DENTRO DA UNIVER-  
SIDADE A TRANQUILIDADE NECESSARIA NAO SOH A SEUS TRABALHOS NORMAIS,  
MAS TAMBEM AH TAREFA EXTRAORDINARIA DE SUA REESTRUTURACAO, AGORA  
EM VESPERAS DE SER IMPLANTADA. SUBSCREVEMO-NOS, APRESENTANDO OS  
NOSSOS PROTESTOS DE CONSIDERACAO E RESPEITO. HELIO LOURENCO DE  
OLIVEIRA, VICE- REITOR, EM EXERCICIO, DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO.

TRANSMITIDO DO GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO,  
POR YVONNE. NUMERO NOSSA MAQUINA: 495-232

RECEBIDO POR: IZA AS 11,10 5  
DONA IZA POR OBSEQUIO O SENHOR MINISTRO SE ENCONTRA NO RIO?  
ESTA SIM  
DONA IZA PODERIA ENTAO, POR OBSEQUIO, FAZER CHEGAR TAO LOGO SEJA  
POSSIVEL, ~~XXX~~ AS MAOS DO SENHOR MINISTRO?  
OK AGORA MESMO QU)QUALQUER COISA LIGAREI OK?

14. Em 28 de abril de 1969, por mensagem telegráfica, Helio Lourenço questiona o ministro da Educação, Tarso Dutra, sobre o afastamento de três professores da USP, aposentados compulsoriamente pelo AI-5.

EM#  
USP SPO  
7:5+(  
6 SPO 746

#  
EDUCAÇÃO BSB#  
USP SPO  
BOA NOITE ALGUMA MENSAGEM PARA A UNIVERSIDADE PODE FALAR QUE AQUI  
ESTAMOS.

GRATO X DESDE CEDO QUE TENTO E NAO CONSIGO LIGACAO JA PEDI  
LIGACAO ATEH POR TELEFONE. SEGUE

#  
USP SPO

EDUCAÇÃO BSB                      TELEX NR 633 DE 29/4/69      18,45

VICE REITOR EXERCICIO HELIO LOURENCO OLIVEIRA  
UNIVERSIDADE SAO PAULO - SP

ANTES RESPONDER TELEX NUMERO 294 HOJE RECEBIDO DESEJARIA  
CONHECER OPINIAO VOSSA MAGNIFICENCIA SOBRE SE SAO JUSTOS OU  
NAO QUANTO FUNDAMENTOS IDEOLOGICOS E DE DEFESA REGIME ATOS APO  
SENTADORIA PROFESSORES DESSA UNIVERSIDADE EXPEDIDOS PELO GOVERNO  
FEDERAL PT SAUDACOES TARSO DUTRA MINISTRO EDUCACAO ET CULTURA

TR. POR CAETANO  
REC. POR+? YVONNE

MUITO GRATO BO NOITE BYBYBYBI

15. Resposta do ministro Tarso Dutra, no mesmo dia em que  
Helio Lourenço também seria afastado pelo AI-5.

impasse: a independência que o cargo exigia seria considerada inadmissível pelos que queriam uma USP melhor “enquadrada” nas orientações provenientes de Brasília. Não se amedrontou e não renunciou. Pelo contrário, levou às últimas conseqüências a responsabilidade de manter um comportamento digno e correto, demonstrando uma coragem moral invulgar. Certamente, vivia-se em um regime político de exceções e sem garantias individuais. Para muitos, era hora de racionalizações, acomodações e transigências. Para uns poucos, havia valores morais e universitários que eram inegociáveis. Eles foram considerados quixotes e ingênuos por alguns e, até mesmo, perigosos por outros. Para todos nós, no entanto, o comportamento desses poucos deixou um legado que honra e dignifica a nossa espécie. Helio Lourenço de Oliveira foi um desses poucos.

Krieger contou também que nesse mesmo dia acontecera um acidente de carro com o professor Maurício Rocha e Silva e que Helio pedira que o mantivessem a par do estado de saúde do colega, que ligassem a qualquer hora porque pretendia trabalhar na reitoria até mais tarde naquela noite. Mas sua vida mudaria nos momentos seguintes.

Fábio Prado, então secretário do gabinete, lembrou esses momentos, em artigo escrito anos depois<sup>5</sup>.

Às dezenove horas lembrei-me de ouvir a Hora do Brasil. Pedi um pequeno rádio de pilha (o gabinete não possuía os recursos que hoje são comuns, tais como televisão, aparelho de som e outros). Apareceu um, emprestado pelo Afonso, zelador do prédio. Liguei. O locutor estava justamente lendo a lista, em ordem alfabética, de docentes da USP. Já se encontrava na altura da letra “c”. E os nomes iam desfilando, um a um, na sequência trágica:

5. Trechos do artigo “A Dolorosa Tarde da Cassação e outras Recordações Melancólicas”, de Fábio Prado, publicado no livro *USP 1968-1969, op. cit.*, 2016, p. 62.

“Caio Prado Júnior, Elza Berquó, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso”. E, logo mais: “Helio Lourenço de Oliveira”. Estava consumada a violência, a óbvia injustiça, irrecorrível, insuscetível de qualquer tipo de reconsideração, inclusive por parte do Poder Judiciário, proibido pelo AI-5 – ato que, com suas lentes embaçadas e unhas ácidas, nutria-se de almas e de cérebros – de apreciar a legalidade e legitimidade de tais cassações. A realidade acabava de transpor a fronteira da expectativa.

O impacto no gabinete do reitor foi angustiante. Embora houvesse suspeitas de que isso poderia ocorrer, a possibilidade, transformada em fato concreto, atingiu-nos como uma bofetada.

O secretário aguardou o término de uma entrevista agendada para aquela mesma hora com um jornalista da Agência Nacional de Notícias para transmitir o que acabara de ouvir.

[...] Imediatamente após o repórter se retirar, entrei na sala do reitor. Fechei a porta atrás de mim. Naquele dia, naquele momento – quando as sombras do fim da tarde, além das enormes janelas, já tornavam cinzenta a paisagem da Cidade Universitária, coube-me o encargo histórico, penoso, de transmitir ao homem superior, tranquilo, altaneiro, a notícia da sua cassação. Eu estava chocado. Contei-lhe o que há cinco minutos escutara no rádio. Naquele momento, apenas eu e ele na sala. O homem superior, tranquilo e altaneiro ouviu em silêncio. Não disse uma palavra de protesto, não fez qualquer gesto de aborrecimento. Falou apenas: “Então, nada mais tenho a fazer aqui. Vou retirar algumas coisas pessoais da gaveta e, em seguida, partir”. Fui, portanto, pelas especiais circunstâncias, a primeira pessoa que comunicou a Helio Lourenço a notícia dramática. Começou, com gestos lentos e calmos, a recolher seus objetos. Quase nada: uma agenda, alguns papéis pessoais. Expressei-lhe minha profunda revolta. Ajudei-o a separar suas coisas, impressionado com sua tranquilidade. Helio Lourenço não fez uma censura ao ato brutal, que,

mutilando-o, o retirava à força de seu convívio com o ambiente universitário que tanto amava, ao qual dedicara, com tanta dignidade, toda a sua vida.

[...] A notícia se espalhou e uma sucessão de chamadas passou a ser dirigida ao gabinete. Alguns professores foram até lá abraçá-lo. A sala ficou cheia. Helio abraçava os amigos, com um sorriso digno e comedido, oferecendo gestos de carinho, nunca de reclamação ou revolta. Naquela noite, mais do que em qualquer outra ocasião, senti que estava na presença de uma pessoa extraordinária.

Por volta das 10 horas da noite, a dolorosa reunião terminou. Helio se recusou a usar o veículo oficial, já que “não poderia usufruir qualquer benefício decorrente do cargo de reitor”...

Encerrava-se, de maneira traumática e sombria, um capítulo da história da Universidade de São Paulo. E Helio Lourenço partiu, entre os escombros de sua vida que acabava de ser desmoronada.

## CAPÍTULO 14



### Repercussão da cassação

NO COMEÇO DA NOITE de 29 de abril de 1969, Helio comunicou ao governador que deixava a reitoria. “Dom Quixote desertara do Morumbi, deixando ali seu escudeiro” – foi como ele, anos depois, resumiria seu sentimento ao ouvir as poucas e vazias palavras do mesmo Abreu Sodré que o escolhera seis meses antes.

A ofensa à autonomia universitária representada pelo afastamento de dezenas de professores, incluído o reitor em exercício da maior universidade do país, causou grande comoção no meio acadêmico. O vulto da afronta era realçado pela ativa participação do reitor licenciado da USP, Gama e Silva, no ato perpetrado pelo presidente da República.

Durante as semanas seguintes, já em Ribeirão Preto, Helio recebeu em casa a solidariedade de um grande número de colegas docentes, alunos, ex-alunos e funcionários. Recebeu cartas e telegramas solidários de todo o país, de ex-alunos, de associações de classe e de entidades diversas. Especialmente significativas para Helio foram cartas de servidores da reitoria, com quem tivera contatos esporádicos, como a da chefe do expediente Helen Vaz<sup>1</sup>:

1. Trecho de artigo para o livro *USP 1968-1969, op. cit.*, 2016, p. 40.

[...] um gesto desinteressado, um sorriso franco, um pulso serenamente catalisador [...] Aqui no serviço perdemos tudo isso, mas jamais esqueceremos que fomos liderados por um homem que ama a criatura humana; jamais se apagará em nossa mente e em nosso sentimento a sua boa vontade, sua luta e sua justiça [...]. O senhor foi amado, respeitado e admirado por todos que tiveram contato consigo, quando reitor. Sua dignidade e decência transcende tudo o que já foi visto na reitoria.

Ou mesmo contatos casuais, como a de uma servente da reitoria, que fez sua síntese num sentimento pessoal:

Estou escrevendo esta cartinha porque estou com muitas saudades...

Do exterior, recebeu manifestações de ex-alunos, uma cópia da carta enviada ao presidente Costa e Silva por dezoito professores de importantes universidades americanas, dentre os quais nove laureados por prêmios Nobel, protestando e pedindo revisão das aposentadorias, e uma carta de solidariedade, pessoal, do professor Bernardo Houssay, com quem tivera contatos anos antes em Ribeirão Preto.

Nesse período, colecionou também decepções. Embora naturalmente inclinado a aceitar as fraquezas humanas com serenidade, atitudes assumidas por colegas em colegiados acadêmicos reunidos para se posicionar frente aos acontecimentos, bem como opiniões emitidas casualmente, tiveram impacto afetivo negativo mais forte do que o da própria aposentadoria. Esta era um risco tangível, que o fazia limpar a mesa de reitor a cada fim de tarde. Com o silêncio ou a omissão de quem considerava amigo, não contava.

Enquanto no exercício da reitoria, Helio tomara providências para a criação de um setor de processamento de dados para a administração da USP, que foram suspensas após a sua saída, e só retomadas anos mais

4571

June 13, 1969

President Arthur Costa E Silva  
Palacio Da Alvorada  
Brasilia

Dear Mister President:

The recent decision of your government to remove a number of Brazil's leading scientists and scholars from their University positions is a matter of grave concern to us. We feel that to deprive Brazil of the benefit of the intellectual and scientific leadership provided by such internationally eminent scientists as Professors Isaias Raw, Alberto Carvalho da Silva, Helio Lourenco de Oliveira, Jose Leite Lopes, Jaime Ticmon and Florestan Fernandez among others, will cause inestimable damage to the progress of science and education in Brazil. Moreover, the anti-intellectual image of the government, created by this unfortunate action, is certain to have serious repercussions among scientists in the world community, whose sympathy and cooperation is essential to the continued technological development of Brazil.

We appeal to you to look personally into this matter in order that these scholars are returned to their institutions and encouraged to pursue their work in a climate of intellectual freedom.

16. Dezoito importantes cientistas de universidades americanas firmaram um abaixo-assinado de repúdio à decisão do governo militar de afastar docentes da USP, inclusive o professor Helio Lourenço de Oliveira. Entre os nove laureados com o Prêmio Nobel que firmaram a carta, estava Linus Pauling.

tarde. No dia 2 de maio de 1969, três dias depois do seu afastamento da universidade, Helio enviou uma carta a Peter Schreer, o engenheiro incumbido de coordenar o projeto:

Caro Peter

Sinto necessidade, neste momento, de dizer alguma coisa a muita gente da universidade. É provável que não venha a ter oportunidade de dizê-lo a todos. Grande número dessas pessoas eu nem cheguei a conhecer, provavelmente a maioria.

Refiro-me aos que acreditaram ser possível reconstruir uma grande instituição, que tinham plena consciência de que isso custaria muito, mas que tinham também disposição de se dedicar à tarefa com abdicção da tranquilidade fácil e de vantagens pessoais, porque achavam que valia a pena. Pessoas que valorizam o perfil ético e estético de suas vidas; que são capazes de se entusiasmar com o que é bom e bonito, não para si, mas para todos; pessoas para quem ser é mais importante do que ter.

O que sinto necessidade de dizer é a minha admiração e o meu agradecimento.

Escolhi você para este desabafo. Há poucas semanas o recebi na reitoria, em audiência solicitada para tratar “de assuntos particulares”. Tinha poucas dúvidas de que deixaria naquele dia de contar com sua colaboração; sabia, por outras vias, que você vinha sendo reiteradamente solicitado, com propostas cada vez mais vantajosas, para posições na empresa privada. Mas o seu problema pessoal era de outro tipo, era a dúvida, que alguém lhe havia instilado, quanto à possibilidade de levar a termo a tarefa que eu lhe apresentara e que você aceitara como um desafio.

Sua atitude foi para mim um gesto simbólico. Receba o meu reconhecimento com a mesma significação. Ele se dirige a muitos.

A todos a quem devo não só a colaboração, mas principalmente a tranquilidade íntima com que recebi, terça-feira última, a notícia de que fora afastado

da USP. Sozinho, poderia ter estado em erro. Apoiado pela elite intelectual e moral da universidade, como senti ter sido, posso crer que não.

Receba um grande abraço

De Helio Lourenço de Oliveira

Semanas depois, Peter enviou sua resposta:

São Paulo, 20 de maio de 1969

Prezado Professor Helio

Foi com grande alegria que recebi sua carta.

Quando, pela primeira vez, recebi o convite para trabalhar na USP, confesso que fiquei, ao mesmo tempo, indeciso e orgulhoso. No entanto, três pontos me levaram a aceitá-lo: a amizade que me liga a Valdemar e sua equipe, a natureza do trabalho somada à oportunidade de trabalhar na USP; e, mormente, o primeiro contato que tivemos me deu a certeza de que, em qualquer circunstância, teria o seu imprescindível apoio na realização de algo grandioso em matéria de processamento administrativo na reitoria.

Tal a confiança que o senhor me inspirou, a ponto de, uns poucos meses após, pedir-lhe uma audiência para tratar de “assuntos particulares”, num momento em que precisava não de uma resposta do reitor da USP, mas do conselho e da ponderação de um amigo.

Por isso, dr. Helio, sua carta tem significado especial para mim e me servirá de estímulo sempre, e principalmente que tiver obstáculos a transpor para atingir meus ideais.

Não posso, entretanto, deixar de lhe dizer que recebi a notícia de sua aposentadoria num misto de surpresa e revolta pela injustiça feita à sua pessoa, talvez porque até há bem pouco tempo trabalhei em empresas privadas, e nelas todo bom trabalho é reconhecido, e aquele ato é sem dúvida a negação de tudo o que até aqui aprendi.

Por isso, a modernização administrativa introduzida na universidade com

a criação do setor de Processamento de Dados não passará despercebida, nem mesmo aos mais ferrenhos adversários, pois sua obra será reconhecida no futuro, quando sem o computador a administração tornar-se-ia irracional e talvez mesmo impossível, e então muitos procurarão arrebatá-la para si aquele mérito que só ao senhor cabe.

Assim, honrado e agradecido, envio-lhe um grande abraço.

Peter Andreas Schreer

Duas semanas depois de ser aposentado, Helio também entregou sua carta de despedida ao colega José Moura Gonçalves, diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto:

Senhor diretor,

Este é um depoimento que peço a V. Excia. transmitir à congregação desta escola, no momento em que sou forçado a deixá-la, depois de lhe dedicar quinze anos de trabalho exclusivo.

Não pedirei excusas por usar muito da primeira pessoa. Em seu sentido implícito de protesto, este pronunciamento deve ter bem marcados o caráter e as mais remotas razões pessoais. Além disso, palavras póstumas podem merecer particular compreensão e benevolência.

Como sabe V. Excia., dia 29 último fui excluído da Universidade de São Paulo por uma aposentadoria decretada nos termos do Ato Institucional n. 5.

Tanto quanto sei, e V. Excia está em posição de sabê-lo melhor, esta faculdade, através de seus órgãos, autoridades ou membros, não foi ouvida sobre minha vida e meus atos. De mim posso afirmar que nunca foi solicitado qualquer depoimento ou explicação. Esses fatos, entretanto, exaurem-se com seu enunciado. Constituem a premissa menor de um silogismo jurídico que, no momento, não alcança conclusão, à míngua da premissa maior.

Não tendo sido o único atingido, mas um conjunto de professores, vejo no episódio um triste momento na vida da USP. Mais que o desfalque deli-

mitado por uma lista de nomes, a universidade sofreu difusamente em seu ânimo, na sua segurança, na expectativa a que tem direito de um mínimo de compreensão do valor de seu trabalho para a cultura, o aperfeiçoamento social e o desenvolvimento da nação.

Fui afastado quando no exercício da reitoria. Que a circunstância tenha me transformado em alvo, vale-me como atestado de independência de conduta. Nada mais alto poderia esperar em minha vida na universidade, ininterrupta desde que nela ingressei como aluno sem fortuna e sem nome. Sendo sempre apenas eu mesmo, aí não me haviam faltado motivos para crer na predominância da justiça, do espírito democrático e do critério do mérito. Nunca apresentei e nunca me pediram carta de recomendação. As etapas de minha carreira não foram a satisfação de ambições específicas. Não corri. Os cargos foram passando por mim onde sempre estive, trabalhando, do mesmo modo, cada dia, para honrar responsabilidades aceitas.

Entre estas, as das delegações que vim a receber por eleição da congregação e do conselho universitário, aos quais nunca me declarei candidato e a cujos membros nunca solicitei um voto. Do conselho universitário de 1968, onde havia maioria responsável pelas decisões básicas que traçariam verdadeira reforma da estrutura universitária, recebi, à minha revelia, a última dessas delegações, a de dirigir a universidade, e confio tê-lo feito segundo a sua expectativa.

Confio também, senhor diretor, tê-lo feito segundo a expectativa da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que devia sua contribuição mais direta à universidade. A contribuição do que tem sido seu tom dominante, não perturbado pelas pequenas dissonâncias: a dedicação integral ao trabalho universitário, com renúncia de vantagens cujo preço pudesse ser a independência de pensamento e de conduta.

Estou tranquilo quanto ao que de mim mesmo exigi, na posição que ocupei durante seis meses e meio, para corresponder ao que julguei de meu dever fazer. A universidade, por sua elite intelectual e moral, trabalhou comigo e,

apesar das extremas dificuldades do período que me coube, usou de sua autonomia, pensou, decidiu e agiu com autenticidade. A visão que o posto me permitiu foi alentadora, a de uma grande universidade pelos homens de que dispõe e pelo espírito público que os move. Conheci também melancólicas exceções. Espero que estas, agitadas pelo afanoso carreirismo, não venham a multiplicar sua presença nos círculos centrais da universidade, em detrimento das condições espirituais que aí devem ser preservadas como garantia de recuperação.

Permita-me por fim, senhor diretor, poupar palavras no que digo com a maior emoção: meu melhor reconhecimento a todos da faculdade, colegas, funcionários e estudantes; minha gratidão especial aos amigos que são todos os colaboradores do Departamento de Clínica Médica.

Aceite a reafirmação de minha amizade e meu respeito.

Helio Lourenço de Oliveira

O irmão Lólio publicou uma crônica no jornal *O Estado de S. Paulo*, forjada na enorme indignação fraterna. Era colaborador frequente do jornal, e pela primeira vez pediu que seu nome fosse grafado inteiro, com o sobrenome que não usava habitualmente. Ele intuía a dor, ainda silenciosa, que minava no peito do irmão.

#### O ATO E A FACE

##### *Ficção de Lólio Lourenço de Oliveira*

Cada vez que se olhava ao espelho, via-se mais mudado. Passava as mãos nas faces: ao tato, não sentia mais do que o áspero comum da barba cerrada, o macio da pele, um pouco flácida apenas e com alguns pequenos ondulados de antigas espinhas desaparecidas na adolescência.

A imagem do espelho, porém, modificava-se a cada dia. Estrias sombrias apareciam sob o maxilar, um estranho esverdeamento marcava-se sob os

olhos, salpicado de escorridas sardas amareladas. O que mais o impressionava, porém, era a boca. Um esgar de perdigueiro velho a ia deformando nos cantos e o lábio superior adquiria um ondulado de tecido deteriorado.

Não ficava muito diante do espelho, pois era apenas a aflição de assistir-se deformado: já não servia mais para barbear-se, pois a figura estranha não acompanhava o rosto em que a gilete corria por entre a espuma; pentear-se, também, fazia-o pelo rumo, pois a pelugem estilhaçada que via refletida não se dominava quando o pente passava em seus cabelos.

Quando começou a perceber o que acontecia, teve um certo medo dos outros. Se surpreendia alguém a fitá-lo, sempre lhe parecia que havia um sinal de asco ou de receio no olhar do outro. Aos poucos, acostumou-se a esquecer de tudo, quando saía da frente do espelho, e a conseguir continuar sua vida de sempre. Aprendeu a evitar com habilidade as portas de vidro dos grandes prédios, a tomar o cafezinho no bar sem olhar o cristal por trás das garrafas.

Só não conseguia evitar o exame diário que fazia de si mesmo, fechado sozinho no banheiro de casa, quando chegava à noite. Era algo compulsivo aquele minucioso inventário dos progressos do dia na deterioração da imagem.

Tudo começou ao assumir seu novo cargo. A chefia não o consultara e ele se vira, de um dia para o outro, deslocado da função de antes para aquele trabalho de agora. Acreditava, no fundo, que não fora feito para isso, mas se a chefia determinara, pode-se ter como certo que a designação resultara de uma avaliação correta de suas aptidões e tendências, e não lhe caberia recusar, ou rebelar-se, mas, ao contrário, orgulhar-se e aplicar todo o talento ao novo trabalho.

Muitos estranharam mais do que ele próprio: de fato, no cargo anterior sua missão era eminentemente criativa e construtiva, e parecia que nascera para aquilo. Agora, no entanto, aprendera ser capaz de tudo: estava certo de que os que se chocavam não compreendiam a sabedoria implícita da chefia.

Afinal, o mundo se faz de sins e não e há momentos em que o equilíbrio depende da intensificação do não para que o mundo possa renascer: convencia-se no real e conseguia esquecer o essencial.

Bastava evitar a própria imagem refletida, os dias passavam eficientes e seu trabalho era louvado. O exame noturno angustiava-o cada vez mais, mas era esquecido assim que saía do banheiro, e sua mente voltava a planejar o trabalho do dia seguinte. Visualizava, então, sua pequena sala na sede da pequena confraria em que exercia suas funções e cada palavra, cada registro, cada gesto, cada ato do dia seguinte eram programados. Tinha satisfação nisso, no fim das contas: os demais membros de sua confraria não entendiam como podia fazê-lo, mas é porque tinham estreita visão: natural, pois suas funções ainda eram como as que ele antes exercera, mansas, limpas e criadoras. Faltava-lhes a visão dos desígnios mais altos, que só a chefia possuía. Isso o colocava como um estranho ao grupo: falavam-lhe, mas não diziam; olhavam-no, mas não viam; ouviam-no, mas não escutavam; as conversas se dissimulavam à sua aproximação e o silêncio era a resposta comum que obtinha. Nada disso, porém, afeta quando se está seguro de agir de acordo com o que nos compete.

Apenas o espelho é perturbador: as pálpebras revirando-se, a mostrar a sangrenta face interna; as narinas se desfazendo, purulentas; as maçãs do rosto deixando ver através delas o rebrilhar dos ossos. O espelho, apenas, é perturbador.

No dia em que a chefia o dispensou, armou o aparelho de barba e foi para o banheiro, certo de que a vida recomeçava.

Mas era tarde: a lâmina corria sobre a barba crescida, mas o que via no espelho era a imagem de um crânio nu onde inutilmente procurava encontrar algum resto da face que já não existia<sup>2</sup>.

2. Publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, Suplemento Literário, 24 de maio de 1969.

## CAPÍTULO 15



### O trabalho no Oriente Médio e na África a convite da OMS

NO MÊS SEGUINTE à sua aposentadoria, Helio foi convidado pela Unesco para uma breve missão na Síria, com o encargo de assistir a reforma e o desenvolvimento do ensino superior do país. Seria o ensaio para um desafio maior que enfrentaria nos anos seguintes. Em outubro de 1969, contratado como conselheiro pela Organização Mundial de Saúde com a missão de coordenar os programas de apoio da OMS ao ensino médico em países do Oriente Médio e do Norte da África, mudou-se com a família – Carmita e cinco dos filhos – para Alexandria, no Egito, local da sede regional da OMS. Nessa condição, atuou junto a vinte escolas de medicina de nove países da região (Egito, Síria, Iraque, Irã, Sudão, Líbano, Etiópia, Paquistão e Afeganistão).

A mudança para Alexandria se deu pouco tempo depois da Guerra dos Seis Dias, de 1967, conflito que opôs Israel e países árabes. Embora as operações militares tivessem durado menos de uma semana, elas tinham sido encerradas mediante um simples acordo de cessar-fogo, e o Egito se mantinha em estado de guerra, o que era perceptível mesmo em Alexandria, distante da fronteira com Israel e, portanto, longe do teatro de operações militares. A circulação de pessoas era controlada, estradas eram mantidas bloqueadas pelo Exército e havia

treinamento militar por toda parte, com a presença ostensiva de instrutores soviéticos.

Pouco tempo depois da chegada da família, um avião egípcio rompeu a barreira do som durante exercícios militares sobre Alexandria e acabou estilhaçando os vidros das janelas do colégio americano onde os filhos Maria Luiza, Maria Isabel, Marcelo e Maria Teresa haviam sido matriculados. Diferente do Cairo essencialmente árabe, Alexandria, como um importante porto do Mediterrâneo, tinha um perfil cosmopolita, abrigando tradicionalmente uma comunidade estrangeira numerosa. Em virtude da guerra, um grande número de cidadãos europeus havia voltado para seus países. As escolas das colônias francesa e italiana, que eram edificações grandiosas, encontravam-se desativadas em virtude do êxodo provocado pela guerra. Pela mesma razão, havia abundante oferta de imóveis residenciais na cidade. Com isso, a família se instalou confortavelmente em um verdadeiro palacete mobiliado, localizado em uma avenida elegante da cidade, que Helio alugou por um preço pouco superior ao da casa que seus filhos mais velhos, que permaneceram no Brasil, alugavam como “república” em Ribeirão Preto.

O encargo de instalar a família e fazer funcionar a casa ficou a cargo de Carmita. Naturalmente comunicativa e espontânea, pronto se tornou conhecida nas feiras e mercados da redondeza. Loira e de olhos claros, ela era frequentemente tomada como italiana pelos comerciantes; em pouco tempo, a mímica foi substituída pelo italiano nas suas incursões aos mercados e bazares. Nos primeiros tempos, contou com o auxílio de Cristina, a mais velha das filhas, que havia terminado o colégio e se juntou à família em Alexandria por alguns meses.

Enquanto a família se adaptava à nova vida, Helio era absorvido pelas intensas atividades de seu cargo na OMS. Viajava com frequência às cidades onde escolas médicas eram apoiadas pela organização, inclusive a Alepo, onde estivera a serviço da Unesco. A vantagem, con-

fessaria, é que nesse tempo de tantos hotéis e escalas, pôde saciar certas curiosidades intelectuais que até pouco tempo antes não imaginava que poderia satisfazer. Nem sempre, porém, os compromissos deixavam lugar para esses prazeres, como descobriria logo adiante...

Mas as viagens para visitas a escolas médicas da região eram apenas uma parte do trabalho de Helio na OMS. Uma parcela importante desse trabalho era realizada em Alexandria mesmo, recebendo autoridades de governos e de escolas, analisando relatórios e solicitações, planejando e definindo destinos de recursos. A sua disposição é ilustrada pelo relato ouvido pelo professor Jacob Renato Woiski, em 1972, de um médico inglês, que, sob auspícios da OMS, prestava assessoria à escola médica de Adis Abeba, capital da Etiópia. Conforme confidenciou, estando ele naquela posição havia oito anos, enviava à sede da OMS relatórios periódicos de suas atividades, mas que apenas nos últimos dois anos havia podido sentir que havia um real interesse da organização por seu trabalho, uma vez que passara a receber respostas de seu superior, na forma de apreciações minuciosas e sugestões.

O isolamento de Alexandria fez com que Helio aumentasse sua atividade epistolar, e o interlocutor mais importante foi o irmão Lólio. Poucos dias depois da chegada, já relatava impressões sobre o jantar de boas-vindas, que reuniu um russo e um tcheco, quando o esmagamento da Primavera de Praga era história recente. “Diante dos recentes sucessos de Praga<sup>1</sup>, eu fiquei admirando a cordialidade daquele *tête-à-tête*, dentro do espírito supranacional da missão. Aliás, são muito discretos e serenos; o tcheco mal fala o inglês, de modo que é com o russo que mais tento me entender.”

1. Primavera de Praga é a designação da tentativa do governo da Tchecoslováquia, atual República Tcheca, de promover, com amplo apoio popular, a abertura da economia e a ampliação de direitos civis, e que foi sufocada pela intervenção militar soviética.

Lólio foi testemunha privilegiada do prazer de Helio nessa aventura cultural no mundo árabe. Recebia com frequência cartas em São Paulo, crônicas de viagens sobre seu espanto e prazer, algumas delas “...comunicação pura. Intransitivas”, como definiu um dia. “Como toda diferença enorme, viver aqui estabelece alguns pontos de contato com aquele enredo que começa complicado, elaborado demais, como numa ‘realização’ dalguma teoria de técnica literária, mas que vai se tornando cada vez mais fascinante. Vou lendo em pequenos goles, ainda estou no meio da terceira novela.”

Com sua fina ironia, divertia-se refletindo a respeito de seu próprio dia a dia. De Isfahan, no Irã, escreveu:

Lólio,

Há um comportamento de Tântalo nessas viagens que não são turísticas. Veja só: em distância e tempo, ir de São Paulo a Cosmópolis<sup>2</sup> é viagem comparável à que me levaria daqui a Pasárgada, a própria. E eu não vou a Pasárgada... Você me reconhecerá o direito de cidadania pasargádica, por ter estado em província? Com a metade dessa viagem poderia visitar as ruínas de Persépolis, mas não vou entrar nessas intimidades, com os Ciros e Darios. Em compensação, aproveito a motivação ambiental para me familiarizar com Omar Khayyam, ou para me deliciar, enquanto espero o sono, com as *The Adventures of Hajji Baba of Ispahan*, contadas por James Morier, que andou por aqui como diplomata inglês em virada do XVIII<sup>o</sup> para XIX<sup>o</sup> século.

A gente pode dar largas à imaginação em qualquer desses lugares que nunca foram mais que estranhas partes de umas fantasias geográficas e históricas. Mas o que há de ter sido a velha Pérsia, essa faixa entre o mar Cáspio e o golfo Pérsico, com a Índia e a China para a direita, a Mesopotâmia, depois o Kalifado (com k!) para a esquerda?

2. Cidade próxima a Campinas, onde Lólio vivera por alguns anos.



*17. Em Bagdá, 1970, onde se encontrava a serviço da Organização Mundial da Saúde.*

Em Isfahan, no segundo dia, mudei para um hotel mais econômico. Mas o primeiro, e a primeira noite, passei num velho caravancará [estalagem pública, gratuita para as caravanas no deserto], transformado agora num hotel mirabolante. Quantos afegãos com quantos turcos terão resolvido seus negócios naquele cômodo que foi seu quarto por um dia? Quanta bosta de quanto camelo adubou aquele pátio central, para ele ser hoje o jardim que é, e que jardim!

Me diga: haveria graça em viajar, deixando a imaginação em casa? Com o pouco tempo que sobra para exercitá-la, até estas *duty travels* têm encanto. Não vou a Persépolis nem a Pasárgada, mas tenho a quem contar que não fui, chego a pensar que a frustração estaria em ir até lá... Na mesma linha, a imaginação mais viva dos 18 anos fez da minha descoberta do Embu (M'Boy) alguma coisa mais forte do que a minha primeira visão desses lugares, agora. Mais viva e mais emotiva.

Estou há dias para escrever ao Curban, mas vejo agora que, por mais um tempo, estou com o assunto esgotado. Se ele puder tomar um café na Dona Avelina, poderíamos fazer uma “reunião de Pasárgada”. Sim, poderíamos – e a minha parte na reunião seria a ausência. É claro, não estive lá!

Sobre o fato de ser um brasileiro em outras terras, escreveu ao irmão:

É excepcional que alguém (na rua, em lojas etc.) se dirija a mim em árabe. Vem logo francês ou inglês. Algumas vezes vem a pergunta sobre mais nacionalidades, finalmente sob a forma “American?””. Aí é que queria chegar, a meu teste do Brasil. Digo sempre “Brazili” e a reação é sempre favorável: um ar de satisfação, temperado com um quê de alívio. O chofer de agora há pouco foi mais explícito que o comum: “Oh! Brasil! Good! Brasil friend!”. Engraçado é que nossas relações, entre países, são tão escassas, que o povo aqui não deve ter nenhum motivo real para saber do Brasil, mas tem um vago sentimento favorável. Fico pensando em quanto os campeonatos de 1958 e 1962, e principalmente a figura de Pelé, não devem entrar no mecanismo subconsciente

dessa reação favorável ao estímulo da palavra Brasil. Na Síria e no Líbano, há uma probabilidade de razões pessoais – o parente, o amigo morando em São Paulo. Aqui, longe disso, apesar de sua forte corrente imigratória dos últimos anos, e o Brasil ser um dos destinos mais cotados. Mas isso é em outro setor da população, não no que abrange os motoristas de praça.

Em uma carta melancólica, confessa a Lólio que mesmo às margens do rio Nilo seus sentimentos estavam com o Mogi Guaçu, o rio da sua infância:

[...] depois de ver o Tigre e o Eufrates, sem mencionar a familiaridade com o Nilo, está o mistério do Mogi Guaçu e a esperança de ainda concretizar o ideal mítico da pesca de um dourado. Nunca tive o ideal barnabélico da aposentadoria (da comum, daquela de ouro, da que me foi alfinetada no peito, nunca havia cogitado), mas alimento o de umas férias longas, assim como uma licença-prêmio de uns três meses ao fim de 35 ou 36 anos de trabalho. O Netuno fluvial e caipira do Mogi compreenderá os méritos da minha fidelidade, quando eu lhe dedicar minhas preces nas barrancas do rio? Um rio jovem, afinal, por que mostrar-se estéril? Depois que eu comi peixe do Tigre, e principalmente vi, nas inúmeras barraquinhas da avenida marginal de Bagdá, a abundância e a variedade (um é trairão, não enganou) de peixes que ainda oferece o rio que alimentou Nabucodonosor, que fez as honras a Alexandre, o Grande, que estrangido encheu a pança da malta de Gengis Khan?

Por muito que eu viaje neste Oriente Médio, sempre se cruza com os caminhos de Alexandre. Lá estavam suas pegadas na Mesopotâmia, suas marcas em Alexandria Ariana [hoje Herat, Afeganistão]. Não lhe bastou plantar esta cidade à beira do Mediterrâneo, obséquio pelo qual lhe sou grato. [...]

Helio, apesar de desfrutar dos novos desafios intelectuais, sabia que seus filhos também haviam sido vítimas involuntárias da aposentadoria

que lhe fora imposta – a vida de todos de um dia para o outro teria que ser outra e aquele paraíso da fazenda Monte Alegre havia ficado para trás. Em depoimento publicado no livro *USP 1968-1969*, sobre aquele período sombrio, escreveu:

[...] especialmente os mais jovens, que, não estando em posição de acompanhar bem os fatos em seu desenrolar, apreendendo-lhes na própria ocasião todo o significado, foram, por isso mesmo, os que mais sofreram emocionalmente quando inopinadamente colhidos pelas suas consequências e, mais tarde, procuraram entendê-los.

Eis a carta enviada a uma de minhas filhas, em Alexandria, por sua amiga de Ribeirão Preto, ambas em seus 17 a 18 anos de idade, pondo fim à correspondência que tinham iniciado: “Não sei como lhe dizer o que tenho pra falar. Do que eu sinto diante disso nem vou lhe contar. Sabe, meus pais proibiram que eu tornasse a escrever para você, por causa da situação que você sabe como está. Eu não entendo por quê, mas dizem uma porção de coisas e não ousou desobedecer. Como você vai me julgar? Como agiria? Desculpe, você sabe que não foi por mim. Continuo a esperar o dia que você virá. Não mande cartas pro meu endereço (que pedido horrível, pedir pra minha amiga...)”.

No testemunho das pressões que o ambiente geral transmitia à sua esfera familiar, essa menina manifestava inconformação, ainda que tímida. Não compreendia por quê, mas não via como não se submeter. Poderia simplesmente retrair-se, fugindo ao contágio temido, como outros terão feito. Mas, com suas frases ingênuas, sem o saber fez a denúncia de uma sociedade amedrontada e cúmplice.

Na única vez em que estive no Brasil enquanto trabalhava na OMS, descobriu que apesar da distância e do tempo sua história ainda estava bem viva por aqui, como registrou em manuscrito inédito:

Em dezembro de 1970, voltando ao Brasil por uns dias para assistir à formatura e casamento do meu filho Ricardo, tive de ir à av. São Luís, a uma agência de companhia aérea, para regularizar minha passagem de volta. Tendo ali uma espera, lembrei-me de que o apartamento do Jairo (Ramos) era um dos edifícios do outro lado da rua. Procurei localizá-lo, subi. Ele não estava, era um sábado, sua senhora fez questão de chamá-lo ao telefone. Como soube ser seu hábito nos últimos tempos, nas manhãs de sábado estava na casa de Paulo Duarte, batendo papo. Pensei que lhe poderia dizer duas palavras de lembrança, ao telefone. Não: ele insistiu em que eu o esperasse. Dentro de vinte minutos chegava, acompanhado do Paulo Duarte. Comoveu-me a emoção com que me abraçou. Já nessa ocasião estava bem doente e com o agravar-se da enfermidade vinha se tornando muito emotivo – já ouvira isso.

No mesmo texto, relata o derradeiro encontro com o amigo de muitos anos:

Mas dois anos depois, eu já de volta ao Brasil, estando em São Paulo, soube que ele sofrera outro enfarte e se encontrava internado. Era um pequeno pronto-socorro cardiológico na Brigadeiro Luís Antônio. Visitas estavam proibidas, parece. Lá não havia ninguém. O cardiologista presente, meu conhecido, preveniu da minha presença a esposa do doutor Jairo, sua única acompanhante naquele momento. Ela fez que eu entrasse; foi uma visita penosa. Ele praticamente não disse nada, chorou. A mão que eu lhe dei ficou segura longamente. Só olhando e meneando a cabeça, significou claramente que estava acabado. Foi três dias antes de sua morte.



## CAPÍTULO 16



### A vida como aposentado enquanto o Brasil mudava

AS EXPERIÊNCIAS proporcionadas pelo desempenho da sua missão na OMS o levaram a atualizar suas concepções a respeito do ensino da medicina. A visão renovada sobre o ensino médico foi vigorosamente apresentada no discurso que proferiu em Teerã, na abertura da Conferência em Educação Médica, da Organização Mundial da Saúde, em 12 de dezembro de 1970. Em seu discurso, abordou questões que permanecem atuais, mesmo passados 45 anos daquele encontro<sup>1</sup>:

Para desenvolver a atitude científica dos estudantes, o ensino básico não deve contemplar apenas a aplicação imediata dos seus conteúdos na parte clínica do curso. Os estudantes devem conhecer não apenas as ciências biológicas como elas são no momento, mas também suas tendências futuras. Durante a vida profissional do estudante de hoje, a medicina praticada agora estará, como resultado do progresso das ciências médicas, desatualizada em um grau imprevisível. O que hoje é ciência básica pura em breve será parte

1. A conferência Ciência Básica como Educação para os Médicos de Amanhã foi publicada originalmente em inglês. A tradução e a seleção de trechos para esta publicação foram feitas por seu filho Ricardo Brandt de Oliveira.

do cotidiano dos novos médicos. Alguns dos alunos atuais estarão confinados em áreas remotas onde nunca serão alcançados por tais progressos. Mas mesmo esses poucos poderão se beneficiar pelos *insights* que terão devido ao entendimento que a ciência básica pôde lhes oferecer. Esse aspecto da educação médica esteve em foco na conferência de 1962 e também deve receber consideração especial nesta conferência: “Ciência básica como educação para os médicos de amanhã” é um dos tópicos propostos da agenda.

[...] As atividades de cirurgiões e psiquiatras são tão diferentes que eles poderiam ser considerados profissionais distintos. Entretanto, o conhecimento dos modos de ação dos anestésicos ou dos psicotrópicos que esses especialistas usam faz com que ambos tenham que entender o nível subcelular, onde a farmacologia encontra a bioquímica na maquinaria dinâmica da célula. Isso significa que, quanto mais básica, menos especializada a ciência médica ensinada deve ser. Fisiologia, bioquímica e farmacologia são facetas da mesma ciência, enquanto imunologia geral, genética e citologia margeiam o mesmo domínio. Como as fronteiras entre elas são tênues, essa mescla deveria repercutir no seu ensino. Esse conceito deve ser considerado na discussão sobre o ensino das ciências básicas.

[...] Os casos hospitalares constituem uma parcela selecionada da realidade, e os recursos materiais disponíveis nos hospitais são usualmente excepcionais, comparativamente aos de instituições de atendimento primário. Portanto, o hospital, com todas as suas vantagens, oferece ao estudante um panorama incompleto e distorcido da realidade prevalente na comunidade em que se insere. E essa distorção certamente repercutirá na mentalidade profissional do estudante formado exclusivamente no ambiente hospitalar.

Muitos problemas médicos encontram-se fora do escopo dos médicos do hospital. A decisão, tomada pelo paciente, de procurar um hospital é uma decisão tardia do processo de doença, cujas manifestações iniciais raramente são vistas no hospital. Além disso, os estudantes não devem aprender apenas como reconhecer doenças e tratar pacientes. Todas as condições ambientais

que conduzem à doença ou favoreçam a sua instalação devem ser vividamente oferecidas à compreensão do estudante. A prevenção das doenças e a promoção da saúde também devem figurar entre as suas preocupações.

A utilização de centros de saúde para o ensino de graduação é portanto fortemente recomendável. Profundamente inseridos na comunidade, os centros de saúde, em geral funcionando com ênfase em programas de medicina preventiva, devem estar preparados para oferecer atendimento médico. Já se disse que é impossível conseguir, e portanto errado tentar, separar a medicina preventiva da medicina curativa. De fato, ao testemunhar curas é que o público aprende a confiar em medidas preventivas. Com essa compreensão, os programas de treinamento nos centros de saúde devem contemplar, de maneira integrada, os aspectos curativo e preventivo da medicina. Para tornar mais completo esse treinamento, os programas devem incluir ainda a puericultura e a saúde da mulher.

[...] Deve merecer a maior atenção o cuidado com a criança, talvez a área em que o treinamento integrado extra-hospitalar seja mais importante. O cuidado com a criança envolve todos os preceitos básicos da medicina preventiva. Para seu desenvolvimento normal, a criança deve ser bem alimentada, adequadamente imunizada e tratada prontamente das várias doenças próprias da idade. Morbidade e mortalidade infantis são índices sensíveis das condições de saúde da comunidade. Por tudo isso, a conferência é convidada a dar particular atenção à posição da pediatria no currículo médico, particularmente no tocante ao treinamento do estudante centrado na comunidade.

O tema do treinamento na comunidade admite outras considerações. A escola médica moderna tem a responsabilidade de estudar e criticar o sistema de saúde no qual opera, devendo mesmo experimentar no intuito de aperfeiçoá-lo. Um conceito de “comunidade de ensino”, análogo ao de hospital de ensino, pode ser elaborado. Seria uma comunidade na qual todos os serviços médicos bem como os serviços básicos de saúde e de vigilância epidemiológica estariam sob a responsabilidade da escola médica. A comunidade

de ensino seria um campo permanente de prática e pesquisa de medicina preventiva, bem como de treinamento para estudantes, tanto de graduação como de pós-graduação. Aos estudantes, então, deveriam ser atribuídas não somente atividades em leitos de enfermarias e ambulatórios, mas também os cuidados de um certo número de casas e famílias dentro de um programa mais abrangente de saúde e assistência médica na comunidade. Como retaguarda existiriam, por um lado, o hospital de ensino e, por outro, as autoridades de saúde deveriam dar apoio às escolas médicas em situações de emergências individuais ou coletivas.

\* \* \*

Ao fim de dois anos vivendo em Alexandria, Helio encontrava-se confortável em seu posto na OMS. O trabalho era intenso e ele o achava interessante, mas havia chegado o momento de a vida retomar seu curso natural. O isolamento da família era muito grande, parte dela permanecera no Brasil e Helio concluiu que era hora de trazer Carmita e os filhos de volta para casa. Em 1972, retornou a Ribeirão Preto, alguns meses depois de a família tê-lo feito.

Voltou decidido a não se envolver nas questões da FMRP e da USP. Afinal, nada do pouco que soubera era animador; nenhuma perspectiva de mudança no regime instalado em Brasília existia, a universidade, aviltada, se curvara, e admitia até triagem ideológica no processo de admissão de docentes. Os filhos, cientes, evitavam levar notícias da área acadêmica para a casa paterna, e os antigos colegas percebiam sua posição e a respeitavam.

Alguns meses depois do retorno a Ribeirão, Helio voltou a trabalhar como clínico, atendendo em consultório. Domingos Lomônaco, seu colega do Departamento de Clínica Médica, amavelmente colocou à disposição dele o próprio consultório, em uma casa da rua Bernar-

dino de Campos, esquina com a Olavo Bilac. Um casal de médicos formados na FMRP, Nelson e Moema Augusto, de quem Helio e Carmita haviam sido padrinhos de casamento anos antes, tinham seus consultórios no mesmo endereço, e reforçaram o convite. Lomônaco ocupava o consultório apenas nos períodos vespertinos, de sorte que Helio atendia seus pacientes das 10 às 12 horas, quatro vezes por semana. Distante que estivera da atividade clínica por vários anos, estudava com entusiasmo para se atualizar. Alguns casos eram discutidos com o filho médico, que havia concluído recentemente a residência em clínica médica. Logo, essas “discussões de caso” se tornariam habituais e prazerosas para pai e filho. O movimento do consultório nunca foi grande, e Helio nunca se esforçou para fazê-lo crescer. Também não internava pacientes; os raros clientes que chegavam necessitando internação eram encaminhados a colegas.

Ainda criança em Porto Ferreira, Helio desenvolveu o gosto pela pesca; a imagem do pai como exímio pescador de lambaris lhe era cara. Nos primeiros anos em Ribeirão acompanhava os filhos em pescarias no lago da faculdade ou em rios da região. Seu equipamento de pesca era modesto e o prazer não dependia da perspectiva do tamanho do peixe a ser fígado. No começo da década de 1960, comprou, em parceria com Jacob Renato Woiski, professor do Departamento de Pediatria, uma canoa e um motor de popa, um Johnson de seis cavalos. Por uma cortesia do proprietário da Usina São Geraldo, em Sertãozinho, a canoa permanecia naquela propriedade, ancorada no rio Mogi Guaçu, e era usada em fins de semana.

Em 1972, de volta ao país, um dos projetos do Helio aposentado era dedicar-se regularmente à pesca. Logo comprou uma chácara à beira do rio Pardo, um rancho na localidade do Piripau, distante 16 quilômetros de sua casa. A canoa e o motor de popa, que haviam ficado aos cuidados dos filhos, ganharam novo domicílio e Helio pôde enfim



18. Família reunida em 6 de janeiro de 1973: em pé, os filhos Maria Teresa, Ricardo, Marcelo e Eduardo; sentados, Rose (nora), Maria Luísa, Maria Cristina, Maria Isabel, Elisabete (nora), Carmita e Helio, com a neta Marina no colo.

concretizar o projeto de lazer que acalentava. Por alguns anos, pelo menos dois dias da semana eram dedicados ao rancho. Em janeiro de 1977, uma súbita enchente do rio, resultado da ruptura da barragem de uma hidrelétrica em São José do Rio Pardo, causou sérios estragos na casa. O prejuízo mais sério, no entanto, foi a destruição da canoa, que estava no rio amarrada a uma árvore da margem.

Helio decidiu então se desfazer do rancho e procurar uma chácara próxima da cidade, da qual Carmita e os demais familiares pudessem desfrutar. Encontrou o que buscava no Recreio das Acácias, local de fácil acesso. A chácara tinha uma casa recém-construída, espaçosa, um pomar recém-formado e uma piscina, e logo se converteria no principal ponto de reunião da família. Carmita e Helio passavam longos períodos na pequena propriedade, e dedicaram-se com entusiasmo em conservá-la e melhorá-la. Até hoje florescem ali as azaleias plantadas por eles em torno da casa da chácara, ainda propriedade da família.

\* \* \*

A leitura e a escrita sempre fizeram parte da vida de Helio. A condição precoce de aposentado devolveu a ele a possibilidade, que os anos de intensa atividade na universidade tinham tolhido, de dar vazão a essas inclinações. Enquanto em Alexandria sua atividade epistolar foi expressiva, ao voltar para Ribeirão um dos temas preferidos por ele era a história dos povos dos lugares que conhecera trabalhando para a OMS. Havia se encantado especialmente com dois romances, *Nilo Branco* e *Nilo Azul*, de Allan Moorehead, australiano radicado em Londres, e decidiu traduzi-los para o português<sup>2</sup>. Helio dedicou-se disciplinada-

2. Alan Moorehead, que meio século atrás foi considerado um dos mais importantes romancistas australianos, caiu em esquecimento após sua morte em 1983, mas o valor de sua obra ganhou reconhecimento recentemente.

mente a essa tarefa, chegou a concluir a tradução e a obter da viúva do autor, detentora dos direitos autorais, a permissão para publicá-los, o que não chegou a se concretizar. Certamente teria tido enorme satisfação em ver a obra pronta, mas o prazer que extraiu da sua tradução foi igualmente imenso.

Embora tentasse, Helio não conseguia levar a vida como um aposentado comum. A tranquilidade de sua rotina era quebrada, vez por outra, por fatos imprevistos e foi o que aconteceu no final de agosto de 1974. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) decidira, meses antes, conferir uma medalha de mérito a pessoas que tivessem se distinguido no Brasil por sua contribuição à ciência nacional. Em Ribeirão Preto, cinco professores da USP foram agraciados e o representante da SBPC na cidade, professor György Böhm, solicitou junto à direção da FMRP que a entrega das medalhas acontecesse no anfiteatro da bioquímica, na tarde de 20 de agosto. Na manhã desse dia, foram informados de que a cerimônia havia sido proibida por ordem da reitoria da USP. O professor Böhm, então, agiu rapidamente e conseguiu que a entrega das medalhas a Helio e aos professores Miguel Rolando Covian, Maurício Rocha e Silva, Carlos Ribeiro Diniz e Warwick Estevam Kerr acontecesse no horário previsto, no Centro Médico de Ribeirão Preto.

No final, dadas as circunstâncias, a cerimônia acabou ganhando ares de ato político e a repercussão foi maior do que a esperada, atraindo audiência expressiva e sendo amplamente noticiada pela imprensa. Em setembro de 1994, quando os arquivos confidenciais do Dops tornaram-se públicos, foi possível conhecer a participação da Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi) na proibição do evento da FMRP. A Aesi foi criada oficialmente em 23 de maio de 1973, funcionou até 1982 e era vinculada ao gabinete do reitor e à Divisão de Informação e Segurança do MEC. Ficou conhecida por ter se ocupado

da triagem ideológica na USP, e também por exercer outros papéis, interferindo diretamente em acontecimentos de várias naturezas dentro da USP, como no episódio da outorga das medalhas de mérito da SBPC.

\* \* \*

Em meados de 1977, Helio aceitou o convite de um colega de turma da faculdade, Julio Kieffer, para participar como coeditor de um livro de medicina. A motivação, como consta da introdução da obra produzida, o *Manual de Clínica Médica*, publicada pela editora Guanabara Kooogan em 1980, era oferecer tanto ao estudante como ao médico prático e ao “subespecialista” de cada um dos ramos da medicina clínica uma fonte de informações fácil, rápida e segura da medicina toda, à guisa de um livro-resumo. Se essa meta ambiciosa já permitia prever muito trabalho, a decisão de distribuir os temas a dezenas de especialistas tornou a tarefa ainda mais complexa. Embora compartilhada com mais quatro coeditores (Ernesto Lima Gonçalves, Julio Kieffer, Octávio Armínio Germek e Virgílio Gonçalves Pereira), a empreitada exigiu de Helio trabalho intenso por vários meses, regulado que era por prazos da editora nem sempre observados pelos colaboradores. A única edição do livro foi a publicada em 1980.

Em agosto de 1979, Helio aceitou a indicação para presidir a Fundação Educandário Coronel Quito Junqueira. Em documentos do Dops tornados públicos posteriormente, sabe-se que até mesmo essa atividade de cunho filantrópico atraiu interesse da polícia política.

No âmbito acadêmico, ao longo de seis anos, participou de algumas comissões julgadoras de concurso, realizou umas poucas consultorias e proferiu raras palestras fora de Ribeirão. Da Universidade de São Paulo, interessava-se apenas pelas atividades dos filhos que iniciavam a vida universitária. No entanto, esse isolamento voluntário não duraria para sempre.

\* \* \*

O primeiro sinal de que poderia haver mudanças no regime político do país data de novembro de 1974 quando o MDB, o partido de oposição consentida pelo regime vigente e que por anos cumprira com resignação o papel de minoria que lhe era destinado, conseguiu eleger senadores em 16 dos 22 estados do Brasil, sendo maciços os apoios a candidatos da oposição nos estados mais importantes e populosos. Um ano antes, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a Opep, decidira restringir a oferta dessa *commodity* no mercado internacional, causando inesperado aumento do seu preço e acelerando o endividamento externo do Brasil. O milagre econômico brasileiro chegava ao fim. Nos anos seguintes, o descontentamento popular cresceu e atingiu segmentos sociais que constituíam os pilares de apoio ao regime militar desde a sua instalação. O então presidente Ernesto Geisel, que em sua posse em 1974 prometera a abertura política no país, dava mostras de estar imbuído do propósito de concretizá-la, ainda que de forma sinuosa em muitas ocasiões retrocedendo devido à pressão de setores radicais das forças armadas.

Nesse contexto, a revisão das punições baseadas em atos de exceção do regime militar passou a ser cogitada e reivindicada. Em junho de 1978, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) iniciou uma campanha pela reintegração dos professores aposentados pelo AI-5. O encarregado de percorrer os *campi* e levar a campanha até as faculdades do interior foi o professor Antonio Candido, que assim descreveu sua visita a Ribeirão Preto<sup>3</sup>:

3. Trecho do artigo “Lembrando uma Vida Exemplar”, de Antonio Candido de Mello e Souza para o livro *USP 1968-1969, op. cit.*, 2016, p. 69.

Uma delas foi a de Medicina de Ribeirão Preto. Lá, perguntei por Helio. Disseram que vivia retirado e quase não era visto. Fui falar num anfiteatro repleto e ia começar, ou estava abrindo os debates (não lembro), quando, pela porta do fundo, ao lado da mesa, entra ele, discreto como sempre, e vem me abraçar. Então, presenciei uma das maiores ovações que tenho visto em vida – uma rajada intensa de palmas, calorosa, prolongada, cheia de entusiasmo, todos de pé a fim de manifestarem a sua homenagem e o seu respeito pelo proscrito ilustre.

Em Ribeirão Preto, a campanha pelo retorno dos aposentados foi liderada por Maurício Rocha e Silva, chefe do Departamento de Farmacologia da FMRP, e presidente de honra da SBPC. Os jornais locais acompanhavam atentamente o desenrolar da campanha e não raro dedicavam manchetes de primeira página e editoriais sobre o assunto. Em junho de 1979, Helio concedeu entrevista sobre o assunto ao jornalista Wilson Toni, de *O Diário*:

Sobre a reintegração, se ela vier da forma que julgo dever ser, ou seja, por iniciativa da própria universidade, eu não teria praticamente escolha: voltaria e reassumiria. Restariam alguns pontos por esclarecer e nesse momento da reintegração eu gostaria e teria o direito de ver esclarecidos e que são essencialmente as próprias razões e as origens da medida que há dez anos me pegou de surpresa.

Voltou a dizer que desconhecia o porquê de sua aposentadoria:

[...] em momento algum tomei conhecimento da existência de qualquer processo. Gostaria de saber qual a origem das listas que constituíram as aposentadorias compulsórias daquela ocasião, não só em relação ao meu nome, como também em relação aos nomes dos meus colegas da USP.

A conversa com o jornalista aconteceu logo depois de ver seu nome incluído pela congregação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto na lista sêxtupla que seria submetida à decisão do reitor Waldir Muniz Oliva para a escolha do novo diretor. Era mais uma ação daqueles que reclamavam a sua reintegração.

Durante todo o ano, diversas iniciativas semelhantes sinalizavam a urgência em corrigir a violenta arbitrariedade de que a USP fora vítima. Entre elas, a criação do Dia Nacional do Professor Aposentado pelo AI-5, 20 de agosto de 1979, instituído pela Adusp. A data foi celebrada nas unidades com uma aula inaugural do semestre letivo proferida por docentes afastados pelo governo militar; em Ribeirão Preto, coube a Helio proferi-la. O anfiteatro da bioquímica na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto foi totalmente tomado por docentes, funcionários e alunos, mais de quatrocentas pessoas presentes àquela exposição sobre o mal de Chagas. Helio Lourenço deu a aula sem fazer nenhuma alusão à política. No dia seguinte, o evento era a manchete principal de todos os jornais locais, que registraram também a presença do prefeito de Ribeirão Preto, Duarte Nogueira, ex-aluno da faculdade.

No mesmo mês, os professores Modesto Carvalhosa, pela USP, José Zago, pela Unicamp, e Nilo Odalia, pela Unesp, se reuniram em Brasília com o ministro da Educação Eduardo Portella para pedir mudanças no projeto de anistia que possibilitaria a reintegração dos professores – durante a ditadura, só da Universidade de São Paulo haviam sido afastados 68 docentes. Pela proposta em discussão, os próprios docentes deveriam solicitar a reintegração e a análise seria feita caso a caso. As universidades exigiam a reintegração automática. Fábio Prado, secretário da reitoria durante os seis meses em que Helio foi reitor, e logo um amigo para a vida inteira, conta como ele reagiu à proposta original de reintegração:

CONVERSACOES DE PAZ

DIRETOR-PROPRIETARIO: ORESTES LOPES DE CAMARGO

# A CIDADE

CONTRATOS DE RISCO

EDICAO DE HOJE: 20 PAGINAS

ANO 74 BIBLIOTECA PREVIUVA Nº 174 - 11 de agosto de 1979  
NÚMERO DO DIA: Cr\$ 5,00

## PROFESSOR HÉLIO LOURENÇO PROFERIU AULA INAUGURAL NA MEDICINA

Numa promoção da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo — ADUSP — e do Centro Acadêmico Rocha Lima, o prof. Hélio Lourenço, proferiu ontem, no Anfiteatro do Departamento de Bioquímica, na Faculdade de Medicina, conferência sobre a doença de Chagas, correspondendo simbolicamente à aula inaugural do semestre letivo, conforme a nota distribuída à imprensa pela ADUSP.

Grande número de professores assistiram a palestra do prof. Hélio Lourenço, que foi também comemorativa do centenário de nascimento do cientista Carlos Chagas.

### PREFEITO COMPARECEU

O prefeito Duarte Nogueira, atendendo convite que lhe foi formulado pela ADUSP — Associação dos Docentes da Universidade de S. Paulo, esteve, ontem, na Faculdade de Medicina, assistindo a aula inaugural do semestre, ministrada pelo prof. Hélio Lourenço. Ex-aluno do prof. Hélio Lourenço, ex-presidente do Centro Acadêmico Rocha Lima e sócio permanente dessa entidade, o prefeito Duarte Nogueira aproveitou o ensejo para apresentar ao ex-diretor da Faculdade os seus cumprimentos pessoais, reiterando a grande admiração que sente por um dos mais destacados catedráticos de medicina do país.



O anfiteatro do Departamento de Bioquímica ficou totalmente lotado. O prefeito Duarte Nogueira também assistiu, ao lado de grande número de professores e alunos a palestra do prof. Hélio Lourenço.

19. Convidados assistem à aula inaugural de Helio na FMRP, em evento organizado pela Associação dos Docentes da USP em agosto de 1979, como parte da campanha em prol da anistia aos professores cassados.

Quando, nos primórdios do retorno à democracia, começou a surgir a ideia de concessão de anistia, pretendeu o governo concedê-la, condicionando-a, entretanto, a que o punido requeresse, individualmente, o retorno à posição que ocupava, como quem solicita favor de interesse pessoal. Mais: cada solicitação seria julgada, e acolhida ou não, por comissões designadas por ministros ou governadores, conforme o caso. Helio questionou o procedimento, em carta dirigida ao diretor de sua faculdade:

“Acredito que a USP autêntica, cuja revolta testemunhei em 1969, considera a reintegração dos professores afastados a reparação necessária do agravo que ela então sofreu. E espero que os dirigentes da universidade, representando-a, saibam agora tomar as medidas idôneas para que se alcance esse objetivo – cuja consecução não teria o mesmo sentido moral se fosse simplesmente o resultado de reivindicações pessoais. Somente pela iniciativa institucional haverá reparação, na reintegração coletiva de todos os atingidos pelo ai-5, ainda que algum deles, por invencível motivo pessoal, venha a solicitar sua exceção.

Se assim for, colocando-se a reitoria à altura da universidade que deve representar, eu aceitarei minha reintegração, em dedicação exclusiva, solidário com o gesto da universidade.

Doutra forma, permanecerei onde estou, servindo à USP como testemunho de que uma reparação ainda lhe estará sendo devida”.

Seu apelo prosperou. Aprovada a anistia, os professores da USP afastados em 1969 receberam, do então reitor, ofício formal convidando-os para retornar a seus cargos<sup>4</sup>.

A lei da Anistia, n. 6.883, foi promulgada pelo presidente Figueiredo em agosto de 1979 e os professores cassados na USP convidados a

4. Trechos do artigo “A Dolorosa Tarde da Cassação e outras Recordações Melancólicas”, de Fábio Prado para o livro *USP 1968-1969, op. cit.*, 2016, p. 65.

retornar às salas de aula no ano seguinte. Grande admirador e amigo, no livro *USP 1968-1969*, o sociólogo Antonio Candido assim celebrou seu retorno:

[...] soube que estava em Alexandria do Egito, trabalhando na Organização Mundial da Saúde e Simão Mathias me disse que deveria estar triste e isolado. Senti então uma espécie de revolta surda contra as forças obtusas que haviam excluído da nossa universidade um homem tão nobre, um professor de tão elevada qualificação. Forças encarnadas no poder militar, politizado de maneira espúria e servindo, no caso, de instrumento das correntes mais negativas dentro da universidade. Naquele momento, de fato, vieram à tona tendências mesquinhas e retrógradas, que não hesitaram em recorrer à injustiça mais clamorosa para abrir caminho aos seus preconceitos e ambições.

Pensando nisso; pensando na solidão de um homem superior, longe de sua terra, resolvi escrever-lhe, falando da minha admiração e da minha estima. Achei, então, que deveria fazer sentir a ele de que maneira os meus amigos avaliavam o significado da sua atuação, além de sugerir o quanto acabaria sendo desprezível, na perspectiva da história da universidade, a punição que o feria no momento, mas acabaria certamente por reforçar tanto a grandeza de sua atitude quanto a limpidez de sua carreira. Para exprimir coisas assim, recorri a um poema de Emílio Moura, poeta de grande estatura, embora retraído modestamente na sua província de Minas.

Esse poema fora escrito nos anos de 1940, quando ainda se discutia se a poesia estava condenada a desaparecer, ante o impacto da civilização técnica do nosso tempo. Emílio falava de sua perenidade e acabava alargando a mensagem, de maneira a produzir um canto de apoio aos que são injustamente oprimidos, porque não se dobram e, através de sua resistência, fazem sentir a realidade da esperança. Esse poema [...] ficou ligado, para mim, àquele momento e à sua figura de resistente sereno, que encarna a liberdade e sobrevivência do espírito. Ele termina assim:

Aproxima-te e escuta:  
Há uma voz na noite!  
Olha:  
É uma luz na noite!<sup>5</sup>

Pois também para a universidade a luz chegou, Helio voltou ao Brasil e foi finalmente reintegrado, com outros excluídos com a mesma arbitrariedade subalterna.

5. No mesmo livro *USP 1968-1969*, publicado pela Edusp em 1995 e reimpresso em 2016, há um texto de Helio sobre sua cassação, no qual cita algumas mensagens que lhe foram caras quando estava ainda em Alexandria. Transcreve, na íntegra, no encerramento de seu artigo, o poema que lhe fora enviado pelo professor e amigo Antonio Candido: Permanência da Poesia, de Emílio Moura: “Quando a luz desaparecer de todo,/ mergulharei em mim mesmo e te procurarei, lá dentro./ A beleza é eterna./ A poesia é eterna./ A liberdade é eterna./ Elas subsistem, apesar de tudo./ É inútil assassinar crianças. É inútil atirar aos cães os que, de repente, se rebelam, e erguem a cabeça olímpica./ A beleza é eterna. A poesia é eterna. A liberdade é eterna./ Podem exilar a poesia: exilada, ainda será mais bela./ As crianças a recolherão no espírito e ela ressurgirá mais límpida./ As horas passam, os homens caem,/ a poesia fica./ Aproxima-te e escuta: há uma voz na noite!/ Olha: é uma luz na noite!”.

## CAPÍTULO 17



### Anistia e volta à USP

CONFORME O AMBIENTE político do país se desanuviava e a reintegração dos afastados das universidades por força do Ato Institucional n. 5 se tornava cada vez mais tangível, Helio passou a se preocupar com o que poderia fazer no departamento no caso de retornar. Por vários anos, não demonstrara nutrir qualquer expectativa de retorno. Quando foi afastado da universidade em 1969, sua ausência súbita fora percebida como uma ferida imensa que, em 1980, bem ou mal, estava cicatrizada; um espaço a ser naturalmente ocupado deixara de existir. Em uma rara visita ao laboratório da clínica médica, pouco tempo depois de voltar de Alexandria, notara que as áreas de uso comum haviam se tornado exíguas, e que paredes antes inexistentes delimitavam agora territórios definidos. Os professores Ivan Carvalho e José Veríssimo não perderam a oportunidade de oferecer áreas dos seus próprios laboratórios para que ele se instalasse, mas Helio sabia o que era ciência benfeita; afastado da pesquisa por treze anos, não via como poderia dar uma contribuição efetiva à investigação que ali então se fazia.

Enquanto vivia o dilema da possível reintegração, Helio foi convidado a participar da comissão julgadora de um concurso de ingresso para o corpo docente do Departamento de Clínica Médica. Os dez can-

didatos eram alunos do programa de pós-graduação da clínica médica, e a maioria com toda a sua formação na FMRP e em seu Hospital das Clínicas. As apresentações dos projetos de pesquisa e a competência clínica demonstrada pelos candidatos causaram-lhe impressão fortemente positiva; e essa experiência restabeleceu o seu entusiasmo com a FMRP e o animou a desejar a reintegração.

Helio foi reintegrado em seu cargo de professor catedrático do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto em 7 de agosto de 1980, em cerimônia no Ginásio de Esportes da FMRP. Uma semana antes, a delegacia de polícia de Ribeirão Preto antecipara os detalhes da solenidade ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do estado de São Paulo: “Deverá acontecer de forma solene, estando convidados para o evento docentes, funcionários e alunos da USP e a população em geral”. O assunto da mensagem era “Homenagem ao ex-cassado Helio Lourenço De Oliveira”. Que a “comunidade de informações”, como era chamada, monitorasse Helio em 1969 era fácil entender, mas foi uma enorme surpresa descobrir que continuara a fazê-lo mesmo após a anistia ter sido decretada.

A pesquisa clínica e especialmente a incorporação da ciência ao contexto da formação básica do médico haviam sido as grandes motivações para que, em 1954, Helio aceitasse o convite de Zeferino Vaz. No entanto, devido à experiência mais recente na OMS, ao retornar à FMRP ele estava convicto da importância, para a formação do médico, das atividades exercidas pelos estudantes junto à comunidade, em cenários extra-hospitalares. O Departamento de Pediatria da FMRP possuía programas de ensino extramuros desde a sua instalação, um deles no posto de saúde da Vila Lobato, mas todo o ensino de clínica médica era cumprido no âmbito hospitalar. Helio elaborou então um programa de atendimento de pacientes adultos fora do hospital para estudantes do quarto ano médico.

Em sua proposta, os alunos do Departamento de Clínica Médica fariam um acompanhamento das famílias dos bebês já assistidos no serviço de puericultura do posto – 250 bebês por ano no começo dos anos de 1980. A partir de exames clínicos padronizados, os pais de cada novo recém-nascido seriam incluídos em um programa de assistência permanente, o que tornaria a amostra, com o passar do tempo, representativa da comunidade como um todo. Depois de estabelecido um cronograma de avaliação geral periódica da saúde dessas pessoas, elas seriam orientadas a procurar o posto em caso de suspeita de qualquer doença. Helio citava ainda a possibilidade de visita domiciliar para monitoramento da família.

Já aprovado pelo conselho do departamento, o projeto foi apresentado ao professor Júlio Cesar Daneluzzi, docente responsável pelo posto de saúde da Vila Lobato, solicitando espaço para executá-lo. Quando o programa começou a ser cumprido, Helio, o professor que os estudantes encontraram na Vila Lobato, não preenchia o estereótipo de líder da resistência ao regime militar sugerido pela história que conheciam. Encontraram um homem simples, gentil, de sorriso afável, com cabelos grossos e grisalhos, que, ao invés de fazer proselitismo, se ocupava em corrigir pacientemente observações clínicas.

Helio logo recuperou o protagonismo no âmbito acadêmico. Foi convidado a integrar o Conselho Estadual de Educação de São Paulo e, no Rio de Janeiro, foi agraciado com o Prêmio Alfred Jurzykowski, da Academia Nacional de Medicina, “pela sua atividade universitária e seus trabalhos sobre nefrologia”. Em palestra proferida na Universidade Federal de São Carlos, em 1981, enfatizou o papel que o sistema de pós-graduação poderia desempenhar para o desenvolvimento do ensino superior no país como um todo:

Essa melhora de perspectivas não se limita à possibilidade de uma universidade, pelos resultados dos seus cursos de pós-graduação, poder se renovar – mas penso principalmente na pós-graduação como a autêntica forma de comunicação e colaboração entre as várias universidades do país. As universidades mais pobres, ou mais recentemente criadas, ou mais distantes das áreas de concentração de recursos humanos diferenciados, podem encontrar nos programas de pós-graduação a forma de receber colaboração das universidades mais desenvolvidas do país, da maneira mais importante, isto é, na formação de seu pessoal docente. Não estou exprimindo apenas uma esperança, mas dando testemunho do admirável progresso de pós-graduandos vindos de universidades novas do nordeste para programas oferecidos na FMRP. [...]

É de se esperar por essa forma, a longo prazo, a diminuição do desnível entre as várias universidades do país. Essa a única tendência de nivelamento que se deve defender – a elevação das menos desenvolvidas.

Voltou a falar sobre o papel da universidade, sobre a sua autonomia e sobre a postura de reitor:

[...] meu tema é o da independência e responsabilidade moral e intelectual da universidade, isto é, sua autonomia no que ela tem de essencial. Não posso assumir, tocando nesse assunto, uma atitude de otimismo panglossiano, mas não aceito a posição que pretende ser apenas realista, mas que é cínica, dos que negam a possibilidade de autonomia da universidade, que depende de verbas governamentais para sua manutenção. Insinua-se aí que essas verbas são generosa liberalidade do governo. Na realidade, se a universidade oficial não produz os recursos financeiros de que vive, também não os produz o governo, que apenas arrecada do povo para a destinação prevista por lei. As parcelas orçamentárias destinadas à universidade pertencem à universidade, a cuja disposição devem ser colocadas oportunamente, sem nenhum favor.

O que é fundamental é que a universidade tenha, pelo exercício responsável de sua autonomia, o respeito dos governantes. Condição essencial para isso é que o representante mais alto da universidade, por sua independência, tenha força moral para representar a universidade autônoma.

Ainda que nomeado pelo chefe do governo, reitor não é um delegado desse governo dentro da universidade. Antes de tudo, ele foi eleito pela universidade, ao oferecer ao governante uma opção limitada para a nomeação. Nomeado, torna-se o reitor da universidade perante o governo, e não o reitor do governo perante a universidade.

A nitidez dessa posição desaparece se a universidade aceita a interferência do governante na própria eleição dos nomes que lhe serão propostos. A consequência é a mesma, somente mais vergonhosa se, nas vésperas da eleição, a própria universidade cuida de sondar as preferências do governo, isto é, se convida e busca sua interferência indébita.

Nova modalidade desse mesmo desvirtuamento é o lançamento público de autocandidaturas à reitoria. Essas aspirações pessoais sempre existiram, como a vaidade e a ânsia de poder. Mas a publicidade com que agora parecem procurar influenciar a opinião, dentro e fora da universidade, representa um aspecto mais sério. Em campanha pessoal, esses candidatos se oferecem a compromissos que lhes limitarão a independência, se for um deles guindado ao cargo almejado. Sejam compromissos dentro da universidade, com grupos de “política” menor, para alcançar um lugar na lista do nomeáveis, sejam compromissos fora da universidade, com o governante responsável pela nomeação final, ou com forças poderosas a que esse governante deseja curvar-se.

A desgraça maior é a crença, que parece existir em setores da universidade, de que esse é um caminho normal para se chegar à posição de reitor. É a complacência com o carreirismo deslavado.

Creio poder dar o testemunho de que a reitoria de uma grande universidade pode ser exercida com independência, e de que essa conduta contagia a instituição. Desperta, também, reações externas e assanha a quinta-coluna.

Sei bem a que conseqüências isso pode levar, num período em que torvo arbítrio é dominante.

Mas se não é a universidade a instituição para desafiar o obscurantismo, qual será?

Em junho de 1981, foi eleito chefe do Departamento de Clínica Médica. De volta ao ambiente do qual voluntariamente não teria se afastado, os contatos com os docentes mais jovens e médicos assistentes do Hospital das Clínicas lotados no departamento o animavam. Em pouco tempo, já se envolvia nas discussões dos problemas da instituição acadêmica. Em setembro do mesmo ano, fez vigorosa defesa do direito de cada departamento definir o regime de trabalho de seus docentes.

Na época, o conselho interdepartamental da FMRP havia levantado a dúvida quanto à legalidade de o Departamento de Clínica Médica estabelecer a dedicação integral como único regime para seus docentes, quando a própria USP prevê três regimes distintos de carga horária – o RDIDP (dedicação integral), o RTC (24 horas por semana) e o RTP (doze horas semanais). Helio aproveitou a oportunidade para discorrer sobre as origens da Universidade de São Paulo e suas impressões sobre a razão de ser do regime de dedicação integral:

A heterogeneidade da universidade não resulta [...] da heterogeneidade existente dentro dos seus departamentos, mas das diferenças que há entre eles. Assim, onde o estatuto da universidade pode ou deve ser genérico, o regimento do departamento deve ou pode ser específico.

[...] O que o departamento propõe em seu regimento não é uma utopia, mas a ratificação de única realidade que sempre conheceu. O art. 4º do regimento – “O regime de trabalho no departamento é o da dedicação exclusiva à docência e à pesquisa” – é uma sentença extraída da história do departamento.

[...] Admitir-se que cada docente deve ser livre para escolher, no momento que julgar oportuno, o regime de trabalho que considere o mais afinado com suas conveniências particulares – mesmo que contrarie cláusula do edital do concurso que lhe permitiu alcançar a posição que ocupa – é menosprezar os desígnios da instituição, subordinando-o aos interesses pessoais dos seus membros. E deixa no esquecimento a importância do regime de dedicação integral na realização daqueles desígnios institucionais, ilustrada entre nós por dois exemplos históricos: primeiro o da Faculdade de Medicina de São Paulo, que há mais de cinquenta anos, ao receber extraordinário apoio material da Fundação Rockefeller, estabeleceu o regime de tempo integral para os docentes dos seus departamentos básicos. Ninguém lhe contestou o direito dessa decisão – pioneira no país – assim como ninguém duvida de que data de então a sua ascensão para o primeiro plano da pesquisa e do ensino médico do país. O segundo exemplo é o da própria Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto que, num passo à frente, ao fundar-se há quase trinta anos, adotou a dedicação integral como o regime de trabalho de todos os seus departamentos, básicos e clínicos. Dificilmente se contestará haver sido essa política a propiciada de seu rápido desenvolvimento como centro científico importante, em pouco tempo reconhecido como tal em todo o país.

Helio estava animado com o retorno à vida acadêmica, mas uma luta maior, inesperada, se avizinhava. Logo depois de retomar suas funções na faculdade, sentiu um mal-estar passageiro, seguido de uma hemorragia digestiva. Era a manifestação do tumor no estômago. Poucos dias antes, bem disposto, estivera empinando uma pipa com o neto Dudu.

Após a gastrectomia total, a informação do cirurgião, professor Reginaldo Ceneviva, de que o tumor havia sido totalmente removido e que não havia sinais de outras lesões, trouxe alívio e otimismo. A vida de Helio voltou gradualmente ao normal e o maior incômodo era a alimentação fracionada, em horários definidos. Seguiu à risca as recomendações

e fazia observações, cuidadosamente anotadas, com o intuito de aperfeiçoar sua dieta. Sua atitude positiva contribuiu para a recuperação.

Em junho de 1982, tornou-se membro do conselho universitário da USP, eleito representante da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto pela sua congregação. Em julho de 1983, foi nomeado membro do Conselho Estadual da Educação pelo governador do Estado.

Por essa época, como o mandato do diretor José Eduardo Dutra de Oliveira estivesse próximo de expirar, a congregação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto foi convocada para reunião em 3 de agosto de 1983, tendo como pauta a elaboração da lista sêxtupla a ser submetida ao reitor para escolha do novo diretor. Embora fosse respeitado e tivesse apoio expressivo, o nome de Helio não era unanimidade entre seus pares, e o próprio diretor preferia outros nomes para substituí-lo. Realizada a eleição, porém, obteve maioria absoluta dos votos no primeiro escrutínio e encabeçou a lista enviada ao reitor Helio Guerra Vieira. Helio tomou posse como diretor da FMRP em setembro de 1983. Em fevereiro de 1984, por eleição no conselho universitário, tornou-se o segundo pró-reitor da USP.

Na época, demonstrava muita disposição para o trabalho, embora seu declínio físico fosse cada vez mais aparente.

No final de maio de 1984, realizou-se no Rio de Janeiro o Simpósio Nacional de Pós-graduação na Área Médica. Embora a pós-graduação *stricto sensu* não fosse propriamente uma novidade na época, existia alguma dúvida, inclusive no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), quanto à diferença entre ela e os programas de residência médica. Juntamente com o presidente da comissão de pós-graduação, professor José Antunes Rodrigues, Helio estimulou a participação de docentes da FMRP no evento, garantindo recursos da diretoria para as despesas de viagem e estada. Uma semana antes do

evento, convocou uma reunião com os 22 docentes inscritos no evento para analisar o programa e discutir posições que poderiam ser defendidas na reunião. No primeiro dia do simpósio, participou de uma mesa-redonda intitulada Interação entre Residência Médica, Especialização, Mestrado e Doutorado.

Naquela que seria sua última apresentação pública, contribuiu decisivamente para o estabelecimento das diferenças que devem existir entre pós-graduação *stricto sensu* e residência:

Na residência médica, o médico absorve conhecimento e acumula experiência com base no alicerce de seu curso de graduação para o melhor exercício de atividades de diagnóstico e terapêutica. Na pós-graduação, deverá desenvolver-se o pensamento crítico, a familiaridade com as fontes bibliográficas básicas da pesquisa médica universal, a sensibilidade aos fatos abertos à pesquisa válida, e o hábito e o prazer da investigação científica, nascidos da convivência mais ou menos prolongada com um grupo humano dotado dessa sensibilidade, hábito e prazer.

[...] A qualidade dos cursos de pós-graduação dependerá das condições que eles possam oferecer para a formação científica de seus alunos. Pesquisa científica não é uma disciplina a ser ensinada em aulas ou seminários. Só uma atividade pode formar um pesquisador: é a pesquisa, isto é, a integração em um ambiente em que a investigação científica seja a preocupação, o trabalho, o estímulo e a satisfação de todos os dias.

Finalmente, lembrou que a formação do docente deve ser um objetivo da pós-graduação:

Não devem os orientadores se esquecer de que a formação docente é também um objetivo da pós-graduação. A ênfase na pesquisa não significa ser mais baixo o *status* da rotina do ensino.

Na tarde do mesmo dia, 31 de maio de 1984, Helio apresentou febre alta com calafrios. Voltou a Ribeirão Preto e foi internado, com o diagnóstico de pneumonia. Os muitos dias de febre e inapetência acentuaram a sua debilidade e exigiram semanas de repouso.

## CAPÍTULO 18



### Despedida

HELIO PROCUROU o professor Antônio Carlos Pereira Martins com queixa de disfunção miccional e o médico detectou aumento do fígado, que um exame de ultrassom posterior revelou ser devido a metástases. Meses antes, externara ao filho médico que, em caso de a doença recorrer, não gostaria de se submeter a outras terapias, consideradas por ele ineficazes para aquele tipo de neoplasia. Informado da situação na consulta, manteve a opinião. Entretanto, a queixa urinária se agravava. Decidiu então se submeter ao tratamento cirúrgico da hiperplasia de próstata. Mesmo sem qualquer complicação, o procedimento teve forte impacto sobre o estado geral; a perda de peso, que já vinha ocorrendo gradualmente ao longo dos meses anteriores, acentuou-se, associada agora a intensa debilidade física.

Preocupado com a responsabilidade do cargo que ocupava, teve uma conversa franca com seu filho Ricardo. Ponderou que apresentara, em certos momentos, dificuldades com cálculos aritméticos simples, o que poderia ser manifestação de encefalopatia hepática, e que por isso devia deixar a diretoria. Diante do argumento do filho de que a preocupação que externava era demonstração de que sua capacidade de avaliação e de crítica encontrava-se intacta, decidiu por permanecer, mas

com a condição de que Ricardo o visse diariamente e que indagasse à secretária que o assistia na faculdade, Alda do Prado Roma, sobre seu comportamento na diretoria. Ele estaria preparado para, alertado de qualquer ato impróprio, deixar definitivamente o cargo.

A partir de então, os encontros entre eles tinham um certo custo emocional para ambos, o que era mitigado, em parte, pela serenidade que Helio demonstrava. No entanto, dois meses depois da primeira conversa sobre suas dificuldades, a fragilidade se tornou intensa e Helio decidiu passar a diretoria para o vice-diretor, o professor Renato Migliorini.

Em casa, Helio evitava falar da doença com os que o visitavam, mesmo com os colegas médicos; quando inquirido, entretanto, não se furtava a dar a resposta apropriada, ainda que lacônica. Procurava mostrar-se interessado nos assuntos da família, da faculdade e do país, mantendo sua postura de homem sereno e educado. Internado quando a fragilidade tornou difícil a realização de cuidados básicos, recebia suporte mínimo de recursos médicos, conforme seu desejo manifesto. Resistiu ainda três semanas alternando períodos em coma e momentos de lucidez, sob o olhar afetuoso dos familiares. Finalmente, na manhã de 14 de março de 1985, Helio Lourenço de Oliveira partiu, aos 67 anos de idade.

Seu corpo foi velado no prédio central da Faculdade de Medicina, onde foram dispostas coroas de flores, enviadas por amigos, faculdades, universidades, alunos, entidades das mais variadas origens de todo o país. Foi decretado luto oficial e as aulas foram suspensas por três dias. O professor Helio Lourenço de Oliveira foi sepultado em 15 de março de 1985, mesmo dia da inesperada posse de José Sarney como presidente do Brasil, em substituição a Tancredo Neves, primeiro civil eleito presidente depois da ditadura, e que adoecera gravemente dias antes.



20. Em março de 1984, como diretor da Faculdade de Medicina, o professor Helio (à esquerda) recebe a visita de Carlos Chagas Filho, do Instituto de Biofísica do Rio de Janeiro, acompanhado de Miguel Rolando Covian e André Ricciardi Cruz, ambos professores da FMRP-USP.

O professor Renato Helios Migliorini, vice-diretor da FMRP em exercício, proferiu as últimas palavras em homenagem a Helio antes do sepultamento:

Cabe a mim o penoso dever de apresentar em nome da congregação, dos professores, alunos e funcionários desta faculdade, as despedidas ao nosso querido dr. Helio. Sem empregar as hipérboles habituais, que não eram também do agrado do dr. Helio, quero resumir suas principais qualidades. Possuía uma inteligência profunda, guiada por uma mente serena. Inteligência e serenidade que lhe permitiam analisar problemas a fundo com o necessário equilíbrio. Outras qualidades suas eram a dignidade e a firme aderência a princípios com que se conduzia. Dignidade e aderência a princípios que demonstrou no episódio em que foi vítima de grave injustiça que o afastou do nosso convívio por longos anos, e que constitui uma nódoa na história da universidade que nunca será apagada. Sob o temperamento reservado, escondia-se um enorme e contagiante calor humano. Essas qualidades, aliadas a uma dedicação contínua ao ensino, pesquisa e problemas universitários, fizeram com que o dr. Helio alcançasse uma estatura, dentro da universidade, conseguida por poucos. Sua simples presença impunha limites aos níveis dos argumentos nas reuniões de que participava. Quanto à FMRP, basta dizer que o dr. Helio amava-a intensamente e sua atuação dentro dela foi tão importante que ele passou a encarnar o próprio espírito que norteou a faculdade desde a sua criação. Sua partida deixa um vazio. [...] No entanto, permanecerá sempre conosco a figura exemplar do universitário completo.



## Apêndice: Lista de Documentos

No site <http://rcm.fmrp.usp.br/documentos-originais-helio-lourenco/> encontram-se cópias de notícias, comentários de jornais, cartas, textos e documentos colecionados por Helio Lourenço. Há também fac-símiles de anotações de seu próprio punho.

Abaixo uma amostra de alguns dos documentos que podem ser pesquisados:

- Anotações de próprio punho de Helio Lourenço entre 20 fev. 1967, quando o Conselho Universitário compõe a lista tríplice de vice-reitor, e 26 maio 1967, quando o governador Abreu Sodré escolhe Mário Guimarães Ferri para ocupar essa posição.
- Cópias de notícias e comentários de jornais sobre a lista tríplice para vice-reitor da USP elaborada pelo Conselho Universitário em 20 fev. 1967.
- Resposta de Helio Lourenço à solicitação pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de manifestação sobre a reestruturação da USP.
- Notícias publicadas em jornais no dia 27 maio 1967 a respeito da escolha do vice-reitor da USP, feita na véspera pelo governador Abreu Sodré.
- Manifestação de solidariedade do prof. Lucien Lison, diretor da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e professor catedrático da FMRP face às informações desairosas sobre a pessoa de Helio Lourenço, veiculadas pela imprensa após sua inclusão na lista tríplice de vice-reitor da USP em 21 mar. 1967 (e sua resposta).

- Manifestação da Congregação da FMRP de 3 abr. 1967 em desagravo às informações desairosas sobre a pessoa de Helio Lourenço após sua inclusão na lista tríplice de vice-reitor da USP em 21 mar. 1967; e carta do vice-diretor da FMRP ao reitor Alfredo Buzaid, comunicando a decisão.
- Ofício do reitor em exercício, Alfredo Buzaid, datado de 20 abr. 1967, ao diretor da FMRP, dando ciência da posição do Conselho Universitário com relação à “incontestável reputação científica e idoneidade moral” de Helio Lourenço.
- Ata da reunião do Conselho Universitário em 24 abr. 1967 na qual a manifestação da Congregação da FMRP de desagravo às informações desairosas sobre a pessoa de Helio Lourenço após sua inclusão na lista tríplice de vice-reitor da USP em 21 mar. 1967 foi ratificada após discussão.
- Relato feito pelo colunista social José Tavares de Miranda sobre manifestação do Ministro da Justiça Luis Antonio da Gama e Silva, reitor afastado da USP, em cerimônia realizada em instituição militar no dia 31 ago. 1967.
- Rascunho não datado de texto que o prof. Ulhôa Cintra pretendia enviar ao governador Abreu Sodré e o submeteu à opinião de Helio Lourenço. Ulhôa Cintra, na qualidade de secretário da Educação, coordenava reforma do ensino público, visando ampliar o acesso ao nível secundário dos alunos que concluíam o primário no estado de São Paulo. O ministro Gama e Silva, através da imprensa, teceu críticas severas ao plano, e o secretário pretendia dirigir-se ao governador sobre o assunto por meio de carta. A resposta de Helio Lourenço a Ulhôa Cintra, com data de 28 dez. 1967, encontra-se anexa.
- Cópia do telex enviado no dia 28 abr. 1969 por Helio Lourenço ao ministro da Educação, Tarso Dutra, solicitando reconsideração da medida da presidência da República aposentando três professores da USP em 25 abr. 1969; e nota da reitoria divulgando a providência tomada.
- Cópia do telex enviado pelo ministro da Educação, Tarso Dutra, a Helio Lourenço, vice-reitor da USP, em exercício da reitoria, em 29 abr. 1969, em resposta ao telex enviado ao ministro na véspera.
- Repercussão na imprensa das aposentadorias de professores universitários com base no ato institucional n. 5, nos dias 25 e 29 abr. 1969.
- Manifestações de solidariedade recebidas por Helio Lourenço após a aposentadoria pelo ato institucional n. 5, em 29 abr. 1969.

- Carta de cientistas norte-americanos ao presidente Costa e Silva manifestando preocupação com o afastamento de cientistas brasileiros de suas posições nas universidades brasileiras. Cópia recebida por Helio Lourenço em 9 jul. 1969.
- Carta de Bernardo Houssay, prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina, datada de 12 maio 1969, manifestando solidariedade a Helio Lourenço.
- Carta de Helio Lourenço, datada de 2 maio 1969, a Peter Schreer, que poucas semanas antes de 29 abr. 1969 fora contratado pela reitoria para coordenar a criação do setor de processamento de dados na administração da USP.
- Carta de Peter Schreer a Helio Lourenço, datada de 20 maio 1969, em resposta à carta de Helio Lourenço, datada de 2 maio 1969.
- Ata da reunião do Conselho Universitário da USP, realizada no dia 7 maio 1969, a primeira após as aposentadorias de professores no final de abril, com os relatos das manifestações de diversos conselheiros e moção de reconhecimento a Helio Lourenço aprovada por unanimidade.
- Carta de Helio Lourenço ao diretor da FMRP, prof. Moura Gonçalves, no dia 12 maio 1969, com solicitação para que fosse transmitida à Congregação da FMRP.
- Crônica de Lólio Lourenço de Oliveira, publicada no suplemento literário do jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 24 maio 1969.
- Cópias de documentos referentes a Helio Lourenço de Oliveira arquivados no Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (Deops-SP), tornados públicos em 1994 e atualmente disponíveis no repositório digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo:

*a.* Boletim do Serviço Nacional de Informação (SNI), agência de São Paulo, divulgado em 21 out. 1968, com informações referentes ao dia 18 out. 1968. A seção atividades subversivas informa que Helio Lourenço solicitou ao governador do estado a soltura de estudantes presos no Congresso da União Estadual de Estudantes (UNE) em Ibiúna.

*b.* Em 19 dez. 1968, o coronel-chefe da segunda seção do segundo exército solicita ao Dops informações a respeito de Helio Lourenço de Oliveira, anexando à solicitação os “dados conhecidos”. No dia 15 jan. 1969, o delegado Celso Telles do Dops responde ao coronel informando que “nada consta até a presente data”.

- c. Em 7 maio 1969 é divulgado boletim do SNI, agência de São Paulo, com dados referentes aos dias 29 e 30 abr. 1969, informando que o Conselho de Segurança Nacional, reunido em 29 abr. 1969, decidira “aplicar as sanções do AI-5 a mais 107 pessoas”. Anexo ao boletim, cópia do jornal *Diário de São Paulo* em que aparecem os nomes dos 23 professores da USP atingidos.
- d. Documento arquivado no Dops, com data de 14 maio 1969, que reproduz um manifesto do Comitê pela Autonomia Universitária da USP, divulgado em 1º maio 1969, em protesto contra as aposentadorias de professores da USP.
- e. Boletim do SNI, agência de São Paulo, divulgado em 7 maio 1969, com informações referentes ao dia 6 maio 1969, relatando que o governador Abreu Sodré cogitou admoestar o reitor Helio Lourenço por sua manifestação, “mas o listão veio antes”.
- f. Documento datado de 3 out. 1969, com carimbos do Dops e do Quartel General da Quarta Zona Aérea da Aeronáutica, apresenta os currículos resumidos de professores da USP aposentados compulsoriamente, inclusive o de Helio Lourenço.
- g. Informe da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo dirigido ao Dops, com data de 11 jan. 1971, relatando ser elevado o número de elementos esquerdistas com bolsas de estudo no exterior, citando Helio Lourenço e Luiz Hildebrando Pereira da Silva como exemplos, e solicitando apuração.
- h. Cópia de documento em papel timbrado do gabinete do reitor da Universidade de São Paulo, datado de 22 abr. 1974, produzido pela Assessoria Especial de Segurança e Informação da Reitoria (Aesi-usp), dirigido ao Deops/ssp/sp, solicitando informações sobre os nominados para receber a medalha Jubileu de Prata da SBPC.
- i. Cópia de documento em papel timbrado do gabinete do reitor da Universidade de São Paulo, datado de 27 ago. 1974, produzido pela Assessoria Especial de Segurança e Informação da Reitoria (Aesi-usp), relatando que, por sua interferência, a solenidade de entrega das medalhas do Jubileu de Prata da SBPC aos cientistas de Ribeirão Preto deixou de ser realizada no anfiteatro de Bioquímica da FMRP como estava programado.



## Sobre os Autores

REGINA PRADO é jornalista, formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com passagens por publicações da Editora Abril e por jornais da TV Globo (locais e nacionais) e da afiliada EPTV Ribeirão. Também foi membro de diversas associações sem fins lucrativos em Barcelona, Espanha, e em Maués, no Amazonas. Com a equipe produtora, foi premiada por série sobre educação, na categoria televisão, pelo Instituto Ayrton Senna. Também foi assessora da diretoria da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP).

RICARDO BRANDT DE OLIVEIRA, filho do professor Helio Lourenço de Oliveira, é médico formado em 1970 pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP), onde também completou seu doutoramento em 1978. Na mesma instituição, é professor titular desde 1995, tendo sido chefe do seu Departamento de Clínica Médica de 2001 a 2005.

<i>Título</i>	<i>Helio Lourenço: Vida e Legado</i>
<i>Autores</i>	Ricardo Brandt de Oliveira Regina Prado
<i>Projeto Gráfico e Capa</i>	Negrito Produção Editorial
<i>Editoração Eletrônica</i>	Negrito Produção Editorial
<i>Revisão de Texto</i>	Gema A. Pereira
<i>Preparação de Texto</i>	Célia Maria Cassis
<i>Revisão de Provas</i>	Edméa Garcia Neiva
<i>Divulgação</i>	Regina Brandão Bruno Tenan Laíze Menezes
<i>Formato</i>	16 × 21 cm
<i>Tipologia</i>	Bulmer MT
<i>Papel Certificado FSC®</i>	Cartão Supremo 250 g/m <sup>2</sup> (capa) Pólen Soft 80 g/m <sup>2</sup> (miolo)
<i>Número de Páginas</i>	200
<i>CTP, Impressão e Acabamento</i>	Graphium Gráfica e Editora